

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA

SANDRA MARIA GUISSO

**Do local para o global: as concepções de agentes
ambientais acerca do seu trabalho**

VITÓRIA

2013

SANDRA MARIA GUISSO

Do local para o global: as concepções de agentes ambientais
acerca do trabalho, sociedade e natureza

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério Meira Menandro.

VITÓRIA

2013

Ao meu esposo Charles, meus filhos Yago e Enzo e a minha mãe Alzira, com
amor, admiração e gratidão pela compreensão, carinho e amor, elementos
indispensáveis para a formação do meu ser.

AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos significa que cheguei ao final da construção deste trabalho. Neste momento, também consigo perceber quantas pessoas importantes contribuíram para a construção desta tese. Durante o doutorado a minha família sempre foi compreensiva nas muitas ausências em momentos importantes da vida dos meus filhos, minha mãe e meu esposo.

Encontrei amigos com os quais me identifiquei e encontrei forças para continuar, aqui gostaria de me referir com muito carinho aos amigos Arildo e Ozirlei pela amizade e compartilhamento de dúvidas, com certeza foi um estímulo para continuar o trabalho. Estes momentos contribuíram para construirmos uma fraternal e sólida amizade que carregaremos para sempre em nossos corações.

Gostaria de agradecer os momentos de descontração e também preocupação dos funcionários da FARESE, Laudicéia, Maria Emília, Lidiane, Marcela, Fran, Ludimila, Juniqueli, Elisete, Rogério pela compreensão durante os momentos de ausência e estímulo para continuar. Em especial agradeço a Cenira pelo chá que sempre me aquecia nos momentos difíceis.

Um agradecimento especial e eterna gratidão aos agentes ambientais pela disponibilidade em dividir momentos de suas vidas para a execução da pesquisa. Pessoas que não tinham nenhuma obrigação em fornecer parte do

seu tempo para contribuir com o trabalho, mas fizeram de coração, meu sincero respeito e admiração.

Agradeço profundamente aos professores do Programa de Pós Graduação em Psicologia os quais contribuíram para a minha inserção no campo da Psicologia. Tenho a convicção de que aprendi muito com os valiosos conhecimentos vivenciados durante as aulas.

Agradeço também as valiosas contribuições da professora Zeidi Araújo Trindade e do professor Lídio de Souza (*em memória*) na qualificação, com certeza me ajudou a atender melhor a minha proposta de investigação.

Agradeço imensamente o meu orientador professor Paulo Rogério Meira Menandro pelo incentivo, dedicação e respeito por minhas convicções profissionais e pessoais, o qual contribuiu muito para o meu crescimento científico e intelectual.

A secretária do PPGP, Maria Lúcia Fajóli, pela atenção a mim dispensada em todos os momentos que precisei.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa de Doutorado.

Ao Charles, amor da minha vida, companheiro que esteve sempre ao meu lado, que acredita mais em mim do que eu mesma e me incentiva a crescer cada vez mais. Para você todo o meu amor.

Aos meus filhos, Yago e Enzo, razões da minha existência, crianças maravilhosas, compreensivas, cuja presença enche o ambiente de alegria e esperança num futuro mais digno, justo e sustentável.

A minha adorada mãe, mulher sábia, que dispensa atenção e preocupação ao que realmente importa. Mãe querida, obrigada pelo carinho e dedicação que cuida de todos nós.

Todo instante se encontra, como não nascido, no ano zero do começo do
mundo.

A filosofia precisará ter consciência moral do amanhã, tomar partido pelo
futuro, saber sobre a esperança, ou já não terá saber algum.

Ernest Bloch

RESUMO

Guisso, S. M. (2013). *Do local para o global: as concepções de agentes ambientais acerca do trabalho, sociedade e natureza*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

O ambiente é o fator desencadeante de comportamentos, que podem ser os mais variados para o mesmo espaço, o que vai determinar como e quanto o ambiente influencia são as condições sociais, econômicas, políticas, de poder, culturais, que por sua vez, são influenciadas e influenciam o ambiente. O objetivo da investigação foi conhecer as concepções de agentes ambientais acerca de natureza, sociedade e trabalho. Participaram do estudo 61 sujeitos, provenientes de quatro cidades da região central serrana do Espírito Santo. A pesquisa foi realizada através da abordagem sócio econômica, trabalhada a partir da estatística descritiva e através de entrevistas que abordaram aspectos do trabalho, ambientais, perspectivas de vida, preconceito e exclusão. Os dados provenientes das entrevistas foram analisados com a utilização da análise de conteúdo. As entrevistas realizadas com os gestores foram analisadas através de teias associativas, as quais permitiram associar saberes e fazeres dos gestores. Os resultados demonstraram que a falta de instrução e a desvalorização das atividades do campo foram os fatores que levaram esses sujeitos ao trabalho com os resíduos. Nas entrevistas pode-se perceber que os sujeitos da pesquisa tem consciência ambiental, proveniente basicamente de informações da mídia e não por capacitação através do trabalho. Os dados também demonstraram que eles valorizam mais a sua atividade quando se apoderam do valor ambiental que podem atribuir a mesma e que procuram transmitir valores ambientais as demais pessoas do seu núcleo de convivência.

Palavras chave: Natureza; Sociedade; Agentes Ambientais; Trabalho; Exclusão.

ABSTRACT

Guisso, S. M. (2013). From the local to the global: the conceptions of environmental agents about the work, society and nature. PHD. Thesis, Post Graduation Psychology Program, Federal University of Espírito Santo, Vitória-ES.

The environment is the triggering factor of behaviors, which may be different for the same space, which will determine how and how the environment influences are social conditions, economic, political, cultural power, which in turn, are influenced and influence the environment. The purpose of the investigation was to know the conceptions of environmental agents on nature, society and work. 61 study subjects participated, coming from four towns in the mountainous central region of Espírito Santo. The survey was conducted by socio economic approach, crafted from descriptive statistics and through interviews that addressed aspects of work, environmental, life perspectives, prejudice and exclusion. Data from the interviews were analyzed using content analysis. The interviews with the managers were analyzed through associative webs, which allowed associate knowledge and practices of managers. The results showed that the lack of education and the devaluation of the activities of the field were the factors that led these subjects to work with waste. In the interviews can realize that the subject of environmental awareness, has research from media information basically and not by training through work. The data also demonstrated that they value more their activity when they take over the environmental value that can assign the same and looking to transmit environmental values others of its core of coexistence.

Keywords: Nature; Society; Environmental Agents; Work; Exclusion.

RÉSUMÉ

Guisso, S. M. (2013). *Du local au global: conceptions des agents de l'environnement sur le travail, la société et la nature*. Thèse de Doctorat, Programme de Spécialisation em Psychologie, Université Fédérale d'Espírito Santo, Vitória.

L'environnement est le facteur déclenchant des comportements, qui peuvent être les plus variées dans le même espace, ce qui permettra de déterminer comment et combien les influences de l'environnement sont les domaines social, économique, politique, le pouvoir, la culture, qui sont à leur tour influencé, et influencent l'environnement. L'objectif de la recherche était de comprendre les concepts d'agents environnementaux sur la nature, la société et le travail. L'étude a inclus 61 sujets provenant de quatre villes dans les régions montagneuses du centre de l'Espírito Santo. L'enquête a été menée en abordant socio-économique, conçu à partir des statistiques descriptives et des entretiens sur les aspects du travail, l'environnement, la vie perspectives, les préjugés et l'exclusion. Les données des entrevues ont été analysées en utilisant l'analyse de contenu. Les entrevues avec les gestionnaires ont été analysés par des nappes d'association, ce qui a permis d'associer les connaissances et les pratiques des gestionnaires. Les résultats ont montré que le manque d'éducation et la dévaluation des activités sur le terrain ont été les facteurs qui ont conduit ces personnes à travailler avec les déchets. Dans les interviews peut être vu que les sujets ont conscience de l'environnement, essentiellement des informations par les médias et non par la formation par le travail. Les données ont aussi démontré qu'ils apprécient davantage leur activité quand ils saisissent la valeur de l'environnement qui peuvent affecter les mêmes et j'ai hâte valeurs environnementales autres personnes de votre cœur coexistence.

Mots-clés: Nature; Société; Agents de l'environnement; Travailler; Exclusion

LISTA DE FIGURAS

III REFERENCIAL TEÓRICO

3.1.1 DE LIXO Á RESÍDUOS SÓLIDOS: CONTEXTUALIZANDO O LIXO E SUAS APLICABILIDADES

Figura 1:	Destinação final do resíduo em 2010 e 2011.....	47
Figura 2:	Tipos de material reciclado.....	49
Figura 3:	O crescimento da reciclagem no Brasil.....	50

IV PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Figura 4:	Mapa do Estado do Espírito Santo com destaque para a localização dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Itarana e Itaguacu.....	131
Figura 5	Destaque da localização do município de Santa Maria de Jetibá no mapa do Espírito Santo.....	132
Figura 6:	Casamento pomerano com os noivos vestidos de preto....	133
Figura 7:	Danças típicas pomeranas representadas pelos grupos de danças do município.....	133
Figura 8:	Foto aérea demonstrando a devastação florestal nos topos de morros.....	134

Figura 9:	Primata muriqui (<i>Brachyteles hypoxanthus</i>) na propriedade do Sr. Geraldo Saik na comunidade de São Sebastião do Belém, em Santa Maria de Jetibá.....	135
Figura 10:	Destaque da localização do município de Itarana no mapa do Espírito Santo.....	138
Figura 11:	Destaque da localização do município de Itaguaçu no mapa do Espírito Santo.....	141
Figura 12:	Destaque da localização do município de Santa Teresa no mapa do Espírito Santo.....	143

4.3 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS

Figura 13:	Distribuição dos participantes da pesquisa por município estudado.....	151
------------	--	-----

V RESULTADOS E DISCUSSÃO

Figura 14:	Escolaridade dos agentes ambientais participantes da pesquisa.....	163
Figura 15:	Anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais	168
Figura 16:	Idade dos agentes ambientais participantes da pesquisa.....	169

5.1.4 Tempo de trabalho na atividade ambiental

Figura 17:	Anos de trabalho na atividade ambiental.....	175
------------	--	-----

5.3 Análise das entrevistas com os gestores ambientais a partir de teias associativas

Figura 18:	Teia associativa da entrevista da secretária de serviços urbanos da prefeitura de Santa Maria de Jetibá.....	185
Figura 19:	Entrada do transbordo municipal indicando o setor responsável.....	188
Figura 20:	Funcionários da prefeitura retirando lixo do caminhão.....	188
Figura 21:	Deposição de lixo no transbordo.....	189
Figura 22:	Foto do broche entregue aos garis.....	190
Figura 23:	Certificado entregue no dia da palestra para os funcionários.....	191
Figura 24:	Teia associativa da secretária de meio ambiente da prefeitura de Santa Teresa.....	196
Figura 25:	Teia associativa da entrevista do coordenador da usina de reciclagem, triagem e compostagem.....	202
Figura 26:	Teia associativa da entrevista com o secretário de obras da prefeitura de Santa Teresa.....	206

5.4 Análise de conteúdo para as entrevistas dos agentes ambientais

Figura 27:	Frequência de menções à sentimentos ou atitudes relativos ao fato de trabalhar com o meio ambiente, conforme a atividade exercida.....	211
Figura 28:	Quadro de análise utilizado para estudar os sentimentos relativos a categoria exclusão (preconceito) e inclusão (oportunidade).....	216
Figura 29:	Depósito de lixo do município de Itarana.....	221
Figura 30:	Lixo a céu aberto após a separação.....	222
Figura 31:	Funcionário trabalhando no empilhamento do lixo.....	222
Figura 32:	Trabalhadores separando lixo na usina em Itaguaçu.....	223
Figura 33:	Quadro de análise utilizado para indicar a relação entre modalidades de trabalho e percepção de questões relativas ao meio ambiente.....	226
Figura 34:	Ferramenta desenvolvida pelo agente ambiental para fabricar vassouras a partir de garrafas Pet.....	233
Figura 35:	Funcionamento da ferramenta desenvolvida para fabricação de vassouras.....	234
Figura 36:	Tiras de garrafa Pet para montagem de vassouras.....	234
Figura 37:	Vassouras de garrafa Pet prontas.....	235

LISTA DE TABELAS

III REFERENCIAL TEÓRICO

3.1.1 DE LIXO Á RESÍDUOS SÓLIDOS: CONTEXTUALIZANDO O LIXO E SUAS APLICABILIDADES

Tabela 1:	Geração de resíduo em 2010 e 2011.....	45
Tabela 2:	Destinação do lixo adotada pelos municípios em 2011.....	46
Tabela 3:	Principais eventos relacionados ao movimento ecológico mundial	114
Tabela 4:	Relação de Leis, Decretos e Resoluções Ambientais de 1966 a 1997.....	118

IV PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.3 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS

4.3.2 Projeto Piloto

Tabela 5:	Relação dos representantes das atividades por município.....	152
-----------	--	-----

V RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1.2 Idade dos agentes ambientais

Tabela 6: Quantidade de filhos dos agentes ambientais..... 173

5.1.5 Atividade anterior e carteira assinada

Tabela 7: Atividade exercida anteriormente à atual..... 178

Tabela 8: Valor médio de rendimento mensal total domiciliar na região Central Serrana..... 180

LISTA DE QUADROS

III REFERENCIAL TEÓRICO

3.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONHECIMENTOS ENTRELAÇADOS

3.4.2 Psicologia Ambiental

Quadro 1:	Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.....	108
Quadro 2:	Fórmulas para aplicar a Psicologia Ambiental.....	109
Quadro 3:	Fórmula para aplicar a Psicologia Ambiental proposta no estudo.....	110
Quadro 4:	Siglas utilizadas para identificar os participantes da pesquisa.....	157

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	23
I INTRODUÇÃO.....	26
II OBJETIVOS.....	30
III REFERENCIAL TEÓRICO.....	33
3.1 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE NATUREZA, SOCIEDADE E TRABALHO.....	34
3.1.1 DE LIXO A RESÍDUOS SÓLIDOS: CONTEXTUALIZANDO O LIXO E SUAS APLICABILIDADES.....	34
3.2 O LIXO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DELE.....	60

3.2.1 Trabalho, natureza e sociedade.....	67
3.2.2 Contextualização do trabalho e sua relação com as atividades ligadas ao lixo.....	71
 3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	 86
 3.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONHECIMENTOS ENTRELAÇADOS.....	 89
3.4.1 Educação Ambiental.....	96
3.4.2 Psicologia Ambiental.....	103
3.4.3 A Relação entre Psicologia Ambiental e Educação Ambiental.....	111
 3.5 MOMENTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ECOLÓGICO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	 114

IV PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	129
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
ESTUDADOS.....	130
4.1.1 Santa Maria de Jetibá.....	131
4.1.2 Itarana.....	137
4.1.3 Itaguaçu.....	140
4.1.4 Santa Teresa.....	142
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA	
PESQUISA.....	144
4.2.1 A proposta da pesquisa.....	144
4.3 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS.....	147
4.3.1 As duas abordagens da pesquisa.....	147
4.3.2 Projeto Piloto.....	149
4.3.3 Caracterização do tipo de pesquisa utilizada.....	153
4.3.4 Tratamento e Análise dos dados.....	154

V RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	159
5.1 Dados sócio econômicos.....	159
5.1.1 Escolaridade dos agentes ambientais.....	159
5.1.2 Idade dos agentes ambientais.....	168
5.1.3 Quantidade de filhos dos agentes ambientais.....	171
5.1.4 Tempo de trabalho na atividade ambiental.....	174
5.1.5 Atividade anterior e carteira assinada.....	177
5.2 Análise das entrevistas com os gestores ambientais a partir de teias associativas.....	180
5.3.1 Análise das ideias dos gestores em forma de compartilhamento.....	208
5.4 Análise de conteúdo para as entrevistas dos agentes ambientais.....	210
VI CONCLUSÕES.....	237
REFERENCIAS.....	247

APÊNDICES..... 267

APÊNDICE A: Quadro teórico dos artigos investigados no estudo..... 268

APÊNDICE B: Quadro teórico dos artigos investigados em Psicologia Ambiental..... 279

APÊNDICE C: Roteiro da entrevista realizada com os agentes ambientais..... 282

APÊNDICE D: Roteiro do questionário sócio econômico aplicado aos agentes ambientais..... 285

ANEXOS..... 287

ANEXO A: Lei 12.305 de 02 de Agosto de 2010 da Política Nacional dos Resíduos Sólidos..... 288

ANEXO B: Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999 – Lei da Educação Ambiental..... 319

ANEXO C: Regimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresa-ES..... 328

ANEXO D: Regimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Maria de Jetibá – ES..... 344

APRESENTAÇÃO

Inicialmente gostaria de contextualizar a minha proximidade com o tema desenvolvido no decorrer da tese. Apesar de nascer no Rio Grande do Sul, residi durante a minha infância e adolescência no interior do estado do Mato Grosso, sempre rodeada de abundante fauna e flora, as experiências vividas na infância influenciaram a minha escolha profissional.

Formei em Ciências Biológicas em 2001 na Universidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul. Ao longo de quatro anos e meio do curso dediquei-me a pesquisa, especialmente ao estudo do comportamento animal. O interesse no estudo do comportamento animal surgiu através do convívio com uma professora doutora em etologia, Thais Leiroz Codenotti, a qual sempre me incentivou a investir esforços na pesquisa.

Durante o período em que estava na graduação realizei estágios na instituição em que estudava e também em outras instituições de ensino e pesquisa, tais como: Universidade Regional de Blumenau e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de cursos e eventos especializados na área ambiental. Durante a graduação fui bolsista da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza com o projeto intitulado “Localização, mapeamento e censo de primatas na região norte do Rio Grande do Sul”. Em 2003 ingressei no mestrado em Biologia Animal da Universidade Federal do Espírito Santo, do qual fui bolsista da CAPES para realizar a pesquisa intitulada “Caracterização Molecular de Roedores do Gênero *Calomys* do Brasil, utilizando marcadores moleculares de PCR-RFLP”, em 2006 defendi a dissertação de mestrado de mesmo título.

Após a defesa do mestrado retomei meu trabalho com o comportamento, especialmente com o comportamento humano, desde então comecei desenvolver pesquisas com os trabalhadores de resíduos sólidos, que no decorrer da tese, denomino de agentes ambientais. O impulso inicial para a pesquisa foi a questão ambiental, pois os integrantes da pesquisa, apesar de realizarem atividades diferentes, interagem de forma peculiar e direta com o meio ambiente. Em 2009 ingressei no doutorado a fim de organizar os conhecimentos adquiridos, sistematizar os métodos aplicados e, principalmente, abrir outras possibilidades de pesquisa a partir do tema desenvolvido.

INTRODUÇÃO

O trabalho está organizado da seguinte forma: uma introdução geral a respeito da proposta que foi desenvolvida ao longo da pesquisa, abordando os estudos realizados, que aqui aparecem como seções e subseções desenvolvidas a partir do tema central. No início do trabalho são apresentados os objetivos da pesquisa. O referencial teórico foi elaborado em forma de seções, que constituíram o cerne da pesquisa. As seções são: De lixo a resíduos sólidos: contextualizando o lixo e suas aplicabilidades; O Lixo e as relações de trabalho estabelecidas através da coleta e reciclagem; Desenvolvimento sustentável e suas implicações na preservação dos recursos naturais; Educação ambiental e psicologia ambiental: conhecimentos entrelaçados; Momentos históricos do movimento ecológico e a legislação ambiental no Brasil.

Nos procedimentos metodológicos foram caracterizados os municípios utilizados como base do estudo, os participantes, os métodos de coleta de dados e os métodos utilizados para análise dos resultados da pesquisa.

No referencial teórico buscou-se entender os temas relacionados à pesquisa: primeiramente foi explanado a respeito da diferenciação entre lixo e resíduos sólidos, procurou-se introduzir dados atuais relacionados à produção de resíduos e a finalidade que se tem dado aos mesmos no Brasil, para isso utilizou-se dados da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais), ainda no mesmo contexto buscou-se compreender as relações de trabalho estabelecidas em atividades relacionadas aos resíduos, neste item procurou-se discorrer sobre as relações de inclusão e

exclusão frequentes nestas atividades. Para dar suporte ao trabalho e a importância das atividades relacionadas aos resíduos, procurou-se compreender como se dá o desenvolvimento sustentável, como a idéia de sustentabilidade é desenvolvida nos setores públicos e privado e como contribui para a preservação ambiental, o papel transformador da educação ambiental nas práticas cotidianas e nas decisões políticas e econômicas, procurou-se também fazer um resgate histórico das duas áreas (Psicologia Ambiental e Educação Ambiental). A Psicologia Ambiental entrou como um fator adicional a esse investimento teórico e epistemológico, pois além de auxiliar na proposição de práticas fornece o olhar sobre o sujeito que transforma e é transformado nos contextos em que se encontra. A Educação Ambiental buscou conhecer e compreender como é percebido e assimilado o ambiente, quais fatores cognitivos e ambientais estão envolvidos no processo e por fim associar os dados obtidos com a pesquisa, ou seja, procurar entender como e se as questões ambientais cotidianas são apreendidas pelos participantes. Nos resultados e discussão foi apresentada a concepção dos agentes ambientais sobre trabalho, natureza e sociedade, ou seja, como esses trabalhadores compreendem a ligação entre esses três elementos e se os compreendem como um tripé que fomenta as discussões atuais sobre política, economia e meio ambiente. Vale ressaltar que em cada seção procurou-se utilizar referências bibliográficas pertinentes ao tema desenvolvido.

Por fim, foram apresentadas algumas considerações gerais do trabalho realizado e quais contribuições o mesmo pode oferecer para empresas privadas e poder público para a formação e capacitação dos profissionais que

trabalham diretamente com os resíduos produzidos pela sociedade, visando o menor impacto ambiental aliado à qualidade de condições de trabalho e informação para os envolvidos.

O material bibliográfico utilizado na preparação do trabalho e do texto é bem mais extenso do que o que consta nas referências. Cada item bibliográfico foi submetido a um exame inicial e alguns aspectos de seu conteúdo foram resumidos. Considerou-se importante apresentar o levantamento realizado como Apêndice A.

No decorrer do texto foi utilizado o termo “agentes ambientais” para se referir aos trabalhadores das diferentes atividades que foram abordadas na pesquisa. Este termo não é amplamente utilizado, mas alguns municípios já fazem uso para referenciar as pessoas que trabalham com meio ambiente, é o caso do município de Santa Teresa, parte da presente pesquisa. Outro motivo para o uso do termo agentes ambientais foi em razão da pesquisa abordar diferentes atividades, ficando, em alguns casos repetitivo citar todas as atividades, então optou-se por utilizar o termo “agentes ambientais” para se referir a todos os participantes da pesquisa, quando apropriado e quando envolvia todos os participantes.

II OBJETIVOS

O objetivo da investigação foi desenvolvido a partir de três vertentes articuladas entre si: a) identificar e descrever modalidades de atividades que integram a rotina de trabalhadores encarregados de lidar com lixo, com dejetos e com a limpeza urbana (agentes ambientais) em cidades de pequeno porte situadas em área de extensa vegetação e mananciais de água, na região centro serrana com alto potencial turístico, assim como as condições em que tais atividades eram executadas; b) identificar, a partir de concepções relatadas por tais trabalhadores, evidências de compreensão das inter-relações entre suas atividades e aspectos ambientais de interesse geral para a comunidade, verificando se tais concepções estavam associadas às modalidades de atividades exercidas; c) identificar a trajetória desses trabalhadores de forma a descrever elementos que contribuíram para que se tornassem agentes ambientais e analisar como vêem seu trabalho e como percebem que a sociedade o vê, levando em conta a modalidade de atividade exercida, buscando elementos que permitiram caracterizar em termos de identidade social os diferentes grupos de agentes ambientais.

A noção de identidade social, tal como entendida na perspectiva do chamado modelo de Bristol (para o qual a principal contribuição provém do trabalho de Henri Tajfel), permite articular elementos de natureza psicológica com elementos de natureza sociológica na busca da compreensão a respeito de como as condições sociais (econômicas, culturais, grupais) vividas pelo indivíduo participam da construção das concepções desse indivíduo e da forma como ele se percebe e percebe sua inserção na sociedade, influenciando todo o tempo seu comportamento nas mais diversas situações.

A identidade se refere, portanto, a uma complexa característica do indivíduo que resulta do fato dele ter condições de perceber comparativamente que faz parte de determinados grupos na sociedade e não faz parte de outros grupos, o que é sempre vivido em associação com significados emocionais resultantes de sua capacidade de avaliar o que está vivendo de forma comparativa com o que indivíduos de outros grupos estão vivendo.

Como ressalta Amâncio (1997, p. 291) a ligação entre o psicológico e o sociológico que o conceito de identidade estabelece não reside unicamente na representação que os indivíduos fazem dos seus papéis, mas as representações sobre os grupos de pertença e suas posições sociais também contribuem para a percepção do eu.

Com isso a pretensão do presente trabalho foi a de que as questões apresentadas aos participantes contemplassem modalidades de informação que possibilitassem lidar com aspectos da identidade social dos grupos de trabalhadores que estão representados. Identificar essa perspectiva foi importante considerando a possível desvalorização das atividades que desenvolvem em decorrência de sua associação com o que é resto, é lixo, não presta mais e precisa ser descartado (o que, por sua vez, pode estar relacionado a estereótipos consolidados).

III REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE NATUREZA, SOCIEDADE E TRABALHO

3.1.1 DE LIXO A RESÍDUOS SÓLIDOS: CONTEXTUALIZANDO O LIXO E SUAS APLICABILIDADES

O lixo, certamente, está relacionado com a história das sociedades humanas. Carvalho (2004) destaca dois momentos que marcaram as relações entre sociedade e natureza, a saber: a natureza selvagem e ameaçadora e a natureza bela e boa. Para a autora esses momentos tiveram grande importância nas concepções que temos hoje da relação homem-natureza. A partir do século XV teve início o processo de ocupação urbana em escala expressiva, marcando diferenciação e mesmo oposição ao modo de vida no campo. À medida que a urbanização foi se concretizando, principalmente pela vinda dos camponeses para a cidade, em razão das dificuldades de manutenção de suas propriedades, o campo e o que estava relacionado a ele adquiriu valor negativo, sendo associado à incivilidade, ao feio. Era necessário criar um mundo onde a natureza fosse domesticada. Em tal perspectiva a cidade era vista como lugar bonito, de civilidade e de gosto sofisticado.

Nesse contexto, a autora destaca que nos séculos XVI e XVII a cidade era considerada lugar civilizatório, os moradores da cidade eram considerados cultos e educados em oposição aos que habitavam o campo. Nesta época, denominada Natureza Domada, se impunha a superioridade da

cidade sobre o campo, as florestas e tudo que lembrasse o natural. O campo era transformado para demonstrar proximidade com a organização das cidades (inicia-se então o processo de desmatamento para o plantio organizado), com isso as matas e os pântanos eram considerados lugares feios, improdutivos e sem utilidade para o homem.

Em pouco tempo, com a aglomeração de pessoas, a falta de higiene e o acúmulo de lixo, as cidades se tornaram locais de descarte de excrementos humanos e de transmissão de doenças. De acordo com Velloso:

As cidades, no medievo, eram densamente povoadas. Os resíduos - fezes, urina e águas fétidas – eram lançados pelas janelas. As roupas eram lavadas raramente e, como consequência, elas ficavam infestadas de pulgas, percevejos, piolhos e traças. (Velloso, 2008, p.1995).

A Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII contribuiu consideravelmente para o domínio do homem sobre a natureza e a degradação ambiental da época. Neste período a Inglaterra dominava a produção de carvão, combustível da Revolução Industrial, utilizado tanto para fins comerciais quanto domésticos, gerando quantidade imensa de resíduos. De acordo com Carvalho (2012, p. 57): “O *smog* inglês (mistura de nevoeiro e fumaça) tornou-se a marca registrada das grandes transformações sociais e ambientais desencadeadas pelo modo de produção industrial”.

A experiência urbana, marcada por práticas descontroladas e não planejadas resultando em prejuízos sociais e ambientais para a população, impulsionou o surgimento de um sentimento estético e moral de valorização da natureza selvagem. No final do século XVIII houve um movimento inverso ao acontecido nos séculos XVI e XVII, a natureza passou a ser valorizada num movimento que surgiu na Inglaterra chamado movimento das *novas sensibilidades*, o qual evidenciava as belezas naturais e a importância do mundo natural. Esse movimento surgiu na época em que as cidades estavam imersas na poluição atmosférica, provocada pelas fábricas, a sujeira estava associada às doenças, e o trabalho era fonte de exploração (Carvalho, 2004).

Com início na idade média, mas com renovação de incidência ao longo de vários séculos, chegando até ao século XIX, a Europa viveu diversas epidemias de peste bubônica, que tinham relação com as condições de habitação, de higiene, e de proliferação de resíduos de vários tipos nos contextos de aglomeração urbana. A peste provocou a morte de enorme quantidade de pessoas, independentemente do grupo social ao qual pertenciam.

O fantasma da peste rondava a vida das pessoas. Obter água limpa para beber e cozinhar era um problema, pois o conteúdo das fossas infiltrava-se no solo e contaminava os poços. Lixo, resíduos de curtume e matadouros poluíam os rios.... (Velloso, 2008, p. 1956).

O movimento das *novas sensibilidades* foi impulsionado pelo romantismo do início do século XIX, o qual propunha repensar o estilo de vida

e enxergar a natureza como bela e boa, essa perspectiva esta presente nos dias atuais.

Apesar da degradação ambiental em larga escala e dos riscos para a saúde se tornarem cada vez mais perceptíveis, ou até mesmo mais evidentes, em decorrência da produção e acúmulo de resíduos de vários tipos, consequência das atividades humanas em condições de vida que envolviam aglomerações cada vez maiores. Só muito recentemente o lixo passou a ser encarado como preocupação essencial e só a partir de 1970, de fato, também passou a ser considerado como um problema ambiental.

Para introduzir a questão do lixo no contexto histórico brasileiro utilizou-se como referência um estudo realizado por Miziara (2008), no qual a autora faz uma abordagem que recupera aspectos históricos a respeito do lixo e suas implicações em termos políticos, de saúde e de estética na vida em sociedade. A autora se restringe à cidade de São Paulo, mas sua reflexão pode ser estendida sem perda de sentido para todo o país, resguardando-se as características regionais. Sua análise inicia-se no século XIX e se estende até a atualidade, e para tal utiliza documentos históricos e a legislação para discorrer sobre o assunto.

No contexto acima mencionado, Miziara registra que o lixo começou a ser visto como um problema quando as pessoas começaram a se incomodar com os dejetos, até então eliminados de forma não planejada. Esse lixo, de início, envolvia basicamente material que se decompunha, ou seja, material

orgânico, tais como restos de comida, excrementos, e resíduos provenientes do trabalho (restos vegetais, madeira e seus derivados).

Com a necessidade do poder público tornar os ambientes urbanos mais acessíveis e atraentes, buscou-se “educar” a população a respeito da destinação do lixo. Empresas foram contratadas para coletar o lixo proveniente de residências e indústrias e destiná-lo a outro local, o que ainda hoje existe em muitas cidades e é chamado de lixão a céu aberto. Na época, essa forma de descarte do lixo, assim como a sua incineração, constituíam os únicos procedimentos de descarte praticados.

É freqüente que a convivência com o lixo descartado em condições impróprias, associada à despreocupação com aspectos de higiene, resulte em doenças. Miziara (2008) faz menção à preocupação do governo de São Paulo da época no início da coleta de lixo, com o surgimento de epidemias como a da febre amarela, com o que, a partir de então, passou a monitorar o lixo produzido pelas pessoas e, principalmente, o seu armazenamento. A autora ressalta que a partir das campanhas do governo sobre os riscos que o lixo implicava e da contratação das empresas especializadas para a coleta do lixo, não é difícil entender que a população, com o tempo e com a falta de informações esclarecedoras, tenha passado a discriminar as pessoas que trabalhavam diretamente com os resíduos, como empregados das atividades de coleta, catadores e varredores de rua, pois associavam os mesmos à sujeira e às doenças provenientes do lixo, já que seu contato com dejetos era cotidiano.

De acordo com Portillo, “desde aquela época até os dias atuais, as pessoas que trabalham ou vivem do lixo – catadores, coletores e até mesmo engenheiros sanitaristas – são estigmatizados pela sociedade” (Portillo, 1997, citado por Velloso, 2008, p. 1858). A inclusão de engenheiros sanitaristas na relação dessa “perigosa” modalidade de trabalhadores, ainda que lembrada por um único autor, é interessante como exemplo da força da repulsa social aos que lidam com o universo dos dejetos, mesmo que trate de profissional de reconhecido prestígio cujo trabalho não envolve contato habitual com os dejetos.

Com a fiscalização do destino dado pelos moradores ao lixo, considerando que o quintal das casas não era mais utilizado para o seu descarte e armazenamento, o lixo passou a ser responsabilidade do poder público.

Nesse contexto, a legislação brasileira atual dos resíduos sólidos¹ preconiza que o poder público (municipal) é responsável pela coleta de resíduos comerciais até 50 kg ou litros e residenciais, enquanto que os resíduos comerciais excedentes são responsabilidade do próprio gerador (Mucelin & Bellini, 2008).

Em relação à produção excessiva de resíduo ou de poluição, o fato dos comércios darem destino aos seus resíduos excedentes não dá anuência para

¹ Em anexo a Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Anexo A).

que produzam e poluam indiscriminadamente. De acordo com Fiorillo (2007) o princípio do poluidor² não traz como indicativo pagar para poder poluir.

De acordo com Granziera (2011, p. 70):

O princípio poluidor-pagador tem sua origem na Recomendação OCDE³ C(72)128, de 1972, e significa que o 'poluidor deve arcar com os custos relativos às medidas de prevenção e luta contra a poluição, normalmente assumidas pelo Poder Público, configurando um ônus social. Pelo princípio 'poluidor-pagador', o custo dessas medidas de prevenção deve repercutir no preço dos bens e serviços, que estão na origem da poluição, em razão de sua produção e do seu consumo.

Miziara (2008) ressalta que a descontinuidade do armazenamento do lixo nos quintais das propriedades pode ter contribuído para que a população passasse a classificá-lo como aquilo que não tem qualquer valor, que não presta, mesmo que até então ele não fosse visto dessa forma, pois era algo que ainda fazia parte da casa das pessoas.

Esse conceito de lixo ainda hoje é utilizado. De acordo com o Dicionário Aurélio o lixo pode ser entendido como aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora. Sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor (Ferreira, 1999).

² O termo poluidor-pagador é usado na Política Nacional de Meio Ambiente para indicar um dos princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988.

³ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Atualmente, o termo lixo foi substituído por resíduo sólido. O objetivo da nova terminologia foi desvincular a desvalorização que o termo agrega ao material produzido. Além disso, resíduo produz a conotação de reutilização ou reaproveitamento, reutilização essa que em momentos anteriores, dependendo da natureza dos resíduos, não fazia qualquer sentido, pois ainda não era vislumbrada como possibilidade. Para Demajorovic (1995, p. 89):

Essas novas características contribuíram para tornar prioritária dentro do setor público, nos países desenvolvidos, a política de gestão de resíduos sólidos, demandando um comportamento diferente de setores públicos, produtivo e de consumo.

Em 02 de agosto de 2010 foi aprovada a Lei n. 12.305 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)⁴. Em setembro de 2011 o governo federal lançou a versão preliminar para análise do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

A política dos resíduos sólidos objetiva, além de melhor destino do resíduo, também influenciar na produção do produto, a fim de que se invista menos material e menos energia na fabricação. Outro fator que deve ser considerado é a durabilidade do produto e sua possibilidade de reaproveitamento (refil) ou de reciclagem das embalagens. Para Demajorovic (1995), o investimento em uma política de resíduos sólidos, visando, não só a destinação final do resíduo e sim, considerando todos os processos envolvidos

⁴ Em anexo a Lei n. 12.305 de 02 de agosto de 2010 (Anexo A).

pode garantir, em longo prazo, diminuição ou estabilização dos recursos naturais e do volume de resíduo produzido.

O que se pode perceber é que apesar da evolução com a criação da política de resíduos sólidos, a relação da sociedade com o resíduo tornou-se complexa, pois com o aumento das oportunidades de consumo, também houve aumento na produção do resíduo, fato esse que aconteceu em decorrência do maior poder aquisitivo das pessoas e também das influências nos meios de produção e apresentação dos produtos, demandando mais matéria prima para a produção das embalagens, cada vez maiores e elaboradas.

Na concepção de Dias (2001), os maiores problemas ambientais estão relacionados à pobreza e à miséria, mas, por outro lado, o poder de consumo da sociedade fez surgir um agravante aos problemas ambientais. A produção em larga escala e o consumo excessivo levaram ao acúmulo de resíduos sólidos nas periferias dos centros urbanos, locais onde normalmente se situam os lixões. A grande produção de lixo, considerando os aspectos mencionados, é inevitável nas cidades pelo fato de ali ocorrer grande aglomeração de pessoas, o que também demanda maior produção, consumo e degradação de energia (Leff, 2001a).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) indicam aumento, que permanece em curso, da população nas cidades, e destacam que, no Brasil atual, 84,35% dos habitantes vivem nas cidades, enquanto em 2000 eles eram 81,25%. Outro dado constatado no Censo de 2010, que

interessa registrar aqui, é o aumento populacional no Espírito Santo (13,41%), conferindo ao estado o maior aumento populacional percentual da região sudeste, o que decorreu especialmente da ampliação das oportunidades de emprego oferecidas no estado.

Odum (1988) considera a urbanização como a atividade humana de maior impacto no ambiente. A urbanização provoca transformações irreparáveis quando não planejada, ocasionando além de problemas ambientais, problemas sociais.

De acordo com Dias (2006), apesar de ocuparem apenas 2% da superfície da Terra, as cidades consomem 75% dos recursos naturais globais e produzem 80% da poluição. Para a manutenção dos processos urbanos, sacrificam-se os recursos naturais, causando a destruturação dos entornos ecológicos, o dessecamento dos lençóis freáticos, a sucção dos recursos hídricos, a saturação do ar e a acumulação do lixo. Segundo a lógica da sociedade moderna, todo este processo se justifica, pois é o preço necessário a pagar para desfrutar dos benefícios do progresso (Leff, 2001b).

Em razão da aglomeração populacional nas cidades e dos problemas sociais e ambientais que a mesma produz, é importante criar estratégias para aumentar a qualidade de vida das pessoas nos centros urbanos.

Nesse sentido, para Mucelin e Bellini (2008, p.112):

O morador urbano, independente de classe social, anseia viver em um ambiente saudável que apresente as melhores condições para a vida, ou seja, que favoreça a qualidade de vida: ar puro, desprovido de poluição, água pura em abundância, entre outras características tidas como essenciais.

Os hábitos de vida, os costumes e as crenças influenciam a ocorrência de ações provocadoras de danos ambientais aos locais que as pessoas habitam, muitas vezes sem considerar que muitos espaços degradados são públicos.

A degradação ambiental, na maioria das vezes, passa pela falta de preocupação com o coletivo, com a dificuldade de entender que a vida em sociedade requer respeito. Nesse contexto, Jacobi (2003) alerta que é necessário desenvolver uma estratégia de educação ambiental que envolva o coletivo através da solidariedade.

O consumo excessivo leva à produção de resíduo em larga escala e é uma das características da sociedade moderna. O consumismo e, conseqüentemente, a produção de resíduo é um movimento que está na contramão das práticas da educação ambiental, pois não demonstra preocupação com as gerações futuras.

De acordo com dados da Abrelpe (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais) a população urbana do país aumentou 0,9% de 2010 para 2011 e a geração de resíduos aumentou 1,8%, como se pode constatar na tabela abaixo.

Tabela 1: Geração de Resíduo em 2010 e 2011.

Região	2010	2011
	RSU gerado (t-dia) Kg-hab-dia	RSU gerado (t-dia) Kg-hab-dia
Norte	12.920 - 1,108	13.658 – 1,154
Nordeste	50.045 - 1,289	50.962 – 1,302
Centro-Oeste	15.539 - 1,245	15.824 – 1,250
Sudeste	96.134 – 1,288	97.293 – 1,293
Sul	20.452 - 0,879	20.777 – 0,887
BRASIL	195.090 - 1,213	198.514 – 1,223

Fonte: Abrelpe 2010 e 2011, PNAD 2001 a 2011, IBGE 2011.

Os dados da tabela indicam aumento na produção de lixo superior ao aumento da população, o que demonstra que o poder econômico da população urbana aumentou na mesma proporção de oferta e procura por produtos industrializados, os maiores geradores de resíduos, como pode ser percebido quando analisada a geração per capita de resíduo.

Além do crescimento da produção de resíduo, existe o fator agravante da alocação desses resíduos, em sua maioria depositados em locais impróprios, ocasionando graves problemas ambientais e de saúde.

Tabela 2: Destinação do lixo adotada pelos municípios do país em 2011.

Destino final	Regiões e Brasil – 2011					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Brasil
Aterro sanitário						
Aterro	88	446	154	808	698	2.194
controlado						
Aterro	109	502	148	640	365	1.764
Lixão	252	846	164	220	125	1.607
Brasil	449	1.794	466	1.668	1.188	5.565

Fonte: Abrelpe, 2011.

A Lei Federal nº 12.305-10 que rege a Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos (PNRSU), considera resíduo sólido urbano o proveniente de residências e os oriundos da limpeza pública. Dados da Abrelpe indicam que são coletados diariamente no Brasil 198.514 toneladas de resíduos, dos quais 58,1% são depositados em aterros sanitários, 24,2% em aterros controlados e 17,7% em lixões a céu aberto. Em relação ao tipo de destinação dos resíduos sólidos adotada pelos municípios em 2011, a tabela mostra que mais de mil lixões encontram-se ativos, e precisam ser desativados para cumprimento da Política Nacional do Resíduo Sólido, a qual prevê a desativação dos lixões até 2014.

Apesar de 58,1% do total de resíduo coletado ter sido alocado em aterros sanitários, a Abrelpe destaca que 75 mil toneladas de lixo diárias tiveram destino inadequado, sendo encaminhados a lixões a céu aberto ou aterros controlados, os quais não apresentam condições adequadas para o acondicionamento do lixo. Os dados a respeito do destino do lixo encontram-se

organizados no gráfico abaixo, que mostra aumento no destino correto do lixo de 2010 para 2011.



Figura 1: Fonte: Abrelpe em 2011.

Em relação aos chamados resíduos controlados ou adequados, Brasil (2005) chama atenção para os aterros sanitários que, apesar de serem considerados adequados do ponto de vista do saneamento ambiental quando bem gerenciados (principalmente na captação do gás metano para produção de energia), têm implicações negativas, a saber: provocam impactos ambientais, ocupam grandes áreas, não contribuem para a educação da população no sentido de reduzir a quantidade de resíduos. Além disso, os materiais depositados nos aterros sanitários não são reaproveitados, salvo quando existe investimento para a produção de energia a partir da biomassa do lixo.

De acordo com Grimberg (2005) os aterros controlados podem facilmente tornar-se lixões, além de causarem graves problemas ambientais, já que não possuem as mesmas qualificações e controle dos aterros sanitários. Por outro lado, os aterros sanitários também constituem problema, como mencionado anteriormente, pelo alto custo envolvido em sua implantação, e pela necessidade de grandes áreas livres – áreas essas que nas cidades maiores não existem e nas cidades menores são utilizadas para outros fins, como agricultura e lazer, ou estão reservadas para a expansão urbana.

É preciso estar ciente de que existem três tipos de recursos: aqueles que consumimos sem problema de serem esgotados, aqueles que consumimos e que são finitos e aqueles que têm a possibilidade de reutilização, através da reciclagem. Em relação a esse último, Moscovici ressalta que: “Essa noção de regeneração, de reciclagem dos recursos, essencial à abordagem dos ecologistas, se opõe às idéias de conquista e destruição” (Moscovici, 2007, p. 33).

A reciclagem é uma alternativa para diminuição do descarte de resíduos sólidos. Apesar de ainda não ser uma atividade constante em todos os estados e municípios, os dados indicam que houve aumento do percentual de resíduo destinado a reciclagem. Azevedo, Nascimento e Mendes (2001) ressaltam que a reciclagem poderia contribuir para a diminuição do uso de matéria virgem, do volume de resíduos dispostos a céu aberto e de incidência de problemas ambientais associados ao lixo. A eficiência da prática da reciclagem depende de alguns fatores, dentre eles, ser considerada parte da política pública dos

estados e municípios, o que incentivaria a coleta seletiva, fator primordial para a promoção de atividades que envolvem a reciclagem, seja em âmbito industrial ou artesanal. A seguir são apresentados alguns dados do CEMPRE (Compromisso Empresarial para Reciclagem) referentes á reciclagem no Brasil em 2010.

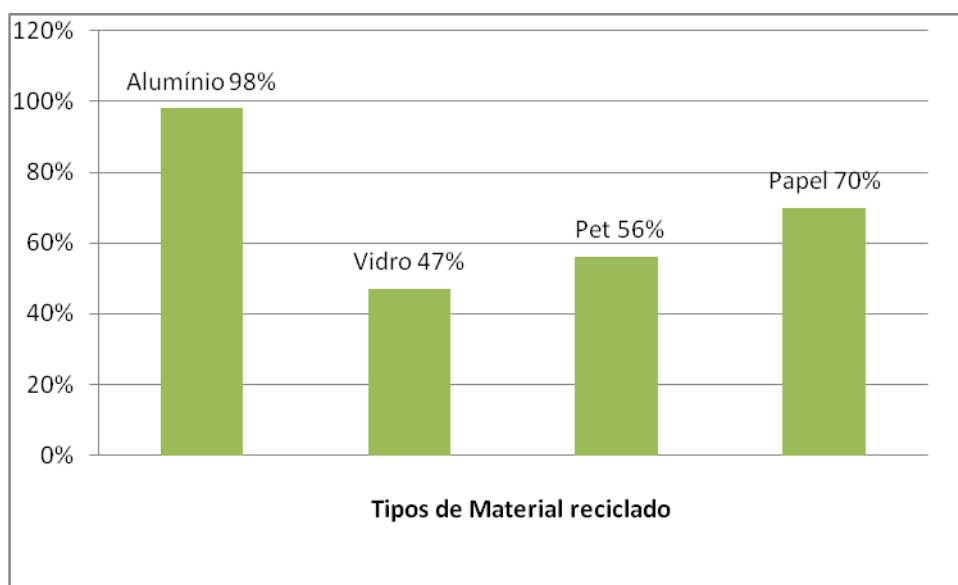


Figura 2: Fonte: CEMPRE.

A reciclagem apesar de ainda pouco praticada no Brasil, tem aumentado desde o ano 2000, o que demonstra que as políticas de alerta ao desperdício e o incentivo a reciclagem começam a fazer parte da rotina das indústrias (dado seu interesse econômico) e também tem sido fonte de trabalho. Os dados a seguir mostram a evolução da reciclagem no Brasil.

O crescimento da reciclagem no Brasil

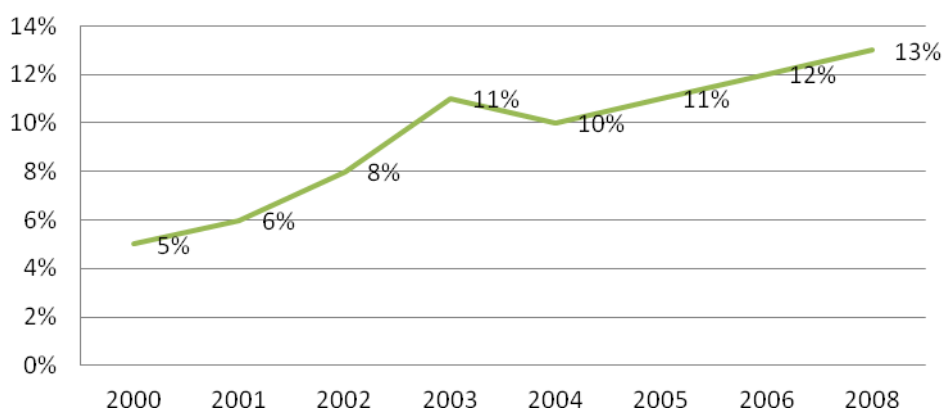


Figura 3: Fonte: Cempre, 2010.

Azevedo, Nascimento e Mendes (2001) salientam aspectos da produção mundial de lixo. Atualmente a população do mundo gera cerca de quatrocentos milhões de toneladas de lixo por ano, ou um milhão e cem mil toneladas por dia. Caso essa quantidade de lixo fosse colocada em sacos de 20 litros e enfileirada, a cada dia se formaria uma linha com a mesma distância da Terra à Lua, ou ainda, o equivalente a 92 estádios do Maracanã cheios de lixo por dia.

Vale ressaltar que até os anos 1970 considerava-se o crescimento populacional como o grande vilão responsável pelo aumento de resíduos, mas a partir dos anos 1990, a concepção se alterou e passou a haver entendimento de que as práticas de consumo têm papel fundamental no aumento de resíduos (Portilho, 2005, citado por Santos, 2008).

Outra questão relevante nesse processo é o desperdício, em especial do lixo orgânico. Tal resíduo era considerado inocente, por isso deixado para

apodrecer nos lixões, produzindo gás metano em grandes quantidades, ou era queimado, aumentando os custos e a quantidade de gases tóxicos lançados na atmosfera. Por outro lado, o alto custo de montagem e manutenção de instalações para captura do gás metano para produção de energia torna essa prática inviável em muitos locais do Brasil. Outro problema relacionado à utilização da incineração é o não reaproveitamento de materiais considerados recicláveis. Fatores culturais influenciam o aproveitamento limitado que os brasileiros fazem dos alimentos (é grande o desperdício) e o baixo nível de reutilização de embalagens e de outros produtos recicláveis, aumentando o custo com aterramento e abrindo mão de vantagens econômicas.

Como exposto acima, é alto o custo da reutilização dos resíduos orgânicos como fonte de energia. Como alternativa, têm sido testado o desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento desse composto como adubo no cultivo de plantas ornamentais. É evidente que tal alternativa não representa solução em larga escala, mas, juntamente com a educação ambiental, é uma forma de as pessoas aproveitarem os resíduos orgânicos que produzem em suas propriedades com danos ambientais reduzidos.

Em relação à utilização do resíduo orgânico Backes e Kampf (1991) relatam que há vários materiais que poderiam ser utilizados como substrato para cultivo de plantas em viveiros, e citam também a utilização do lodo ou chorume como outra fonte de adubo para plantas não comestíveis, sendo que, neste caso, não haveria risco dos possíveis contaminantes presentes no substrato afetarem a população.

Grimberg (2005) ressalta que ter uma legislação aplicável é de extrema importância para a política de resíduos sólidos no país. Identificar as dificuldades, os pontos fracos dos municípios, definir responsabilidades em âmbito nacional, estadual e municipal, destinar investimentos, propor ações ambientalmente e economicamente viáveis e, por fim, inserir os agentes envolvidos em tal problemática, inclusive catadores de rua e de lixões, para que os mesmos sejam socialmente reconhecidos como aptos a exercerem essa atividade.

É necessário haver estímulo para que as indústrias produzam bens de maior durabilidade com possibilidade de reutilização através da reciclagem. É urgente investir em educação para o consumo, para a formação de consumidores mais consciente.

De acordo com a Fundação Nacional de Saúde a reciclagem dos resíduos sólidos se divide em: separação e classificação de materiais, processamento, comercialização e reaproveitamento.

As atividades provenientes da reciclagem podem ser classificadas em: “pós venda (reparação ou troca por defeito de fabricação ou problemas com transporte) e pós consumo (os resíduos produzidos com as sobras e/ou embalagens de produtos consumidos)” (Leite, 2003, citado por Campos et al., 2009, p. 8).

A participação da indústria e do comércio na produção de resíduos pode ocorrer de duas formas: gerenciamento dos resíduos denominados especiais e pagamento de taxas por todos os setores envolvidos com as embalagens, recursos esses que podem ser revertidos para fundos municipais dos municípios que implantarem sistemas de reaproveitamento de resíduos visando a inclusão social.

O envolvimento dos setores da sociedade geradores de resíduos é de extrema importância, pois movimenta uma economia denominada solidária, a qual visa a inclusão de pessoas que trabalham de alguma forma com o lixo (Grimberg, 2005). O Brasil gasta com descarte de lixo três trilhões de reais por ano, e se houvesse políticas públicas eficientes para tratamento e reutilização dos materiais provenientes do lixo seria possível utilizar parte desse montante para investir, principalmente, na inclusão efetiva de pessoas que trabalham com o lixo (Azevedo; Nascimento; Mendes, 2001). Em 2011, os recursos aplicados na coleta de resíduos sólidos urbanos atingiram um montante de 7.684 milhões reais, de acordo com os dados divulgados pela Abrelpe, o que demonstra que é mais viável financeiramente implantar um sistema de coleta seletiva eficiente, do que investir em descarte indiscriminado do lixo.

Além da questão social e ambiental é importante ressaltar os problemas de riscos à saúde associados ao destino inadequado do lixo. Sissino e Moreira (1996) estudaram a contaminação química do aterro do Morro do Céu, em Niterói, que fica próximo a um bairro residencial, e encontraram contaminação

por microorganismos, o que contribui para o adoecimento de moradores da região.

A sociedade tem reagido com ações relativas aos diversos aspectos da problemática do lixo. Martins et al. (2008) fornecem um panorama dos movimentos, fóruns e discussões relacionados aos problemas ambientais, em especial à produção de lixo e às consequências das formas de descarte. Também exemplificam alternativas para lidar com a produção de resíduos, tanto doméstico quanto industrial, apresentando o MDL (modelo de desenvolvimento limpo), criado pelo IPCC, órgão gerenciado pelas Nações Unidas e que detém dados sobre os problemas ambientais globais e sobre as possíveis formas de mitigação desses problemas. Os autores citados ressaltam ainda que, através do MDL, é possível o Brasil comercializar créditos de carbono para outros países que não apresentam um programa de reutilização de biomassa para produção de energia, citando como exemplo o projeto Usinaverde, no Rio de Janeiro, que só se tornou possível a partir da associação entre empresas como a Refinaria REDUC, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Em relação ao Modelo de Desenvolvimento Limpo (MDL), cabe ressaltar que o mesmo foi adotado como alternativa aos países pertencentes ao Anexo 1⁵ da Convenção-Quadro que não tinham condições de cumprir com o acordo

⁵ Os países integrantes do anexo1 são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Bulgária, Canadá, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Estônia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Letônia, Liechtenstein, Luxemburgo, Mônaco, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia,

de redução das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) (Sister, 2007). O Anexo 1 é formado por trinta e cinco países que assumiram o compromisso de reduzir as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE).

De acordo com o Protocolo de Quioto, em seu artigo 12:

- 1 – Fica definido um mecanismo de desenvolvimento limpo.
- 2 – O objetivo do mecanismo de desenvolvimento limpo deve ser assistir as Partes não incluídas no Anexo 1 para que atinjam o desenvolvimento sustentável e contribuam para o objetivo final da Convenção, e assistir às Partes incluídas no Anexo 1 para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Art. 3.
- 3 – sob o mecanismo de desenvolvimento limpo:
 - a) As Partes não incluídas no Anexo 1 beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões; e
 - b) As Partes incluídas no Anexo 1 podem utilizar as reduções certificadas de emissões, resultantes de tais atividades de projeto, para contribuir com o cumprimento de parte de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Art. , como determinado pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes desse Protocolo.
- 4 – O mecanismo de desenvolvimento limpo deve sujeitar-se à autoridade e orientação da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes desse Protocolo e à supervisão de um conselho executivo do mecanismo do mecanismo de desenvolvimento limpo.
- 5 – As reduções de emissões resultantes de cada atividade de projeto devem ser certificadas por entidades operacionais a serem designadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo, com base, em:

Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Republica Checa, Romênia, Suécia e Suíça.

a) Participação voluntária aprovada por cada Parte envolvida;

b) Benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo relacionados com a mitigação da mudança do clima; e

c) Reduções de emissões que sejam adicionais às que ocorreriam na ausência da atividade certificada de projeto.

6 – O mecanismo de desenvolvimento limpo deve prestar assistência quanto à obtenção de fundos para atividades certificadas de projetos quando necessário.

7 – A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve, em sua primeira sessão, elaborar modalidades e procedimentos com o objetivo de assegurar transparência, eficiência e prestação de contas das atividades de projetos por meio de auditorias e verificações independentes.

8 – A Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo deve assegurar que uma fração dos fundos advindos de atividades de projetos certificadas sejam utilizadas para cobrir despesas administrativas, assim como assistir às Partes países em desenvolvimento que sejam particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima para fazer face aos custos de adaptação.

9 – A participação no mecanismo de desenvolvimento limpo, inclusive nas atividades mencionadas no parágrafo 3(a) acima e na aquisição de reduções certificadas de emissão, pode envolver entidades privadas e ou públicas e deve sujeitar-se a qualquer orientação que possa ser dada pelo conselho executivo do mecanismo de desenvolvimento limpo.

10- Reduções certificadas de emissões obtidas durante o período do ano 2000 até o início do primeiro período de compromisso podem ser utilizadas para auxiliar no cumprimento das responsabilidades relativas ao primeiro período de compromisso.

Em síntese, o Modelo de Desenvolvimento Limpo (MDL) consiste em uma forma dos países membros do Anexo 1 que não conseguirem cumprir a

meta de redução dos gases do efeito estufa (GEE), cumprirem tais metas adquirindo Reduções Certificadas de Emissões de outros países. Além disso, a recomendação do Protocolo de Quioto é de que o MDL seja utilizado para promover o desenvolvimento sustentável (Sister, 2007). É importante ressaltar que os países do Anexo 1 não podem utilizar o MDL como forma de cumprimento total de suas metas.

Martins et al. (2008) citam a seguinte afirmação de Oliveira: “o lixo representa transtorno causado pela sociedade consumista, e como este é gerado coletivamente, precisa também ser resolvido de forma coletiva” (Oliveira, 2002, citado por Martins et al., 2008, p. 12). Ressaltam ainda a importância do Brasil produzir energia a partir de resíduos para minimizar problemas ambientais, de saúde e até mesmo sociais, além de gerar benefícios econômicos já que o Brasil poderia comercializar créditos de carbono com outros países em déficit com as questões ambientais.

Além de todos os agravantes da disposição do lixo sem os cuidados básicos de saúde e com o ambiente, é importante salientar que os aterros e lixões são utilizados por pessoas (adultos e crianças) que retiram desses locais a sua sobrevivência, estando sujeitas a doenças e acidentes. Grimberg (2005) estima que entre 200 e 800 mil catadores trabalhem em depósitos a céu aberto e nas ruas, em todo o país. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 45 mil crianças e adolescentes brasileiros vivem da garimpagem do lixo, estando metade delas concentrada na região Nordeste. São filhos de famílias muito pobres que utilizam o lixo para ajudar no sustento,

ficando, na maioria das vezes fora da escola, alimentando ainda mais o ciclo da exclusão.

Nesse sentido, Mello (2004, p.2) acrescenta:

Nossos sujeitos, crianças que catam no lixo, catam para brincar, também, mas catam para 'engordar' a renda familiar.... Crianças como quaisquer outras, não fosse o lixo seu contexto, não fosse seu trabalho e matéria objetiva de seu conhecimento a catação dos restos da cidade, não fossem os signos de seu contexto material, desprezíveis para nós, sujeitos 'civilizados'.

Mendes, Azevedo e Nascimento (2001) destacam que as pessoas que trabalham com lixo, sejam adultos ou crianças ganham de 1 a 6 reais por dia. Para Paugam (2004) a pobreza está associada a um processo e não a um estado perpétuo e imutável. Dessa forma, o termo desqualificação social pode levar à compreensão desse processo, como a saída gradativa do mercado de trabalho e todas as implicações que estão associadas à desqualificação social do sujeito. O autor apresenta uma classificação de fases da inserção na pobreza. Quando o indivíduo passa da fase da dependência social, entra na fase de ruptura com os vínculos sociais, na qual, via de regra, ele vai se submeter a atividades até então discriminadas por ele mesmo (Paugam, 2004).

As atividades relacionadas com o lixo são exercidas pelas pessoas que não encontraram outra alternativa de trabalho, na maioria das vezes, pela falta

de qualificação. O que chama atenção é que para essas pessoas, denominadas agentes ambientais, além da falta de qualificação, falta também a compreensão dos seus direitos.

O direito a um ambiente saudável e à adequada qualidade de vida em todos os níveis faz parte dos direitos universais dos cidadãos. Por outro lado é conhecido que as pessoas muitas vezes não associam os direitos humanos às questões ambientais. Sabe-se hoje que as discussões acerca dos problemas ambientais englobam as desigualdades e a exclusão de cidadãos e de seus direitos sociais. Nesse sentido, as ações sobre os problemas ambientais precisam ser concentradas nas comunidades, partindo do local para o global. Dessa forma é possível atingir as pessoas e transmitir noções de sustentabilidade sócio ambiental, priorizando a compreensão da dualidade entre 'quem tem' e 'quem não tem'.

3.2 O LIXO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO ESTABELECIDAS ATRAVÉS DELE

O trabalho é fundamental para a vida humana, pois é condição essencial para assegurar a disponibilidade de recursos que viabilizam a existência social. No entanto, no sistema capitalista o trabalho muitas vezes pode ser objeto de marcada exploração, do que decorre poder ser motivo de sofrimento, de repetição mecânica, de falta de satisfação com a atividade exercida, e até mesmo de degradação humana, quando ocorre em contexto de alienação política e econômica decorrente da lógica desse mencionado contexto capitalista.

As trocas estabelecidas no sistema capitalista são formas de estabelecimento de relações sociais. O ato da troca não é a simples permuta. Nele estão embutidos normas, valores, diversidades culturais, conflitos e, permeando todos esses elementos, as relações sociais estabelecidas.

Os agentes ambientais sobrevivem de sua força de trabalho realizando atividades das quais não resultam produtos passíveis de serem comercializados, ou seja, atividades que não geram bens diretamente trocáveis por valores monetários. Dessa forma os agentes ambientais tendem a ser menos valorizados, em comparação com outras profissões, no contexto capitalista tal como conhecemos no país.

A valorização da força de trabalho ocorre em decorrência da concretização de um produto final. A partir do momento que este produto é consumido, é também anulado, ou seja, deixa de existir, deixando também de existir a comprovação da força de trabalho embutida no processo de sua produção (Gianotti, 1984). No caso dos agentes ambientais, esse processo se faz presente de forma muito específica, pois a força de trabalho desses profissionais é empregada em um produto que não aparece – um produto que, na verdade, precisa desaparecer.

Os agentes ambientais utilizam a sua força de trabalho como meio para executar as atividades que, ao final, estão relacionadas ao lixo. Dessa maneira, todas as atividades desenvolvidas por esses trabalhadores resultam em um produto “inacabado”. Podem ser enquadrados como produtos desse tipo tanto os próprios serviços de remoção, que precisarão ser complementados por outros serviços de eliminação, como a matéria-prima para outro trabalhador produzir algo que é consumido e valorizado pelas pessoas por ser visto por elas como necessário.

Quem trabalha com o lixo manuseia algo que já foi considerado produto e, através da ação do trabalho, ganha valor novamente, pois volta ao processo de produção, dando origem a outro produto que por sua vez vai entrar novamente nas forças produtivas, a saber: matéria-prima, objeto e produto.

O lixo, logo, não se constitui em um produto, mas sim em objeto pelo qual é possível a fabricação do produto. Os trabalhadores que lidam com o lixo,

trabalham com a matéria-prima, mas não atuam em condições que permitam ter a visão clara do produto final proveniente do lixo. A sociedade tem visão somente da matéria-prima, mas não do produto que dela pode decorrer. Tal visão limitada a respeito do trabalho e do objeto do trabalho dos agentes ambientais é um dos fatores desencadeantes do preconceito para com esses trabalhadores.

A condição '*sine qua non*' do trabalho é totalmente influenciada pela constituição da sociedade. Nesse contexto, a constituição política da sociedade é determinante para o lugar que o trabalho ocupa em determinada sociedade, seja através do seu papel transformador, do processo de valorização da força de trabalho, ou de seu papel na determinação das classes sociais.

A constituição política se apresenta como a força motriz para o estabelecimento das relações, em todas as instituições inventadas, sejam elas a família, a escola, ou a comunidade. A força política atua como uma atividade superior, e é dessa forma que o Estado consegue controlar todas as instituições que estão, de alguma maneira, sob sua tutela. Sposito identifica a produção política da sociedade de duas maneiras, a saber: “de um lado o ato de estabelecer a equivalência do desigual, a homogeneização, o identitário, e de outro desvela o conflito que está presente de forma imamente na relação de troca” (Sposito, 1996, p. 45).

As relações dos trabalhadores com os produtos e com os meios de produção não são iguais, pois os produtos não constituem vínculos - assim que

são finalizados são desvinculados do trabalhador. Por outro lado, os meios de produção fazem parte da constituição do trabalhador. No caso dos agentes ambientais a sua força de trabalho é o meio e o fim de sua atividade. A posição do trabalho na sociedade capitalista contribui para o estabelecimento da desigualdade baseada na exploração.

Se a desigualdade é um fenômeno sócio-econômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita (Santos, 2008, p. 280).

Nesse sentido, a desigualdade, tomando como base o trabalho e a exclusão social, está presente nas situações vividas por agentes ambientais, pois de alguma forma esse grupo é privado ou enfrenta dificuldades em termos de sua inserção no mercado de trabalho, o que gera a exclusão social dos mesmos, considerando que o trabalho funciona como válvula propulsora da valorização do homem na sociedade.

A sociedade moderna é definida como individualista, pois nela a premissa é a da produção e consumo de bens cada vez mais elaborados para atender aos anseios dos consumidores e justificar os ganhos cada vez maiores. Nesta sociedade exigente e ansiosa por novidades as pessoas são comparadas a uma moeda, com maior ou menor valor, ou seja, elas adquirem um valor monetário, sendo exemplo disso a venda da força de trabalho.

Essa visão em relação à importância da mão-de-obra e, ao mesmo tempo, à desvalorização do ser humano (detentor da mesma) que não teve oportunidades, conduz a diversos questionamentos sobre a relação trabalho-trabalhador.

A falta de qualificação profissional e de postos de trabalho proporcionou o surgimento de um nicho populacional que passou a habitar as periferias das grandes cidades. Para este nicho populacional restaram apenas profissões alternativas e ou ignoradas, aliadas à total falta de direitos elementares, como alimentação, saúde e moradia.

São vários os fatores que, combinados, determinam a exclusão social. Entre esses fatores as novas tecnologias que reduzem a necessidade de pessoas atuando no processo produtivo e a falta de qualificação da mão-de-obra são importantes determinantes do afastamento de milhares de trabalhadores dos postos formais de trabalho. São vários os casos noticiados de existência de vagas não ocupadas por não haver disponibilidade de mão-de-obra especializada para atender às exigências.

Em relação às transformações do trabalho e às suas consequências na valorização da força de trabalho do homem, Santos ressalta que:

Esta transformação do trabalho está a ocorrer por toda a parte ainda que em diferentes graus e com diferentes consequências. A revolução tecnológica está a criar uma nova e rígida segmentação dos mercados de

trabalho a nível mundial, entre uma pequena fração de empregos altamente qualificados, bem remunerados e com alguma segurança, e a esmagadora maioria dos empregos pouco qualificados, mal remunerados e sem qualquer segurança ou direitos. (Santos, 2008, p. 298).

Em tal sentido existe tendência a valorizar alguns trabalhos em detrimento de outros, como se nem todos fossem necessários para o sadio desenvolvimento e a manutenção da teia das relações sociais. Atualmente devota-se muito mais interesse ao trabalho das palavras do que ao trabalho dos homens (Moscovici, 2007).

De acordo com Legaspe (1996), a população que vive do lixo o faz depois de esgotar todas as formas de trabalho. Quando nem mesmo o trabalho braçal que poderia realizar é aceito, o indivíduo encontra no que a sociedade chama de lixo a última esperança de vida.

A sociedade moderna caracterizada pelo consumo excessivo descarta o que considera inútil em termos materiais e sociais. O lixo produzido através do consumo é tido como algo externo aos que o produzem, gerando estranhamento de muitos grupos sociais em relação aos que vivem desse lixo.

Para Bursztyn (2000), quem trabalha com o lixo no Brasil é mal incluído economicamente e é excluído socialmente. De acordo com o autor tais pessoas fazem parte de um nicho organizacional sem direitos básicos como saúde, alimentação, moradia, e muitas vezes as condições nas quais se encontram as limita até no direito de ir e vir.

Muitas vezes, como tentativa de diminuir as distâncias sociais e econômicas, alguns subsídios são oferecidos a essa população, na forma de ajuda financeira para suprir necessidades básicas e imediatas, mas é importante ressaltar como diz Sawaia (2004, p. 08) que:

A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

É fundamental a conscientização social de que do outro lado do lixo há um outro, um trabalhador, que sobrevive dos resíduos e que os utiliza como fonte de renda. Muitas vezes é através desse trabalhador que parcelas da sociedade conseguem ver o lado obscuro do crescimento econômico sem planejamento, o que por vezes gera desconforto e aversão por parte de quem simplesmente assiste integrantes desse grupo da população lutar para sobreviver (Catalão, 2003). Deve ser objeto de reflexão o fato de uma sociedade voltada para o consumo ter muita dificuldade de ver o outro, sugerindo que consumismo e individualismo parecem andar juntos.

Ressalta-se que, além da cegueira social, a sociedade de consumo também desenvolve a cegueira ambiental, acreditando que a capacidade de

suporte de poluição do planeta é infinita. Esta crise de degradação ambiental, risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza, vieram questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico negando a natureza e a criatividade humana.

3.2.1 Trabalho, natureza e sociedade

A relação do trabalho com o meio ambiente é muito próxima, já que os meios pelos quais o trabalho é realizado determinarão se a natureza será mais ou menos agredida. Os extremos sociais como riqueza e pobreza também são determinantes para a degradação ambiental.

As práticas de consumo adotadas pela sociedade, em razão do aumento do poder aquisitivo da mesma, juntamente com a miséria é um dos grandes responsáveis pelo aumento e agravamento dos problemas ambientais.

Ulrich Beck (1992) utiliza a expressão 'sociedade de risco' para definir essa sociedade formada a partir da globalização e dos avanços tecnológicos, que apesar de refletirem a modernização da sociedade também são promotores da exclusão social, através de subempregos, consumo exagerado, individualismo e, conseqüentemente, degradação ambiental.

Apenas mais recentemente é que se começou a perceber que o planeta não vai sobreviver se houver o predomínio das leis do mercado. Assim, surge a

preocupação com modelos sustentáveis de desenvolvimento, onde haja conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Vive-se, hoje, um momento de transição, uma verdadeira crise de valores. O paradigma antropocêntrico, que predominou durante toda a modernidade, ainda está presente em nossa sociedade, mas há sinais visíveis de que a lógica do mercado está destruindo a vida do planeta. Sendo assim, se faz necessária a mudança para uma visão de mundo biocêntrica, comprometida com todas as formas de vida na Terra (Gomes, 2006).

Só o homem tem o poder de promover transformações sem proporções e só ele é capaz de cessar a utilização irracional da natureza. Esse poder que requer raciocínio lógico por parte do ser humano é o mesmo que fragiliza essa relação essencial entre o homem e a natureza.

A natureza precisa ser compreendida como um sistema aliado à sociedade. Essa visão sistêmica da relação natureza-sociedade foi providencial para a compreensão das transformações bilaterais estabelecidas entre elas. Esse entendimento a partir do pluralismo natureza-sociedade é primordial, pois é somente quando conhecemos os dois agentes transformadores de relações que compreendemos como essas transformações ocorrem. A natureza influencia nossa formação tanto quanto nós influenciemos a transformação da natureza (Moscovici, 2007).

O trabalho é a forma pela qual o homem se reinventa, é através dele que são colocados em teste a força, a inteligência, a tolerância e a capacidade do

homem mediar a sua ação sobre a natureza que pode ser com maior ou menor impacto.

É evidente a complexidade dos problemas que a sociedade moderna enfrenta, pois se vive nos limites do desequilíbrio ecológico, da capacidade de sustentação da vida, da pobreza e desigualdade social. Esses fatores fazem com que a crise ambiental leve à reflexão e ao conhecimento do lixo e suas relações na sociedade moderna (Magera, 2003).

A questão é: como criar alternativas viáveis para a implantação do desenvolvimento sustentável? Hoje a sociedade já tem a alternativa da reciclagem de materiais que são corriqueiramente chamados de lixo. A reutilização do lixo diminui a extração de matéria da natureza, reduz os resíduos que seriam depositados na natureza e gera trabalho. O desafio está em fazer com que as atividades provenientes do lixo sejam valorizadas, que sejam desempenhadas com direitos básicos respeitados e com segurança.

O lixo é um dos problemas ambientais mais devastadores atualmente, através da produção excessiva e do descarte indevido são provocados problemas ambientais sem precedentes. A atuação dos agentes ambientais se constitui em uma alternativa para mitigar os efeitos devastadores da produção exagerada de lixo. As atividades exercidas pelos agentes ambientais, atualmente pouco reconhecidas deveriam ser mais valorizadas, no sentido, da orientação para esses trabalhadores em relação à segurança, saúde, direitos e

deveres constitucionais, promovendo, assim a inclusão responsável dos mesmos.

Nesse contexto, pessoas que trabalham com os resíduos para sobreviver encontraram no lixo uma fonte de renda para atender às suas necessidades. Em suma, o lixo, que precisa ser recolhido e reciclado para a sustentabilidade do planeta, encontra nessas pessoas uma saída, e esses trabalhadores, que precisam de trabalho, encontram, no lixo, uma alternativa de sobrevivência.

Enxergar o lixo e a reciclagem como uma atividade necessária e urgente é importante para eliminar os nichos de exclusão criados a partir dessas atividades. O preconceito tem relação com o fato de se associar a palavra lixo à sujeira, à imundície, aos restos, transferindo tais características às pessoas que trabalham com o lixo.

Para que as políticas ambientais sejam realmente eficazes é preciso enfoques integradores e democráticos. A educação ambiental tem a incumbência de desenvolver o senso crítico nos sujeitos, ao despertar a consciência política em prol da transformação ambiental. É preciso desenvolver práticas educativas, formais e informais, que se proponham articular, ao mesmo tempo, a degradação ambiental e os problemas sociais.

Além de assegurar a sobrevivência, o trabalho tem função social e emocional, pois através dele muitos projetos, desejos, sonhos são mantidos,

abandonados ou realizados. Dessa forma, a sua importância para a formação do sujeito é crucial, sendo muitas vezes, uma relação de realização, outras de desprezo e humilhação. O trabalho está envolvido na construção dos sentidos, na formação da identidade e na forma como os sujeitos reagem diante de situações de cidadania, sendo cidadãos críticos e participativos das mudanças políticas, econômicas e sociais, ou, simplesmente, observadores desses fenômenos (Dejours, 1998).

A construção do sujeito passa pelas experiências com o trabalho. O trabalho é um espaço de construção de sentido e, portanto, de conquista de identidade, da continuidade e historização do sujeito. Através do trabalho o sujeito começa a entender o funcionamento do sistema e qual a sua função no mundo do trabalho, passa também a defender e a reagir às situações ameaçadoras.

3.2.2 Contextualização do trabalho e sua relação com as atividades ligadas ao lixo

A busca por melhores condições de trabalho levou muitos trabalhadores do campo a ocuparem as cidades. Esse processo ocorreu em razão do aumento da tecnologia nas atividades agrícolas e na procura, pelo mercado, de produtos agrícolas em larga escala, fazendo com que os pequenos produtores tivessem dificuldades para produzir e escoar a sua produção.

Em um país como o Brasil, onde as pessoas tiveram maior acesso a educação somente a partir do século 21, as conseqüências são inúmeras, já que esses trabalhadores não foram preparados para ocupar cargos que exigem qualificação, sendo obrigados a exercer atividades com pouca remuneração, pouco valorizadas e sem segurança.

De acordo com Mucelin e Bellini (2008), a população brasileira segue o mesmo padrão de outros países, ou seja, o urbano é a opção de lar. Esses autores ressaltam ainda que a ocupação citadina ocorreu de forma predatória, aumentando o processo de exclusão e degradação ambiental.

É importante ressaltar que a tendência à aglomeração nas cidades é um processo permanente, em razão da procura por emprego e serviços oferecidos, como saúde e educação. A organização das cidades foi pensada de modo a oferecer emprego e serviços para a população, no entanto, a maior parte dos empregos passa pela barreira da formação acadêmica, eliminando dos postos de trabalho grande parte da população oriunda do campo. Da mesma maneira, acontece com os serviços oferecidos pelas cidades, os quais não estão destinados à população de baixa renda, que permanece desassistida em suas necessidades básicas.

A ação do homem sobre a natureza é necessária para a promoção de qualidade de vida, busca de novos recursos e manutenção das conquistas econômicas, mas a maneira como aconteceu e continua acontecendo é que

constitui problema, pois o ser humano não se percebe fazendo parte do todo, do ecossistema.

Nesse sentido, Mucelin e Bellini (2008), indicam que o cotidiano faz com que muitas circunstâncias de descaso com as questões ambientais e os hábitos corriqueiros promovem a falta de preocupação com ações consideradas pequenas, mas que quando praticadas cotidianamente e em série transformam regiões diante do consentimento dos que as habitam.

Segundo Sennet (2003), o crescimento desenfreado, sem desenvolvimento social, gerou degradação ambiental em escala sem precedentes e criou a cultura do individualismo e a indiferença. Na sociedade moderna, o peso do individualismo é tão insustentável que afasta o altruísmo e a compaixão como essenciais à condição humana, o que causa e mantém a exclusão e a desigualdade.

Davera (2008), citando Carneiro, destaca que não acredita que somente o progresso baseado no domínio de novas tecnologias seja capaz de poupar o mundo dos avanços da pobreza e da exclusão, mas sim uma sociedade em que o progresso priorize o bem estar das pessoas, o que passa, necessariamente, pela redução dos agravantes ambientais.

Questões acerca do lixo e suas implicações sociais começaram a ser discutidas em 1977, na conferência de Tbilisi, que norteou os caminhos da educação ambiental nos países membros da ONU (Dias, 2001). No Brasil, o

lixo e suas implicações sócio-ambientais passaram a ser debatidos, mais amplamente, a partir da Conferência RIO 92, quando as questões ecológicas apareceram mais claramente para a humanidade, por ser uma questão de sobrevivência do planeta. Nesse contexto, a regra de ouro do mercado (oferta e procura) pode ser aplicada para a questão dos resíduos sólidos, pois é a necessidade que cria a motivação. Foi a necessidade de se fazer algo com o excesso de lixo e a falta de oportunidades no mercado formal de trabalho que levou milhares de pessoas em todo o país a trabalhar com o lixo, já que o lixo passou a ter valor comercial através da reciclagem.

O apoio do poder público para implementação e manutenção de cooperativas para incluir os catadores de materiais recicláveis veio a partir da Rio 92, que tinha como um de seus objetivos a promoção de inclusão social de catadores através da criação de cooperativas. É importante ressaltar que o objetivo inicial era tentar diminuir os problemas socioambientais. No entanto, essa promoção pelo poder público veio somente através do viés da geração de renda e não pelos aspectos ambientais, demonstrando que a sociedade não foi suficientemente preparada para compreender que essas duas questões estão intrinsecamente ligadas. Carmo (2009), citando Eigenheer et al. (2005), ressalta que os estudos a respeito dos catadores priorizavam a questão social em detrimento da questão ambiental.

Carmo (2009) avaliou três cooperativas de catadores localizadas na região de lixo rico na cidade do Rio de Janeiro. Essas cooperativas eram

apoiadas pelo poder público, e o objetivo principal foi identificar aspectos positivos e negativos do trabalho nas cooperativas.

A autora constatou que, apesar da criação das cooperativas, as condições de trabalho não mudaram. O acesso dos trabalhadores ao lixo, em tal contexto entendido como matéria-prima, foi dificultado e aumentou a concorrência no mercado do lixo, o que exige maior preparo e melhor articulação da cooperativa. Ressalta ainda que, sem ajuda externa, é difícil permanecer em tal mercado com dignidade. O trabalho concluiu que a geração de renda, apesar de todas as dificuldades, é o principal aspecto positivo ressaltado, e o aspecto negativo mais lembrado refere-se aos adjetivos atribuídos ao lixo (mau odor, resto, algo que não se quer mais).

Carmo (2009) cita reflexões a respeito de um aspecto da problemática socioambiental do lixo, a saber: o trabalho com materiais recicláveis é próspero em países em desenvolvimento como o Brasil porque há pessoas necessitadas que se sujeitam a trabalhar em situações precárias, enquanto em países desenvolvidos isso ocorre em associação com o desenvolvimento da consciência ambiental.

É importante refletir sobre os motivos que levaram a sociedade a desenvolver e manter a exclusão social e a acumular tantos problemas ambientais. Dentre os principais motivos, pode ser apontado o incentivo ao consumo exagerado, sem obrigação de planejamento pelas empresas do que fazer com o descarte de resíduo pré e pós venda, causando acúmulo de

resíduos em grande escala. Outra questão é a necessidade de qualificação de mão de obra para exercer atividades corriqueiras, fazendo com que milhares de trabalhadores não atendam às expectativas do mercado de trabalho, ficando, dessa forma, excluídos.

Pessoas que trabalham com os resíduos para sobreviver encontraram no lixo uma fonte de renda para atender às suas necessidades, como já foi assinalado em ponto anterior do texto, quando também foi destacado que o lixo, que precisa ser recolhido e reciclado para a sobrevivência do ambiente tem destino por meio de tais trabalhadores, para os quais o lixo se mostra como alternativa de sobrevivência.

Campos e colaboradores (2009) ressaltam a importância da reciclagem para minimizar os problemas sociais e ambientais, e destacam que é necessário que a mesma seja aliada a uma reeducação da sociedade na maneira de se relacionar com o lixo (produção e descarte) e na maneira como a sociedade se relaciona com aqueles que trabalham com o lixo. Para Grippi “apenas separar o lixo sem um mercado é enterrar em separado” (Grippi, apud Campos et al., 2009, p. 3).

Não se pode pensar em inserção social de uma maneira individualizada, isolada. Deve-se pensar como um todo, no qual a sociedade esteja engajada em procurar soluções para promover a igualdade social e melhorar índices econômicos, inserindo na vida das pessoas marginalizadas o acesso à informação, saúde, educação, alimentação e

moradia, etc. (Valentim, 2007; Vasconcelos, 2007, citados por Campos et al., 2009, p. 13).

A inserção social deve ser pensada de forma sistêmica, pois para ser eficiente precisa possibilitar que as pessoas possuam além do básico (educação, saúde e moradia), tenham sonhos, projetos e perspectivas, fazendo com que se sintam indivíduos plenos.

Considerando todo o conjunto de características do lixo no contexto brasileiro, a economia solidária aparece como um possível caminho de enfrentamento, através da criação de cooperativas e/ou associações. A idéia é que nessas organizações os trabalhadores do lixo possam receber de forma digna pelo seu trabalho, ao mesmo tempo em que passam a pertencer a uma categoria socialmente reconhecida. “A economia solidária é uma forma específica de organização e sua atuação transcende a perspectiva unicamente econômica” (Wautier, 2004, citado por Campos, 2009, p. 6).

As associações e/ou cooperativas são iniciativas importantes no processo de inclusão social. No entanto, ainda há necessidade de aprimorar os processos de gestão dessas organizações a fim de gerar renda para os envolvidos. Outros aspectos relevantes são: a utilização de equipamentos de segurança e o ambiente adequado nos galpões para desempenho das atividades com o lixo.

Para que as políticas ambientais sejam realmente eficazes é preciso enfoques integradores e democráticos. A educação ambiental tem a incumbência de desenvolver o senso crítico nos sujeitos, ao despertar a consciência política em prol da transformação ambiental. É preciso desenvolver práticas educativas, formais e informais, que se proponham articular, ao mesmo tempo, a degradação ambiental e os problemas sociais. Como nas palavras de Jacobi:

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para considerar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos (Jacobi, 2003, p. 08).

De acordo o CEMPRE (Compromisso Empresarial para a Reciclagem), aproximadamente 500 mil catadores exercem essa atividade no Brasil. Tais dados levaram o Ministério do Trabalho, em 2002, a inserir a atividade na classificação brasileira de ocupações. A inserção desses trabalhadores em uma ocupação prevista pelo Ministério do Trabalho lhes confere direito a benefícios como carteira assinada e previdência, além de torná-los parte das estatísticas de empregados e desempregados (Varussa, 2006).

Apesar das cooperativas e associações terem papel fundamental na inclusão de milhares de pessoas no mercado de trabalho através da prática da

catação de lixo, alguns estudos têm constatado que muitas dessas organizações não estão atendendo aos anseios dos trabalhadores do lixo.

Ribeiro e Besen (2007) apresentam a experiência de três cidades de São Paulo - Embu, Santo André e São Bernardo - com cooperativas ou associações de catadores. Apesar de serem geradoras de renda e de inclusão social, elas sofrem com a falta de autonomia (ficam na dependência do poder público), e com outras carências como: gestão profissional, segurança para os trabalhadores, local adequado para o trabalho. Esses fatores fazem com que os trabalhadores que participam dessas associações se sintam inseguros e desassistidos em seus direitos.

Davera (2008) realizou um estudo com um grupo de recicladores da Vila Pinto, região metropolitana de Porto Alegre, e destacou que os sujeitos da pesquisa, apesar de trabalharem diretamente com o lixo, não se sentem como fazendo parte da parcela da população que luta para mitigar os impactos ambientais causados pelo lixo. Para a autora ficou evidente que eles vêem a sua atividade como algo temporário, talvez devido à baixa remuneração (12 reais por 8h/dia).

Pinheiro (2009) desenvolveu investigação com a população da bacia hidrográfica da Estrada Nova, no município de Belém, e encontrou muitos problemas sociais (falta de emprego, falta de saneamento básico, entre outros) e ambientais. O lixo produzido em grande quantidade vai para o lixão, próximo ao local de moradia das pessoas e ao rio, trazendo doenças para a população.

Diante do exposto o autor faz uma proposta baseada no Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos (GIRS) e na educação ambiental, para trabalhar os problemas socioambientais da região, além de uma série de proposições para o poder público implantar com o intuito de mitigar os problemas detectados.

Wendehausen (2004) realizou estudo em um local de descarte do lixo na cidade de Aracaju, com ênfase em aspectos sociais, culturais e econômicos relativos às pessoas que vivem no e do lixo e as consequências para essas pessoas da Lixeira (a designação do mencionado local de descarte). O autor aponta alternativas para minimizar os problemas enfrentados pela população local, que vive em extrema pobreza, sem acesso aos cuidados básicos de higiene e saúde.

Um exemplo de cooperativa a ser considerada como referência, é a ASMARE (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis), localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. A referida associação, além de possibilitar a inclusão de famílias através do trabalho, também as orienta em relação a moradia, creche, escola, recreação e profissionalização (Velloso, 2010).

A ASMARE foi fundada em 1º de maio de 1990 advinda de uma iniciativa da Pastoral de Rua da Arquidiocese que iniciou seu trabalho com a população de rua em 1980, com o intuito de incutir nessa população a necessidade de lutar pelos seus direitos. A partir de então, a ASMARE vem

desenvolvendo uma intensa mobilização com o intuito de chamar atenção do poder público para as necessidades dos trabalhadores que compõem a associação (Gonçalves, Oliveira & Silva, 2008).

Manfrinato, Martins e Esguícero (2007) relataram a experiência da cidade de Lençóis Paulista com a revitalização de uma usina de reciclagem e a inclusão de dois grupos: a associação dos deficientes e os catadores de materiais recicláveis. A parceria aconteceu entre o poder público (Prefeitura), Ministério do Meio Ambiente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, e as associações. A experiência mostrou que com planejamento, estudo e gerenciamento de conflitos, os envolvidos conseguiram gerar melhorias significativas nessas associações e na vida das pessoas.

Todos esses exemplos de experiências com pessoas e instituições que trabalham com o lixo servem para refletir sobre os motivos que levam algumas terem êxito e outras não. O que se pode observar na descrição das pesquisas é que o fracasso está associado à falta de reflexão sobre a prática, ou seja, os trabalhadores precisam entender qual o significado da atividade que exercem e as cooperativas e ou associações precisam investir na conscientização da população e do poder público.

Nesse sentido, a educação ambiental é essencial para que as pessoas desenvolvam compreensão sobre a importância de suas ações locais que vão refletir no global. Para Carvalho (2004), a educação ambiental deve promover o diálogo entre os problemas ambientais e as possíveis medidas mitigadoras,

propiciando a formação do que pode ser chamado de sujeito ecológico, aquele que compreende que todos são responsáveis pelo ambiente.

As informações acerca das questões ambientais, normalmente, são veiculadas segundo padrões científicos e destinam-se a um público que já as conhece em grande parte. É importante se pensar em opções de divulgação que abordem as questões ambientais de forma a atingir todas as pessoas e fazer com que desenvolvam uma visão crítica sobre o tema. Nesse contexto, Carvalho (2001) argumenta que a educação ambiental popular é aquela que compreende o processo educativo como um ato político e, portanto, de prática social de formação de cidadania, e que mais do que mediar os conflitos entre os homens e a natureza ela busca entender as transformações das relações dos diferentes grupos humanos com a natureza.

Para criar condições que propiciem às pessoas desenvolverem reflexões amadurecidas a respeito da natureza é preciso levá-las à compreensão de que devem se perceber como fazendo parte do que Capra (2006) chama de ecologia profunda, na qual homens e natureza são concebidos como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes

Hoje a dimensão ambiental envolve uma série de atores que são responsáveis por diferentes níveis educativos, e esse diálogo entre os saberes é que poderá possibilitar o estabelecimento de novas formas de relação entre os grupos humanos e a natureza. Nesse contexto ressalta Jacobi (2003):

A produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental (p. 190).

A falta de iniciativa da sociedade frente às práticas que envolvem os problemas ambientais se deu muito em razão da falta de informação das pessoas a respeito dessa questão. Hoje as informações acerca dos problemas ambientais são transmitidas nos diversos meios de comunicação alertando as pessoas sobre a necessidade da preservação ambiental e quanto o ambiente é importante para a qualidade de vida das mesmas. A partir de então vemos o surgimento de novos atores sociais, com consciência ética a respeito de suas ações.

É importante ressaltar que a sociedade informada adquire o poder de participar dos processos decisórios em relação às necessidades dessa mesma sociedade, aí incluídas as questões ambientais. A participação da sociedade implica fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle das práticas de degradação ambiental. Essa sociedade participativa abre a possibilidade de uma atuação plural no sentido de defesa dos direitos dos indivíduos e também se faz promotora da inclusão social através do respeito ao ambiente comum das pessoas, abordando, por meio da educação ambiental,

problemas que acompanham o ambiente de trabalho, como segurança, ética, valorização e compreensão dos direitos humanos. Nesse sentido de acordo com Jacobi (2003), a problemática ambiental proporciona a reflexão sobre uma série de questões que nos afetam no dia-a-dia.

A compreensão de que a natureza tem características próprias leva a entender a dinâmica envolvida nos processos naturais e com isso a sua manutenção e importância para o ser humano. Para Moscovici (2007) a dinâmica da natureza é perfeitamente compreensível e legítima, e é possível dizer que a

[natureza] não é sacra como alguns postulam, e sim que deve ser tratada por ela mesma, em seus valores e sua influência em nossa cultura, manifestando-se através de representações sociais, as quais delimitam o lugar de cada espécie em sua especificidade e determinam os 'modos de se viver'. Só assim será permitido manter uma harmonia com o ambiente, controlando excessos e precavendo-se de colapsos, hoje em dia previstos para um futuro próximo (p. 7-8).

Apresentado tal conjunto de informações vale destacar que há um grande contingente de pessoas atuando em atividades ligadas à problemática ambiental para as quais não é exigido escolaridade elevada, tais como coleta de lixo, limpeza urbana, esgotamento sanitário. São atividades muitas vezes desenvolvidas de forma precária, como atividade de subsistência, ou como atividade mal remunerada. Trabalhadores que atuam em tais atividades e em

outras relacionadas podem ser identificados como “agentes ambientais”, embora o uso de tal termo ainda não esteja plenamente consolidado. Na revisão bibliográfica realizada, não foram localizadas investigações cujo foco esteja nas concepções desses agentes ambientais sobre seu trabalho e sobre a articulação dele com o meio ambiente.

3.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUAS IMPLICAÇÕES NA PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

A partir da Conferência Rio 92 o termo desenvolvimento sustentável (DS) tem sido amplamente utilizado para definir o tipo de exploração que será realizada para produzir determinado produto ou serviço. Nesse contexto, Fiorillo e Diaféria, 1999 (citado por Fiorillo, 2007, p. 20-30) definem como princípio do desenvolvimento sustentável:

O princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

Chaves e Rodrigues (2006) realizaram um trabalho sobre as discussões a respeito do desenvolvimento sustentável e as dificuldades impostas atualmente para definir e aplicar o desenvolvimento sustentável. Godard (1997) citado por Chaves e Rodrigues em 2006, ressalta que o termo tem origem em três correntes de pensamentos, a saber: na primeira, desenvolvimento sustentável foi fixado em um modelo radical de mudança nas formas de produção e conseqüentemente no estilo de vida da sociedade. Essa proposta gerou entusiasmo inicial, mas depois foi descartada. A segunda

corrente de pensamento foi marcada por questionamentos críticos que produziram a chamada bioeconomia. Por fim, na última corrente de pensamento ocorre a procura pela parcimônia entre crescimento econômico e degradação ambiental, entremeio a questionamentos e formulações acerca do tema.

O exposto acima indica o quanto essa questão merece discussões e reflexões. O desenvolvimento sustentável (DS) deve ser parte de uma política que parta do global para o local, já que estão envolvidas relações econômicas entre os países. Para a eficácia do DS é necessária compreensão por parte dos atores envolvidos, e que haja discernimento por parte do setor público, no sentido de fiscalização e esclarecimento da população sobre o crescimento econômico aliado a preservação ambiental. O setor privado precisa investir em pesquisas que encontrem formas de produção com menos impacto ambiental.

Existem muitas incertezas em relação ao desenvolvimento sustentável que muitas vezes geram entendimentos diferenciados sobre o grau de compatibilidade entre crescimento econômico e preservação ambiental. Nesse sentido, Chaves e Rodrigues (2006, p. 103-104) destacam duas teses conflitantes a respeito do tema:

Para determinado grupo somente com taxa elevada de crescimento se poderia ter o financiamento de uma política ambiental vigorosa, centrada na difusão rápida da inovação considerando custos de manutenção ou de reparação de ambientes, bem como para concretização de mecanismos de

reciclagem de materiais ou de eliminação de dejetos; para outro grupo seria possível pensar harmonização entre os objetivos do desenvolvimento e a preservação ambiental, mas assumir tal postura exigiria a elaboração de uma nova concepção de modelos de desenvolvimento, o que implicaria mudanças significativas nos modos de vida, nos modos de produção, assim como nas opções técnicas e nas formas de organização social e das relações internacionais.

As concepções acima citadas demonstram que a sociedade é formada através de momentos históricos que definem as necessidades e prioridades de cada tempo vivido. Além disso, trazem à superfície a compreensão de que as questões ambientais não podem mais ficar marginalizadas das políticas públicas e nem à parte do crescimento econômico de um país.

Netto (2009) citando Rattner, ressalta que para ocorrer efetivamente o desenvolvimento sustentável é necessário diminuir os processos de exclusão da sociedade, pois os mesmos são contra os princípios de solidariedade indispensáveis na promoção do desenvolvimento sustentável.

Sorrentino (2011), discorrendo sobre a necessidade de repensar as ações a respeito das questões ambientais, indaga como reduzir a emissão de gases ou de degradação ambiental se ninguém quer abrir mão de produtos e facilidades conquistadas e desafia as empresas a criarem estratégias de produção limpa.

3.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONHECIMENTOS ENTRELACADOS

Para discorrer sobre educação ambiental e psicologia ambiental, e posicionar os seus lugares nos debates a respeito dos problemas e soluções ambientais, é necessário definir cada termo, a saber:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, Art. 1º Lei 9.795-99).

A Psicologia Ambiental estuda o homem em seu contexto físico e social. Busca suas inter-relações com o ambiente atribuindo importância às percepções, atitudes, avaliações ou representações ambientais, ao mesmo tempo considerando os comportamentos associados a elas.... (Pinheiro; Günther; Guzzo, 2006, p. 7).

Contextualizando a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental, entende-se que as discussões acerca dos problemas ambientais levam à noção aproximada de quais são esses problemas e quais as dimensões que eles atingem atualmente e remete-nos às relações estabelecidas pelo ser humano entre os iguais e com o meio. Essa compreensão passa,

necessariamente, por uma contextualização histórica que abrange a economia, a política e a cultura.

Historicamente o homem se compreende como o ser dominante sobre as demais espécies e a natureza de forma geral, essa concepção de si impulsionou ações predatórias em relação ao meio ambiente. Sabe-se que sempre houve a necessidade legítima da busca pela qualidade de vida que necessariamente passa por mudanças estruturais significativas que caracterizam as necessidades básicas do ser humano como alimentação, transporte, saúde, educação. Atualmente entende-se que a busca pela qualidade de vida pode e deve passar por indicadores de sustentabilidade, como os ecológicos ou naturais, econômicos e sociais. Como parte da discussão sobre os indicadores de sustentabilidade, Veiga (2010) ressalta a importância que se dá ao Produto Interno Bruto (PIB) de um país em detrimento de outros indicadores relevantes para o assunto como, por exemplo, as características dos recursos naturais e humanos, ao dizer que se mantém um tipo de visão:

Com o mesmo foco nos fluxos que há meio século viabilizou o surgimento e a padronização do sistema de contabilidade nacional e que permitiu a mensuração do produto anual de cada país, cuja versão interna (PIB) se tornou o barômetro do desempenho socioeconômico. Suas mazelas foram severamente criticadas, especialmente por só considerar atividades mercantis e ignorar a depreciação de recursos naturais e humanos (Veiga, 2010, p. 39).

O desenvolvimento sustentável tem sido alvo de várias discussões, tendo em vista os signos e símbolos que estão associados ao termo. Os anseios contemporâneos passam pela manutenção do estilo de vida que foi apresentado à sociedade, e que esta adotou, e a preservação dos recursos naturais, em prol da qualidade de vida que está associada ao meio ambiente sadio e equilibrado.

O processo de industrialização proporcionou crescimento rápido da economia e, por muito tempo, esteve associado ao aumento da qualidade de vida, principalmente quando relacionado ao poder econômico. Por outro lado, esse processo aconteceu em um momento em que não havia preocupação com os problemas ambientais que poderia provocar. Nesse sentido, Gadotti faz a seguinte explicação:

Pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrole da produção industrial, pode-se destruir toda a vida do planeta. Mais do que a solidariedade, estamos vendo crescer a competitividade. (Gadotti, 2000, p. 03).

Nos últimos vinte anos houve esforços para alertar os países industrializados para conter ou buscar tecnologias que mitiguem os problemas ambientais causados por suas produções. Dentre os eventos destinados a tal finalidade, podemos citar a Conferência RIO 92, quando as questões ecológicas apareceram mais claramente para a humanidade, por ser uma questão de sobrevivência do planeta. Esta conferência teve como objetivos:

- Examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo, em 1972;
 - Identificar estratégias regionais e globais para ações apropriadas referentes às principais questões ambientais;
 - Recomendar medidas a serem tomadas nacional e internacionalmente quanto à proteção ambiental, através de políticas de desenvolvimento sustentável;
 - Promover o aperfeiçoamento da legislação ambiental internacional;
 - Examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento, entre outros.
- (Dias, 2001, p. 521).

Os esforços empenhados nesta conferência por cientistas e chefes de estado geraram alguns documentos que direcionaram os caminhos da Educação Ambiental e do desenvolvimento sustentável nas nações, como a Agenda 21, um tratado de quarenta capítulos, nos quais foram delineados os planos de ações nas vertentes ambientais, econômicas e sociais. Além disso, a Rio 92 promoveu uma série de acordos e tratados entre os países com o intuito de uso racional dos recursos ambientais e de compartilhamento com a sociedade a respeito dos problemas ambientais, bem como as estratégias adotadas na mitigação desses problemas. Outro ponto bastante debatido nesta conferência foi a importância da adoção de um estilo de vida menos comprometedor dos recursos naturais, o que necessariamente passa, pela educação ambiental, seja formal ou informal.

Em 1997 foi realizada, no Japão, a Conferência das Partes signatárias da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (COPs). Na ocasião houve necessidade de elaborar um documento que contemplasse o comprometimento dos países na redução da emissão de gases do efeito estufa, com o intuito de evitar mudanças climáticas drásticas. Esse documento foi intitulado Protocolo de Quioto, o qual conferiu aos países metas de redução das emissões. O artigo 3, §1, do Protocolo de Quioto, preconiza que os países do Anexo I¹ ficam obrigados a promover reduções diferenciadas de suas emissões combinadas de gases causadores do efeito estufa, para que eles se tornem, ao menos, 5% inferiores em relação aos níveis de emissão de 1990.

É importante ressaltar que as reduções dos países do Anexo I deveriam ocorrer entre os anos de 2008 e 2012, o que equivale, no Protocolo de Quioto, ao período de compromisso desses países. O Protocolo de Quioto entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, após os países terem ratificado, aceitado, aprovado e aderido ao mesmo.

Em 2012 dois eventos tiveram como pauta principal os problemas e/ou soluções ambientais, a saber: o Fórum Global e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO + 20. Esses eventos reforçaram a necessidade de desenvolvimento econômico e social, os quais estão vinculados à rede produtiva, as discussões que ocorreram em seu âmbito enfatizaram o desenvolvimento de tecnologias que permitam a produção minimizando os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

Um fator adicional que precisa ser compreendido na relação homem-natureza é a cultura. Em relação à cultura Fischer (1994, p. 55) construiu a seguinte descrição: “um conjunto de regras interiorizadas, de saberes e práticas partilhadas pelos membros do grupo e que definem uma maneira de viver numa sociedade”. Nesse sentido, a cultura de uma sociedade estabelece comportamentos que podem ou não ser prejudiciais ao meio ambiente. É conveniente ressaltar que a cultura é um componente que caracteriza a identidade de uma sociedade, deve ser preservada e cultivada em articulação com o desenvolvimento dessa sociedade. O que está em questão nas discussões ambientais não é a abdicação da cultura e sim a democratização da informação que permite ao indivíduo o direito de escolha de agir de uma determinada forma.

A cultura é ingrediente indispensável à compreensão das relações homem-ambiente. Através dela é possível construir cenários de representação do ambiente em uma sociedade, pois são as tradições e contradições que integram essa cultura que influenciam a relação dos membros da sociedade com o ambiente. É extensa a literatura sobre cultura e suas implicações contextuais para as relações estabelecidas.

Morin (2002, p. 52) convida à reflexão sobre a relação homem e cultura:

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla

a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social.
(Morin, 2002, p. 56).

Brandão (2002) teoriza que as relações estabelecidas através da cultura são permeadas por condições sociais que influenciam essas relações.

Circular das condições sociais de produção e reprodução da cultura para as relações de poder da cultura no atribuir sentido a essas próprias condições e aos processos através dos quais ela se realiza. Eis a proposta e o dilema de qualquer ciência a quem interessa compreender o homem e seu mundo e as relações de contradição que tornam possível a existência de um e o outro, um no outro. (Brandão, 2002, p.219)

Para Corrêa (1995) a paisagem é o resultado da ação de uma determinada cultura, construindo uma matriz funcional. Sendo assim o autor entrelaça cultura e paisagem da seguinte forma: “Como resultado a paisagem é uma ‘vitrine permanente de todo saber’, expressando a cultura em seus diversos aspectos possuindo uma faceta funcional e outra simbólica” (Claval, 1992, citado por Corrêa, 1995, p. 4).

3.4.1 Educação Ambiental

Para introduzir a temática da Educação Ambiental é preciso refletir sobre os fatos que levaram ao seu surgimento. A Educação Ambiental surgiu em meados de 1960, impulsionada pelo Movimento Ecológico que ganhou destaque através das críticas ao modelo capitalista de sociedade. No Brasil esse movimento começou na década de 1970, período em que o país estava tomado pela ditadura. O movimento ecológico foi inflado pelos questionamentos que impulsionaram a sociedade neste período. As reivindicações ambientais ganharam espaço junto com a luta pela liberdade de expressão. Em 1980, com o início do processo de democratização do país, as questões ambientais começaram a entrar na pauta das discussões através da participação do Brasil em eventos internacionais e da realização de eventos nacionais sobre o tema.

Para Scherer-Warren, 1999 (citado por Loureiro, 2011, p. 83), em relação as razões que levam a sociedade a se organizar em prol de alguma causa e a organização envolvida nos movimentos sociais são:

Os movimentos sociais constituem ações coletivas e propositivas que ocorrem sob a forma de três modalidades não excludentes: (1) denúncia, protesto e conflito; (2) cooperação, parceria e solidariedade; e (3) construção de utopia societária ou civilizacional.

Apesar dos esforços empenhados nesses eventos, o conceito de Educação Ambiental demorou a ser naturalizado, pois não eram compreensíveis as razões que levavam às preocupações com as questões ambientais, quando havia outras mais urgentes para o momento, como a necessidade do país crescer economicamente. Exemplo disso foi a política brasileira adotada em 1972, mesmo ano da Conferência de Estocolmo sobre ambiente, a qual preconizava que o Brasil estava aberto aos investimentos estrangeiros a qualquer custo, inclusive os custos ambientais, em prol do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Para Dias (1991) a política de aumento do capital econômico do Brasil ocasionou problemas ambientais com os quais a sociedade atual ainda convive, como poluição atmosférica, poluição dos rios e resquícios da noção de que é possível propor crescimento sem planejamento, como acontece em muitas cidades brasileiras, causando danos ambientais e sociais.

Por outro lado, como exigir dos cidadãos comuns critérios ambientais se os governantes não preconizam essas questões e as práticas que elas exigem. As pessoas normalmente começam a se preocupar com aquilo que as incomoda, que está mais ao alcance de seus olhos, como por exemplo, o lixo. Não que esse seja o único ou o maior problema ambiental que temos, a questão é que ele é fruto do modelo de sociedade consumista que adotamos e tem relação direta com outros problemas ambientais que afetam a vida das pessoas, como poluição sonora, do ar, dos rios, estando todos associados à aglomeração nas cidades.

De acordo com Leff (2001a), é importante ressaltar que a problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem alheia aos interesses econômicos e sociais, daí a grande dificuldade da sociedade atual para gerenciar os problemas ambientais que ameaçam o planeta.

É evidente a complexidade dos problemas que a sociedade moderna enfrenta, pois se vive nos limites do desequilíbrio ecológico, da capacidade de sustentação da vida, da pobreza e desigualdade social. Esses fatores fazem com que a crise ambiental leve à reflexão e ao maior conhecimento do lixo e suas relações nessa sociedade moderna (Magera, 2003).

A sociedade atual vive sob a ameaça de catástrofes que são anunciadas pelo estilo de vida adotado. Jacobi (2003) ressaltava que precisamos levar em consideração que estamos inseridos em uma sociedade com todas as implicações do termo e, por outro lado, estamos pensando em desenvolvimento sustentável. Quando concebida a idéia de que o estilo de vida adotado não condiz com a noção de desenvolvimento sustentável, é necessário adequar as ações à concepção de que muitos dos recursos do planeta são finitos, transformando ações predatórias em solidárias.

Em razão disso, é preciso desenvolver estratégias visando uma sociedade sustentável. A Educação Ambiental é uma ferramenta eficaz e eficiente, mas para que realmente aconteça é necessário que a sociedade passe pelo processo inicial da informação, e que esse processo atenda a todos os estratos da população. Sabemos também que o poder público e a iniciativa

privada tem o dever de informar a população e que devem fazê-lo buscando contemplar os principais problemas ambientais.

Jacobi (2003) defende a idéia de que o poder público precisa investir na formação e ou transformação curricular para municiar a população escolar com informação mais direcionada aos problemas ambientais e que possibilite a formação de sujeitos críticos capazes de participar de discussões ambientais em nível mais elevado.

Dessa forma, entende-se que para assegurar o desenvolvimento sustentável, tão necessário para a promoção da qualidade de vida dos integrantes da sociedade, é necessário investir em ações desencadeadoras de reflexão, que permitam repensar, refazer, reciclar nossas ações.

O sistema de sociedade atual está organizado em forma de classes sociais, o que atesta a realidade de algumas pessoas serem mais privilegiadas que outras. Além disso, essa sociedade instiga o consumo excessivo ocasionando aumento na produção de resíduos. Em resumo, o modelo de sociedade em que vivemos favorece o agravamento de dois problemas: a exclusão social e os danos ambientais.

A educação ambiental tem sido amplamente utilizada nos processos de conscientização da sociedade sobre as questões ambientais. Sua aplicabilidade é vasta e ampla podendo ser utilizada de maneira formal, trabalhada nas escolas de forma interdisciplinar, ou então desenvolvida

informalmente atingindo pessoas da sociedade através de projetos de educação ambiental, abordando temas específicos.

Nesse sentido, para Loureiro (2011, p. 73) a educação ambiental é:

Uma práxis educadora e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Villar e colaboradores (2008) realizaram um estudo com os moradores do município de Itaperuna, região noroeste do Rio de Janeiro a fim de conhecer a percepção ambiental dos indivíduos que residiam no município. O estudo indicou que os mais velhos demonstraram ter maior consciência ambiental do que crianças e jovens, necessitando, dessa forma, campanhas que contemplem essas faixas etárias da população, além disso, foi feita uma ressalva referente a forma de abordagem da educação ambiental, devendo haver preocupação de adotar procedimentos que favoreçam a reflexão como preferenciais em relação às práticas mais tradicionais de transmissão de informações em perspectiva vertical, do docente para o aluno.

Oliveira (2006) observa que a educação ambiental é uma ferramenta importante no processo de conscientização das questões ambientais, mas alerta para o fato da mesma não dever ser doutrinadora e sim utilizada para a reflexão e consciência crítica dos cidadãos.

A educação ambiental formal precisa ser concebida como uma educação que seja compreendida por todos os envolvidos, por isso a mesma não pode se constituir em uma disciplina e sim estar presente em todas as disciplinas, devidamente contextualizada.

Em relação à importância da educação ambiental estar contida nos conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas, foi utilizado um estudo realizado por Brandalise e colaboradores em 2009.

Os autores investigaram estudantes universitários consumidores que tinham a disciplina de educação ambiental na grade curricular dos seus cursos e estudantes que não a tinham e observaram que o fato da disciplina ser oferecida não interfere na escolha dos estudantes, já que os dados não demonstraram diferenças nas escolhas entre quem cursou e quem não cursou a disciplina. Esses dados mostraram que a educação ambiental precisa ser abordada de forma mais contextualizada, que possibilite uma reflexão sobre consumo e escolhas e não somente frise os problemas ambientais, mas que aponte mudanças comportamentais que podem diminuir os problemas ambientais já causados e o que estão por vir.

A contextualização ambiental precisa considerar, entre outros aspectos, a cultura local e adaptar conceitos para atender todos os sujeitos envolvidos em uma determinada sociedade. Esse processo não é fácil de ser realizado, pois depende de formação e capacitação de profissionais que componham um quadro interdisciplinar de saberes.

Nesse sentido, Villar e colaboradores (2008) destacam a dificuldade de se trabalhar as questões ambientais diante da pluralidade de culturas e, conseqüentemente, concepções diferentes sobre o ambiente.

O fato é que a pluralidade existe e é bem vinda nas discussões ambientais, enriquece os saberes ambientais e propõe desafios a serem vencidos através das pesquisas que, por sua vez, devem propor estratégias para abordar cada cultura de acordo com suas crenças e valores.

Para a educação ser uma ferramenta eficiente no processo de conscientização ambiental é necessário que ocorra o entendimento de que não existem dois lados, seres humanos e meio ambiente, e sim que ambos fazem parte do todo, integram um contexto indissociável.

Oliveira (2006) argumenta quanto à necessidade de atentarmos para os problemas ambientais e também de nos posicionarmos como natureza, parte da qual somos, para assim entendermos que os problemas ambientais são nossos problemas.

Entender-se como parte do ambiente contribui, segundo Loureiro (2011, p. 73), para “a implementação de um padrão civilizacional e societário distinto do vigente, pautado numa nova ética da relação sociedade-natureza”.

3.4.2 Psicologia Ambiental

As preocupações com os problemas ambientais atribuíram uma dimensão robusta ao ambiente em termos de reconhecimento de seu caráter essencial para a sobrevivência humana. Atualmente, diferentes áreas se dedicam ao estudo dos efeitos da relação homem-ambiente, estudo esse que anteriormente circunscrevia-se quase exclusivamente às ciências biológicas e naturais. Essa apropriação do ambiente como preocupação social concreta é muito positiva, já que co-responsabiliza todos pelos problemas e pelas soluções ambientais. Dentre as áreas empenhadas na compreensão da relação entre comportamento e ambiente, está presente a Psicologia Ambiental.

Para contextualizar a introdução da Psicologia no estudo do ambiente, pode-se usar como referência os trabalhos de Gunther e Rozestraten (2005) e de Pinheiro, Gunther e Guzzo (2006), que tratam do início das pesquisas em Psicologia Ambiental.

Os relatos mencionados acima indicam o século XIX como sendo o marco do início dos estudos em Psicologia Ambiental nos Estados Unidos, apesar de existirem trabalhos datados de muito antes na Europa e na Ásia, principalmente no Japão. Com o aumento das discussões em torno dos problemas ambientais, a psicologia tradicional apresentou dificuldades para ser aplicada na busca da compreensão desses problemas. A Psicologia Ambiental

foi apresentada como uma possibilidade de entendimento das questões ambientais a partir do compartilhamento de conhecimento com outras áreas.

As questões de interesse da Psicologia Ambiental há muito são estudadas, talvez não com essa nomenclatura, mas com o interesse em entender as relações estabelecidas entre o homem e o ambiente em contextos contemplados por outras áreas de conhecimento. Atualmente a terminologia Psicologia Ambiental ainda não é utilizada com frequência no conjunto das áreas afeitas ao assunto, apesar de muitos trabalhos serem desenvolvidos através da perspectiva homem-ambiente⁶.

As pesquisas em Psicologia Ambiental, que há bastante tempo são desenvolvidas por pesquisadores de vários países, também vem despertando o interesse de pesquisadores brasileiros. O que falta é uma sistematização dos dados, a caracterização detalhada dos grupos de estudo e a descrição dos interesses e das perspectivas com que tais grupos atuam em psicologia ambiental atualmente. Sabe-se que em diversas áreas de conhecimento são desenvolvidas investigações sobre questões ambientais na perspectiva da psicologia ambiental, podendo ser mencionadas como exemplo, entre outras, as áreas de Biologia, Arquitetura, Planejamento Urbano, Geografia e Comunicação. A multidisciplinaridade é importante, pois articula conhecimentos diferentes e enriquece as discussões, ainda que possa dificultar a sistematização das pesquisas.

⁶ Os trabalhos pesquisados para este estudo encontram-se como apêndice (Apêndice B).

No presente estudo procurou-se fazer a compilação de trabalhos realizados em Psicologia Ambiental. No entanto, vários ensaios analisados não utilizaram a terminologia Psicologia Ambiental em seu título principal, o que provavelmente levou a negligenciar dados (encontra-se como Apêndice a relação dos títulos dos artigos encontrados que se referem explicitamente à Psicologia Ambiental).

Um estudo realizado por Pinheiro (2005), apoiado na base de dados da CAPES e do CNPq sobre grupos de pesquisas e pesquisadores que trabalham com Psicologia Ambiental, demonstrou que a pesquisa em Psicologia Ambiental no Brasil ainda é escassa, com poucas pessoas tendo defendido teses e dissertações na área, o que resulta em pouca produção acadêmica sobre o tema. O autor ressalta ainda que, apesar da baixa taxa de publicação, os estudantes e profissionais acreditam ser importante a disciplina de psicologia ambiental e os estudos nesta área. Outro fator destacado pelo autor é a importância de diferentes áreas conversarem entre si para aumentar o volume e a qualidade das produções. Ainda na referida pesquisa, quando compiladas informações sobre as áreas que mais indicam trabalhar com psicologia ambiental, os resultados encontrados foram: PSICOLOGIA e ARQUITETURA e URBANISMO, respectivamente.

Com base na pesquisa realizada por Pinheiro (2005) constata-se a necessidade de uma reflexão sobre a área, a partir de alguns questionamentos: a divulgação da área poderia estar associada à oferta da disciplina de Psicologia Ambiental nos cursos de psicologia? A Psicologia Ambiental deveria

constar como uma área de conhecimento do CNPq? Os psicólogos deveriam entender tal disciplina como extensão das atividades exercidas pela profissão?

Os questionamentos acima listados levam a reflexões importantes que podem contribuir na compreensão e no lugar da Psicologia Ambiental como área de conhecimento. Em relação à oferta da disciplina Psicologia Ambiental nos Cursos de Graduação em Psicologia, esta precisa acontecer em meio às discussões a respeito da sua contextualização. Isto porque entende-se que a Psicologia Ambiental engloba conhecimentos de outras disciplinas, e este é o grande diferencial quando se refere as questões ambientais, pois, caso contrário, poderia contribuir para um reducionismo da área.

Em relação a essência da Psicologia Ambiental como ciência que estuda as relações homem-ambiente, Pinheiro (1997) destaca que a Psicologia Ambiental engloba o ambiente. Dessa forma, grande parte das terminologias utilizadas atualmente poderiam ser encaixadas em Psicologia Ambiental. Ressalta ainda que a constituição da Psicologia Ambiental foi influenciada por outras áreas, como Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Ciências Bioecológicas, pois cada uma dessas áreas contribuiu para a construção da idéia de uma ciência que abordasse a relação homem-ambiente. Além disso, o mesmo autor destaca a importância da Educação Ambiental como promotora da interdisciplinaridade.

O receio de oferecer a Psicologia Ambiental como disciplina e incorrer em reducionismo do tema pode ser ancorado na experiência da Educação Ambiental, área amparada por Lei no Brasil⁷, sobre a qual há convicção de que não deve ser oferecida como disciplina, com o intuito de não fragmentar os conhecimentos que devem ser contextualizados. Em relação à Educação Ambiental, Tristão (2007, sem paginação) assinala:

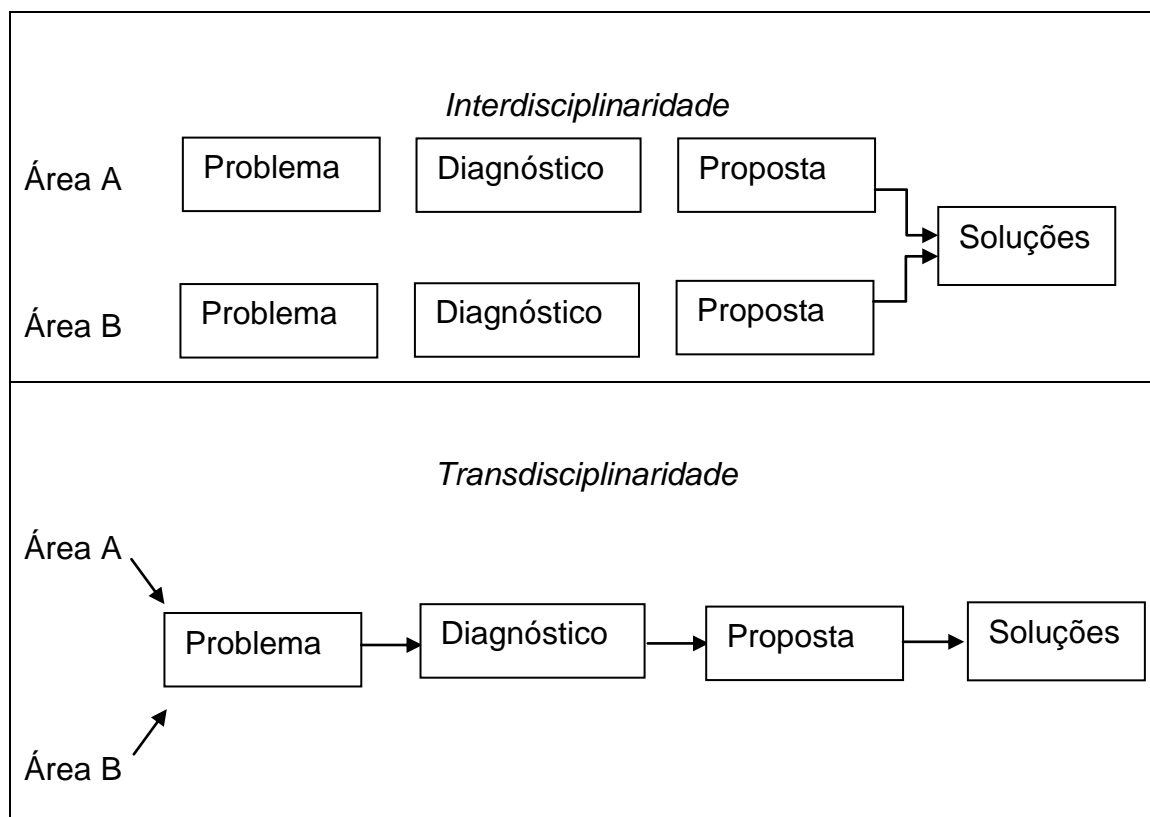
Está claro, por meio de recomendações de conferências nacionais e internacionais, que, no ensino fundamental e médio, a Educação Ambiental não se constitui como disciplina específica. A Política Nacional de Educação Ambiental reforça essa prática em cursos de graduação, propõe a diluição da dimensão ambiental em todas as disciplinas, faculta a criação de disciplinas, sobretudo nos cursos de pós-graduação. Não se pode perder de vista, portanto, a abordagem integrada do conhecimento e a compreensão de que a criação de uma disciplina poderia provocar a fragmentação do conhecimento e o temido reducionismo da dimensão ambiental.

É de conhecimento que a Psicologia Ambiental está em condição de imbricação com uma série de outras disciplinas, o que confere a ela interdisciplinaridade.

Moser (2005) apresenta uma reflexão sobre a multidisciplinaridade da Psicologia Ambiental reunindo estudos dessa área que abordam diferentes disciplinas ou, ao menos, soluções multidisciplinares. No mesmo trabalho

⁷ Em anexo a Lei 9.795 de 27 de Abril de 1999. Lei da Educação Ambiental (Anexo B).

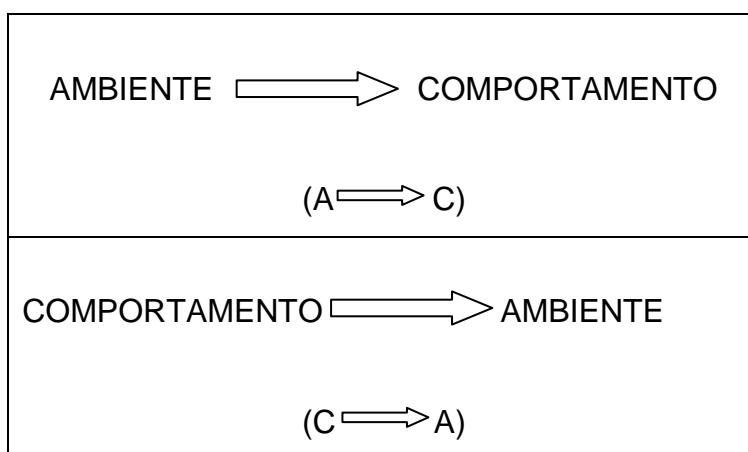
propõe uma análise que aborda interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Esta análise demonstra que os estudos interdisciplinares podem ter problemáticas, diagnósticos e propostas de intervenção próprias de cada área de conhecimento envolvida, mas que a solução precisa ser realizada em conjunto. Por outro lado, a transdisciplinaridade, independentemente de quais áreas estejam envolvidas, precisa ser concebida de forma única, ou seja, problemática, diagnósticos, propostas e resultados precisam ser construídos dentro de uma só proposta, englobando todas as áreas. Nesse sentido, entende-se que em algumas pesquisas a interdisciplinaridade será mais apropriada e para outras a transdisciplinaridade atenderá melhor as expectativas.



Quadro 1 – Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade.

Em relação aos questionamentos quanto à importância da Psicologia Ambiental ser considerada uma área de conhecimento reconhecida pelo CNPq, seria importante para a divulgação da área e a consolidação de Programas de Pós-Graduação.

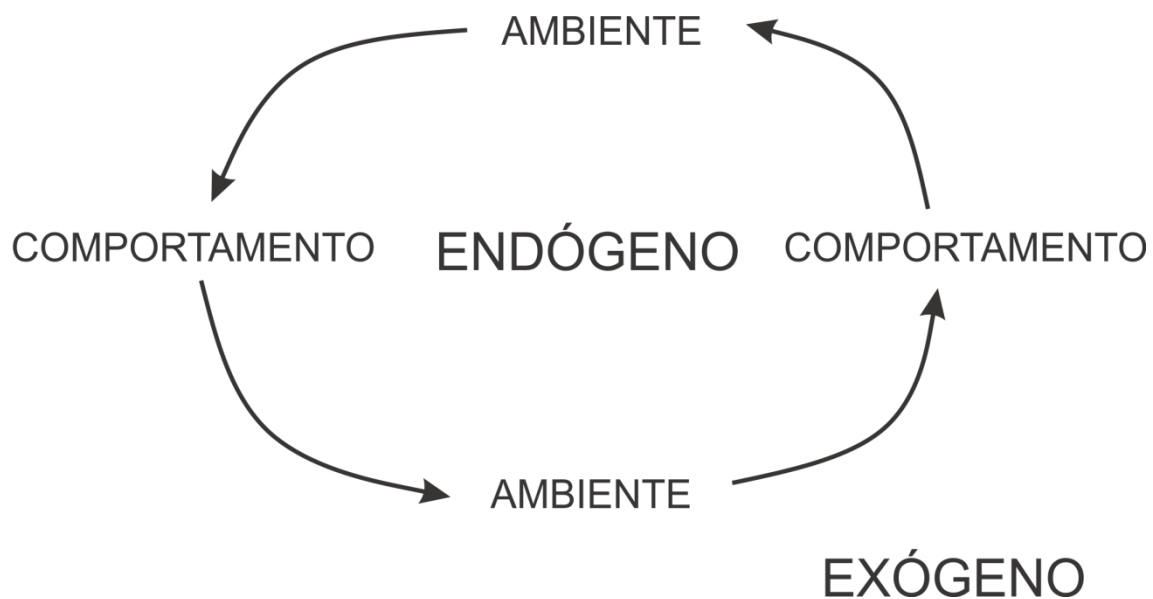
Para se constituir em um campo de trabalho para o psicólogo, é necessário que ocorra a abordagem ambiental ao longo do curso, buscando oferecer conhecimentos técnicos da área ambiental para o psicólogo atuar com as questões que envolvem os conflitos e anseios das pessoas em relação aos empreendimentos que exigem licenciamento ambiental, auxiliando no estudo de impacto ambiental (EIA) e na construção do relatório de impacto ambiental (RIMA). Essa poderia ser uma forma de trabalhar a psicologia ambiental que daria suporte para a consolidação da área, já que a atuação no EIA/RIMA possibilita contemplar três questões abordadas por Corral-Verdugo (2005) sobre Psicologia Ambiental: o objeto da psicologia ambiental, o ambiente físico e sócio cultural em que o homem está inserido, e a evidência de que realidades diferentes podem levar a abordagens diferentes em psicologia ambiental. Para trabalhar essas questões a autora sugere duas fórmulas:



Quadro 2: Fórmulas para aplicar a Psicologia Ambiental.

De acordo com as fórmulas propostas por Corral-Verdugo o ambiente é fator influenciador do comportamento e é influenciado por ele constantemente.

Para este trabalho a proposta da fórmula seria:



Quadro 3: Fórmula para aplicar a Psicologia Ambiental proposta no estudo.

Os comportamentos são a resposta a fatores endógenos e exógenos, os fatores endógenos são próprios do indivíduo, e podem ser manifestados quando associados ao estímulo exterior (fatores exógenos). Dessa forma, o ambiente é o fator desencadeante de comportamentos, que podem ser os mais variados para o mesmo ambiente. O que vai determinar como e quanto esse ambiente influencia os comportamentos dos indivíduos são as condições sociais, econômicas, políticas, de poder e culturais em que vivem. Essas influências vão possibilitar respostas que são construídas a partir das experiências dos indivíduos e de suas necessidades.

Nesse sentido, o que precisa ser entendido é que a Psicologia Ambiental é uma área que pode agregar muito à construção de conjecturas que visam fomentar as discussões acerca dos problemas e soluções ambientais. Kruse (2005) destaca a importância de se dispensar tempo para a construção de teorias em Psicologia Ambiental que visem à compreensão do homem como um ser interligado ao ambiente, e a partir de então propor pesquisas para investigar as relações plurais e singulares entre os seres humanos e os espaços naturais e construídos que habitam.

3.4.3 A Relação entre Psicologia Ambiental e Educação Ambiental

As duas disciplinas e ou áreas acima mencionadas se completam em sua essência, já que o objeto e o objetivo é o homem e o seu bem estar. Todo o processo de envolvimento e desenvolvimento das duas disciplinas passa pela Educação. São formas de educação antes de serem limitadas a um saber específico. Para Encarnação (2007), a educação é um processo histórico porque propicia ao homem se reinventar para o novo permitindo sua adequação no ambiente.

A educação contemporânea considera que o conhecimento pode ser construído em diferentes espaços e que as experiências prévias são os principais agentes impulsionadores da busca pelo conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 preconizam que a educação deve ser construída a partir do que já existe.

Nesse contexto, a Educação Ambiental parte da premissa de que todos são munidos de conhecimentos e que é possível propiciar o desenvolvimento da capacidade crítica sobre esses conhecimentos, ou seja, levar o indivíduo a questionar suas concepções e a dos semelhantes, no sentido de aprimorá-las, torná-las mais democráticas e plurais, resguardando sua singularidade que garante a manutenção da identidade.

A construção de um projeto de sociedade sustentável acontece em um momento em que a sociedade está recebendo uma série de informações, principalmente tecnológicas que podemos definir como *fast make*, em que tudo é feito de forma mecânica e impensada. Essa contradição pode ser positiva permitindo comparar práticas pouco planejadas com resultados efêmeros. A proposta de sociedade sustentável é permanente e efetiva, no qual os resultados provavelmente serão sentidos em outras gerações, mas serão consistentes.

A Psicologia Ambiental tem papel importante nesse processo de transformação da sociedade, pois é necessário considerar o lugar do homem nesta configuração de sociedade. É preciso se posicionar a fim de compreender como esse sujeito assimila, se apropria dessa nova proposta. Sendo assim, é importante pensar a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental de forma parcimoniosa, considerando que todos são capacitados, pois vivemos em sociedade, dessa forma a abordagem ambiental precisa levar em conta que o indivíduo pode escolher as informações ou conhecimentos que

ele quer se apropriar. Essa precisa ser a base da Educação, a liberdade de escolha de cada um.

Nesse sentido, a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental se apresentam como formas de educação, consideram o homem inserido no meio, não como ser central e sim sistêmico, e por fim, consideram os problemas ambientais além de ecológicos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

3.5 MOMENTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO ECOLÓGICO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A ecologia crítica surgiu como um movimento iniciado na década de 60 na Europa e Estados Unidos, que acompanhou os movimentos sociais de ativistas da sociedade civil que denunciavam o impacto ambiental que o estilo de vida adotado pela sociedade da época provocava no ambiente. No Brasil o movimento ecológico iniciou-se na década de 1970, mas ganhou força nos anos 1980, quando o país mostrava maior abertura para os novos movimentos em prol do processo de democratização. O movimento ecológico, no Brasil, está associado às influências internacionais e mobilizações nacionais marcadas pela luta pela democracia utilizando o lema “agir local, pensar global” (Carvalho, 2004). A seguir é apresentada uma tabela na qual estão relacionados os principais eventos que impulsionaram o movimento ecológico no mundo e no Brasil.

Tabela 3: Principais eventos relacionados ao movimento ecológico mundial.

Ano	País-cidade	Ações-eventos
1962	EUA	Publicação do Livro Primavera Silenciosa de Rachel Carson.
1965	Gran Bretanha	Conferência de Keele – a dimensão ambiental deveria ser trabalhada na escola e deveria fazer parte da educação de todos.
1968	EUA	A Suécia chamou atenção para a Crise ambiental.
1968		Fundação do Clube de Roma.

1969	Gran Bretanha	Fundação da Sociedade de Educação Ambiental.
1970		Publicação do Place to live (Um lugar para viver) – manual com atividades curriculares que abordavam a Educação Ambiental.
1970	Brasil	Fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente.
1972		O Clube de Roma publicou The limits of growth (Os limites do crescimento econômico).
1972	Suécia	Conferência de Estocolmo – declaração sobre o ambiente humano, Plano de ação mundial, Programa internacional de Educação Ambiental.
1972	Brasil	Adotou a política de degradação ambiental intitulada “Bem vindos à poluição, estamos abertos a ela” (autorizada pelo general Costa Cavalcanti – ministro do interior).
1972	Brasil	UFRGS, UNB, UFMA, USP criaram o curso de pós graduação em Ecologia.
1974	Brasil	Por pressão do Banco Mundial o Brasil criou a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA.
1975	Belgrado	Encontro internacional de Educação Ambiental – Carta de Belgrado.
1976	Brasil	MEC e MINTER firmam protocolo de intenções para incluir temas ecológicos nos currículos de 1 e 2 graus.
1977	Antiga URSS	Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi.
1978	Brasil	A disciplina de ciências ambientais passou a ser obrigatória nos cursos de engenharia.

1979	Costa Rica	Encontro de Educação Ambiental para a América Latina.
1981	Brasil	Aprova a Lei n. 6.938 da Política Nacional de Meio Ambiente.
1986	Brasília	I Seminário de Especialização em Educação Ambiental promovido pela SEMA-FUB-CNPq-CAPES-PNUMA.
1987	Brasil	Aprovado o Parecer n. 226-87 – que considera necessária a inclusão da Educação Ambiental nas propostas curriculares de 1 e 2 graus.
1988	Venezuela	Gestão Ambiental para a América Latina.
1989	Brasil	Criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
1991	Brasil	Publicação das premissas da Educação Ambiental pelo Brasil.
1992	Brasil	Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Rio 92.
A partir da Rio 92, muitos eventos aconteceram com o intuito de discutir as ações promotoras da Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.		
2012	Brasil	Fórum Global
2012	Brasil	Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20.

Dados adaptados de Dias (2001)

A preocupação com a degradação ambiental foi motivo de importantes eventos com o objetivo de discutir a problemática. Um dos eventos que podem ser destacados é o Relatório Brundtlandt (1987), que produziu o documento intitulado Nosso Futuro Comum, no qual o desenvolvimento sustentável foi o ponto principal da discussão. Outro evento importante foi a Conferência Rio 92

que produziu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que estabeleceu a relação entre as políticas públicas de educação ambiental e sustentabilidade (Dias, 2001). Outros eventos dedicados a discutir a construção de uma sociedade baseada na sustentabilidade foram a Rio + 20 e o Fórum Mundial. Ressalta-se que em todos os eventos foram consideradas as necessárias relações que envolvem a economia, a tecnologia, a política e a sociedade, pois se entende que somente compreendendo essas relações é possível propor novas posturas frente a antigos problemas, levando em conta tanto os aspectos econômicos como os ecológicos.

Os eventos acima citados foram os impulsionadores das políticas públicas brasileira para o meio ambiente.

Já existe, no Brasil, uma vasta legislação ambiental abrangendo os mais diferentes aspectos. O que é necessário é que essa legislação seja aplicada, com o que muitos problemas ambientais poderiam ser evitados ou amenizados, assegurando a saúde ambiental da população. A título de ilustração quanto à diversidade de aspectos contemplados na legislação, são apresentadas na Tabela 4 algumas Leis, Decretos e Resoluções, que datam de 1960 até 1997, com a publicação da Lei de Educação Ambiental para o Brasil.

Tabela 4: Relação de Leis, Decretos e Resoluções ambientais – 1966 a 1997.

Parâmetros curriculares nacionais (1997)
Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996)
Lei da educação ambiental (Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999)
Portaria 231/P-88 – regulamento do uso do fogo
Lei Nº 7.602/89 – sobre agrotóxicos
Lei Nº 7.797/89 – fundo nacional do MA
Lei Nº 4.717/66 – regula a ação popular
Lei Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965 – Código florestal
Política nacional do meio ambiente (Lei Nº 6.938/81)
Resoluções do CONAMA (004/85; 001/86; 0018/86; 020/86; 011/87; 006/88; 001/90; 003/90)
Constituição Brasileira de 1988
Lei Nº 5.197/67 – proteção a fauna
Decreto Nº 92.302/86 – fundo para reconstituição de bens lesados
Lei Nº 3.924 – monumentos arqueológicos
Decreto Nº 221/67 – proteção e estímulo a pesca
Portaria GM/Minter Nº 323/78 – lançamento de vinhoto e águas residuárias pelas destilarias de álcool
Portaria GM/Minter Nº 053/79 – resíduo da atividade humana
Decreto Nº 83.540/79 – poluição por óleo
Decreto Nº 84.017/79 – parques nacionais
Lei Nº 6.766/79 – uso do solo urbano
Lei Nº - 6.803/80 – zoneamento industrial

Portaria internacional 03\82 – ministério da saúde e do trabalho – uso de benzeno
Portaria dpc 007\82 e decreto Nº 88.821\83 – acesso à praias
Lei Nº 7.173\83 – jardins zoológicos
Decreto Nº 89.336\84 – reservas ecológicas e áreas de interesse ecológico
Resolução Nº 01\86 – impacto ambiental
Resolução Nº 01\A\86 – transporte de produtos perigosos
Decreto Nº 94.076\87 – microbacias hidrográficas
Lei N 7.643\87 – pesca de cetáceo
Decreto Nº 95.733\88 – recursos para corrigir danos ambientais
Lei Nº 7.661\88 – plano de gerenciamento costeiro
Decreto Nº 96.660\88 – plano de gerenciamento costeiro
Lei Nº 7.679\88 – proibição de pesca em período da piracema
Decreto Nº 97.633\89 – proteção à fauna
Portaria Ibama Nº 238-P\89 – registro de jardins zoológicos públicos e privados
Resolução Nº 05\89 – controle, preservação e recuperação do ar
Resolução Nº 06\89 – cadastro nacional de entidades ambientalistas
Portaria informativa Nº 435\89 – equipamento para controle de mercúrio em garimpos
Portaria informativa Nº 439\89 – reposição florestal à pessoas físicas e jurídicas
Portaria informativa Nº 440\89 – manutenção por pessoa física ou jurídica consumidora de matéria prima florestal de florestas próprias
Portaria informativa Nº 441\89 – reposição florestal por pessoa física ou jurídica que consuma matéria-prima florestal
Resolução Nº 12\89 – normas gerais em relação à áreas de relativo interesse ecológico
Portaria informativa Nº 01\90 – cobrança de fornecimento de licença ambiental
Portaria do Ibama Nº 94\90 – serviço de defesa ambiental

Decreto Nº 98.897\90 – reservas extrativistas
Resolução Nº 01\90 – padrões, critérios e diretrizes para emissão de ruídos
Resolução Nº 02\90 – programa nacional de educação e controle da poluição sonora
Portaria do Ibama Nº 332\90 – licença para coleta de material zoológico
Portaria do Ibama Nº 349\90 – registro junto ao Ibama para uso de agrotóxico
Decreto Nº 99.193\90 – zoneamento ecológicoeconômico
Portaria do Ibama Nº 887\90 – sistema nacional de informações espeleológicas e limita o uso de cavidades naturais subterrâneas
Resolução Nº 03\90 – padrões de qualidade do ar
Portaria informativa Nº 1.088\90 – atividades ligadas à comercialização e uso de motosserras
Portaria informativa Nº 1.197\90 – autorização prévia do Ibama para importação de sucatas ou desperdícios que possam apresentar risco ecológico
Decreto Nº 99.547\90 – vedação do corte e da respectiva exploração da vegetação da Mata Atlântica

Apesar da ampla legislação, o Brasil é um país em desenvolvimento econômico, com vasto acervo natural e pouca tradição na conservação dos recursos naturais. Atualmente tem se intensificado a busca pela adequação ambiental, através de uma legislação própria. O que ocorre é a falta de investimento em pesquisas e educação que qualifiquem e produzam profissionais que, para além de construir proposições, estejam aptos a praticar a política ambiental brasileira. A seguir uma breve descrição de algumas ações propostas pelo Brasil para desenvolver a política ambiental.

O tema meio ambiente foi inserido na Constituição Federal de 1988, com um capítulo próprio, e outros tantos que citam as obrigações do Estado e da sociedade para com o meio ambiente. Nesse sentido, a Constituição Federal em seu Art. 225 preconiza:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida, *impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.* (Grifo nosso).

Apesar de constar na Constituição Federal, lei máxima do país, as preocupações com o meio ambiente ficaram mais evidentes e asseguradas a partir da Conferência Rio 92, quando o Brasil e mais de 170 países elaboraram e assinaram cinco documentos importantes na proteção ambiental e desenvolvimento econômico sustentável, a saber: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; a Convenção sobre Mudanças Climáticas; a Convenção sobre Biodiversidade; a Carta dos Princípios das Florestas e a Agenda 21, além de ter sido criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável para monitorar e relatar a implementação dos acordos firmados na Conferência Rio 92 (Gugelmin et al., 2003).

Para o cumprimento dos acordos firmados na Conferência Rio 92 o Brasil, precisou estabelecer alguns planos de ação que pudessem findar na elaboração e fixação de metas visando o desenvolvimento sustentável. A seguir algumas propostas do governo para atingir as três esferas do poder

público: União, Estados e Municípios, em relação ao desenvolvimento sustentável.

O Plano Plurianual (PPA)

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 165 prevê a elaboração e a prática de um plano de investimentos elaborado pelo poder executivo, sob a forma de projeto de lei, fazendo parte, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, do conjunto de instrumentos básicos de planejamento e orçamento (Santos et al., 2003).

O PPA indica a destinação de recursos da União alocando despesas do executivo, legislativo e judiciário. O plano contém objetivos a serem cumpridos dentro de um determinado período sendo feito de acordo com as necessidades da sociedade. O PPA envolve os três níveis do poder público (Federal, Estadual e Municipal). Entende-se que deve ser elaborado com a participação da sociedade para garantir que as necessidades da população sejam contempladas. As questões ambientais precisam fazer parte do PPA, garantindo ações preventivas e mitigadoras de empreendimentos e desenvolvimento urbano sócio ambientalmente sustentável e responsável.

No entendimento de Souza e colaboradores o PPA municipal deve incluir:

Na esfera municipal, o estabelecimento das diretrizes, objetivos e metas da administração pública para o tratamento das questões ambientais deve

sempre ser feito buscando-se a harmonia das diversas políticas municipais setoriais e a integração dos demais instrumentos normativos de planejamento que referenciam a gestão municipal (Souza et al., 2003, p.81).

Plano Diretor Municipal

A Constituição Federal determina que as cidades acima de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, pertencentes á áreas de interesse turístico e municípios inseridos em áreas de influencia de empreendimentos ou com atividades que tenham significativo impacto ambiental no âmbito regional e nacional, devem elaborar um plano diretor de planejamento urbano, o qual deve ser aprovado por lei municipal com validade de dez anos. Em relação ao plano diretor Souza e colaboradores definem como:

Um instrumento de planejamento dinâmico, articulado com políticas de desenvolvimento regional, a fim de planejar e propor prioridades de ações definidas no tempo e no espaço com as respectivas avaliações de custo para compor o modelo de gestão integrada do município. (Souza et al., 2003, p.75).

A elaboração do Plano Diretor deve acontecer com a participação da sociedade local, a qual deve ser estimulada pelos poderes executivo e

legislativo do município, a fim de promover discussões através de audiências públicas municipais.

Dentre as questões ambientais que devem ser contempladas no Plano Diretor está a identificação e delimitação das áreas de interesse ambiental do município, seus usos e limitações de uso.

Ministério Público

O Ministério Público (MP), no município, é uma instituição que promove a defesa da ordem jurídica, a justiça social e os interesses individuais e coletivos.

O Ministério Público, em relação às questões ambientais, tem atuado no sentido da prevenção, bem como da punição de atos infracionais contra o meio ambiente. A atuação do Ministério Público no âmbito ambiental tem ido além de ações pontuais, pois tal instituição tem realizado ações que promovem a conscientização da sociedade através de audiências públicas e a implementação de políticas públicas ambientais, incentivando também a criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Fundos Municipais de Meio Ambiente. Nesse contexto, Souza e colaboradores relatam a atuação do Ministério Público no âmbito ambiental como:

Na área ambiental, sua atuação fora do âmbito penal tem revelado uma nova feição da instituição, na qual o MP aparece como defensor do regime

democrático e dos interesses sociais, tornando-se um co-partícipe do projeto de transformação social (Souza et al., 2003, p. 84-85).

Pelo exposto acima, entende-se que o MP é um aliado na tentativa de cumprimento do Art. 225 da Constituição Federal. A ação do MP deve ser voltada para a consolidação da política ambiental do município.

Para Loureiro (2011) a sociedade ainda não enxerga o seu direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e não vê que o mesmo pode ser exigido por intermédio do Ministério Público, órgão independente, autônomo administrativa e financeiramente, sendo, dessa forma, essencial para a defesa da sociedade.

Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMA)

O Ministério Público incentiva a criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CMMAs) com o intuito de fortalecer a política pública ambiental dos municípios. Os CMMAs são órgãos consultivos e deliberativos e são considerados órgãos superiores da política ambiental do município, deliberando sobre as questões que envolvem ameaça, proteção, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (Souza et al., 2003, 73).

Além de cumprirem as funções delegadas aos CMMAs acima indicadas, eles também gerenciam o Fundo Municipal de Meio Ambiente, no qual são depositados recursos provenientes de multas e penalidades ambientais,

doações, dotação orçamentária e de captação de recursos por meio de projetos ambientais. Os recursos desse fundo são utilizados na capacitação de conselheiros, na promoção de campanhas de educação ambiental, compra de material e equipamentos para pesquisas ambientais, auxílio a entidades não governamentais como bombeiros voluntários, associação de moradores, além da parceria estabelecida entre os CMMA's e a Defesa Civil do município, com o intuito de atuar na prevenção de desastres ambientais e no auxílio às vítimas desses desastres.

O CMMA faz parte da política ambiental do município. Os municípios que tem uma política ambiental se tornam mais preparados e autônomos para enfrentar problemas ambientais, além de serem capazes de criar uma legislação que possibilite resolver problemas ou prevenir situações ambientais conflituosas. A legislação ambiental municipal não substitui a legislação federal e a estadual, mas possibilita regionalizar e executar projetos e ações pelo controle e fiscalização municipal. A constituição da política ambiental municipal apresenta a seguinte estrutura:



Atualmente, muitos municípios não têm uma Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA). Em tais municípios o órgão ambiental está ligado à Secretaria de Agricultura ou à de Saúde. O município que não tem uma PMMA não tem autonomia para tratar as questões ambientais locais e não conta com a participação popular por meio do CMMA. De acordo com Souza e colaboradores, a falta de uma PMMA compromete a gestão ambiental municipal pela concentração nas esferas estadual e federal.

A inexistência da PMMA deixa o município à mercê dos serviços dos órgãos ambientais das esferas estadual e federal que, a rigor, não possuem estrutura suficiente para atender as demandas locais nem para perceber as especificidades de cada município (Souza et al., 2003, p. 72).

No presente estudo, dos quatro municípios estudados apenas dois tinham política ambiental consolidada, com secretaria de meio ambiente, conselho municipal de meio ambiente⁸ e fundo municipal de meio ambiente.

Agenda 21 local

Na Conferência Rio 92 foi elaborado, dentre outros documentos, a agenda 21 que constitui um plano de ação e de planejamento em âmbito global, nacional e local, com propósito de promover discussões e ações que possibilitem a formação de um novo paradigma baseado na justiça social e no equilíbrio ambiental (Souza et al., 2003).

⁸ Em anexo os regimentos dos conselhos municipais de meio ambiente de Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa (Anexos C e D).

A construção da agenda 21 local deve ser feita de modo coletivo, em contexto no qual, representantes de todos os segmentos possam opinar e contribuir para a elaboração de propostas que visem a solução de problemas sócio ambientais a curto, médio e longo prazo.

IV PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ONDE O ESTUDO FOI REALIZADO

Os municípios escolhidos para desenvolver o estudo se localizam na região central serrana do Estado do Espírito Santo (vide mapa abaixo) e grande parte de seus habitantes vive na zona rural. São municípios com potencial turístico (o turismo já é explorado de forma limitada em suas sedes) e com características econômicas peculiares: produção de café, uva, ovos, eucalipto, verduras, entre outros produtos. Em Santa Maria de Jetibá, Itaguaçu e Itarana tradições da cultura pomerana permanecem no cotidiano de grande parte da população, que descende dos imigrantes pomeranos. A mesma observação anterior se aplica também a Santa Teresa, neste caso, envolvendo a cultura italiana. As características culturais são importantes porque determinam formas próprias de conceber temas como trabalho, dinheiro, preconceito, profissão, meio ambiente e valorização profissional.

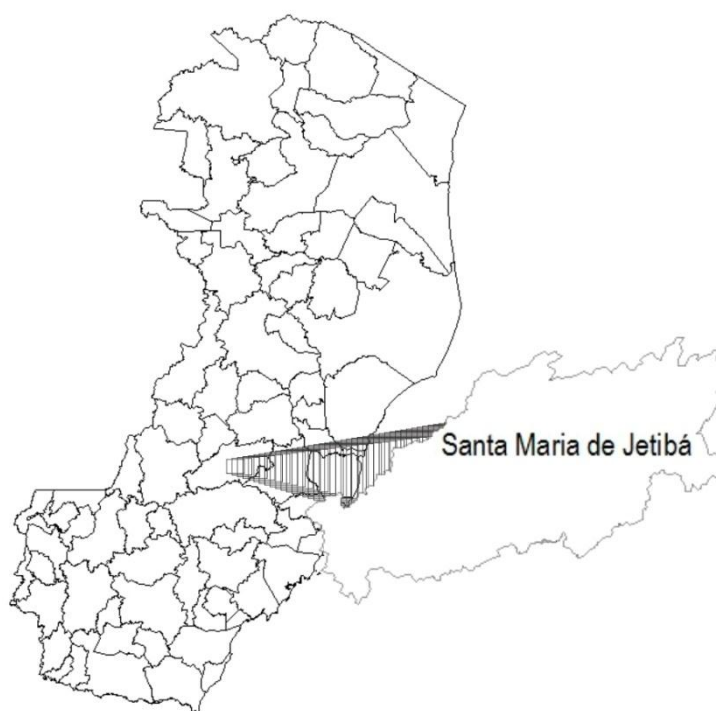


Figura 5: Destaque da localização do município de Santa Maria de Jetibá no mapa do Espírito Santo.

O município possui grande diversidade cultural, expressa nas tradições, na música, na dança, na gastronomia e na arquitetura. A economia do município é essencialmente agrícola, os produtos hortifrutigranjeiros abastecem os Centros de Abastecimentos de Alimentos (CEASA) de vários estados e o sistema predominante é o da agricultura familiar com concentração de pequenas propriedades rurais.



Figura 6 – Casamento pomerano com os noivos vestidos de preto.



Figura 7: Danças típicas pomeranas, representadas pelos grupos de danças do município.

A característica regional de predominância de pequenas propriedades rurais reforça a ocorrência de devastação da mata nativa, pela necessidade de

ampliação das áreas para o cultivo. A cobertura vegetal local é a Mata Atlântica de altitude, que se encontra em intenso processo de degradação. Os fragmentos de florestas da região estão isolados por áreas de pasto, agricultura e redes elétricas.



Figura 8: Foto aérea demonstrando a devastação florestal nos topos de morro.

Apesar do contexto de devastação florestal, ocorrido ao longo da ocupação do município para exercer a atividade agrícola, pode-se observar que há alguns anos tem-se intensificado os esforços na recuperação da vegetação. Essa observação foi constatada em um estudo realizado por Santos, Almeida Junior e Eugenio em 2012, quando analisaram a evolução florestal do

município de Santa Maria de Jetibá utilizando fotos de satélite e constataram que entre os anos de 1970 e 2005 houve incremento de área de 17,04% nas florestas nativas do município.

Talvez em razão desse incremento florestal, ainda é possível encontrar, na região, espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção como *Callicebus personatus* (sauá), *Bradypus torquatus* (preguiça de coleira), *Puma concolor capricorniensis* (sussuarana) e *Brachyteles hypoxanthus* (muriqui) (Figura 9) (Ministério do Meio Ambiente, 2003).

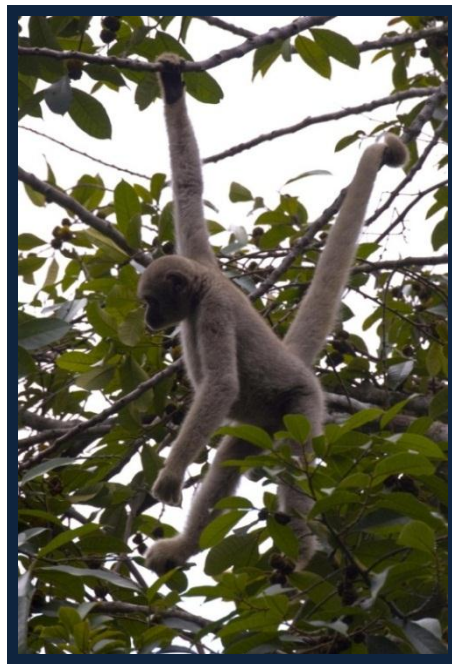


Figura 9 - Primata Muriqui (*Brachyteles hypoxanthus*) na propriedade do Sr. Geraldo Saick – na comunidade de São Sebastião do Belém – Santa Maria de Jetibá – ES.

O município apresenta uma Política Ambiental estruturada com Secretaria de Meio Ambiente dissociada da Agricultura, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente. As ações de preservação ambiental passam também pela estruturação da Política Ambiental Municipal.

O município de Santa Maria de Jetibá teve sua emancipação política no dia 6 de maio de 1988, mas sua história começou bem antes, com a colonização de famílias européias oriundas da extinta Pomerânia. A colonização pomerana ocorreu a partir de meados de 1860, devido às disputas entre a Alemanha e países vizinhos por conquistas territoriais. Grande parte do povoado pomerano migrou para o Brasil e, no Espírito Santo concentraram-se na região das montanhas, principalmente, em um altiplano localizado na colônia de Santa Leopoldina, chamado Jequitibá. Segundo Tressmann (2005) a grande maioria se estabeleceu na região que compreende atualmente o município de Santa Maria de Jetibá e outros grupos menores nos municípios de Domingos Martins, Afonso Cláudio, Itarana e Santa Teresa. Os pomeranos e seus descendentes são um povo camponês e recriaram, ao longo de cento e cinquenta anos de permanência em solo brasileiro, o modo de vida camponês. Eles mantiveram o uso da sua língua materna – o pomerano – suas festas comunitárias, seus rituais e danças, costumes culturais e maritais, além dos ritos de passagem como confirmação, casamento e morte, típicos da tradição camponesa (Tressmann, 2005).

O município se divide em pequenas comunidades que agregam indivíduos com características comuns (descendência, religião, cultura, gastronomia e língua) que assumem, a partir destas afinidades, o que é possível definir como uma identidade própria. Segundo relato de Tressmann (2005) as famílias de pomeranos desde sua chegada ao Espírito Santo sempre buscaram lugares inabitados e se agruparam em comunidades próprias. Tressmann (2005, sem paginação) relata parte desta trajetória:

As famílias saíram em pequenos grupos, subindo as montanhas, caminhando pelo leito do rio, buscando um clima favorável, semelhante ao da Europa e que lhes oferecesse proteção. O medo da perseguição era constante. Por isso, os pomeranos recém-chegados caminharam aproximadamente uma distância de 30 quilômetros entre montanhas e a mata ainda desconhecidas por eles, chegando a um local adequado, afastado da cidade e de difícil acesso aos possíveis perseguidores. Os imigrantes batizaram a nova terra de 'Alto Pomerânia' em língua Pomerana 'Dat houg Pomerland'.

4.1.2 Itarana

O município de Itarana localiza-se na região central serrana do estado do Espírito Santo (Figura 10), distante 30 km do município de Santa Maria de Jetibá e 120 km da capital do Estado. O município apresenta população de 10.881 habitantes e extensão territorial de 298.760 km². Da população residente no município, 4.095 residem na zona urbana e 6.786 na zona rural (IBGE, 2013). O Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), do município, é de 0,684 (inferior a média estadual de 0,740).



Figura 10: Destaque da localização do município de Itarana no mapa do Espírito Santo.

Itarana foi colonizada por italianos vindos da Itália, que haviam fixado residência em Santa Teresa e pomeranos provenientes da antiga Pomerânia, havendo até os dias atuais traços dessas duas culturas presente nos costumes e tradições dos habitantes do município, como é relatado pelo poder público municipal.

No ano de 1882, doze famílias vindas da Itália, vieram para Santa Teresa. Chegaram primeiro ao porto de Santa Leopoldina pelo Rio Santa Maria, de lá para Santa Teresa, na esperança de dias melhores e uma condição de vida digna, conforme fora prometido pelo governo brasileiro em virtude de terem perdido a mão de obra escrava e estes vieram suprir sua falta. Para terem acesso a Itarana, saíram de Santa Teresa numa viagem de muito sofrimento, dificuldade, onde a morte, a desesperança, a dor e a tristeza tomava conta de cada um.

De acordo com a história, neste tempo também chegaram os primeiros imigrantes alemães, vindos de uma região hoje extinta chamada Pomerânia. A família Schultz, segundo relatos históricos, foi a primeira a chegar, formando logo uma comunidade de luteranos. A expressão da comunidade formada pelos luteranos ainda hoje conserva os valores e tradições como: a língua, a dança, a culinária e tantos outros que efetivamente deram importante participação no desenvolvimento do Município. Com a chegada dos imigrantes pomeranos, inicia-se também a pluralidade religiosa já que estes trouxeram consigo uma nova religião: a luterana, fundada por Martinho Lutero (Prefeitura Municipal de Itarana).

As características dessas culturas são preservadas na comida, nas danças e nas relações de trabalho. O município é grande produtor de café, cultivado por pequenos agricultores, além da silvicultura e hortifrutigranjeiros que compõem a relação de produtos originados no município.

Itarana, como os outros municípios que fazem parte desta pesquisa, teve o processo de desmatamento acelerado para produção de café e outras culturas. Atualmente, em razão da fiscalização e da conscientização da necessidade de se preservar o meio ambiente, existem esforços por parte do poder público e do Batalhão da Polícia Ambiental nesse sentido. Apesar do município, ter 50 anos de emancipação política (13 de dezembro de 1963), ainda não criou uma Política Ambiental própria, não apresenta Secretaria Municipal de Meio Ambiente separada da Secretaria de Agricultura, com orçamento próprio, conseqüentemente não tem Conselho Municipal de Meio

Ambiente e não tem Fundo Municipal de Meio Ambiente. A falta de estrutura para tratar das questões ambientais é um dos agravantes para que os problemas ambientais locais sejam negligenciados ou pouco resolvidos.

4.1.3 Itaguaçu

Itaguaçu, como Itarana, teve sua colonização influenciada pelas culturas italiana e pomerana. As características que compõem os dois municípios são muito semelhantes, mantendo tradições culturais típicas. Itaguaçu situa-se a 11 km de distância de Itarana e a 131 km de Vitória. De acordo com o censo 2010 a população do município é de 14.134 habitantes, destes, 8.054 reside na zona urbana e 6.080 na zona rural. O município apresenta aspectos diferenciados dos outros municípios estudados, e dentre estas diferenças está a maior concentração da população na zona urbana, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,702, inferior à média estadual de 0,740.

A economia do município esta pautada no cultivo de café conilon e arábica, hortifrutigranjeiros, criação de gado leiteiro e extrativismo de granito. O cultivo dessas culturas é realizado por famílias compostas de pequenos produtores que mantêm a economia do município ativa.

Apesar do município ter 98 anos de emancipação política (17 de fevereiro de 1915), em relação às questões ambientais ainda não progrediu

satisfatoriamente, já que até o momento os problemas ambientais que acontecem no município e que são de âmbito municipal (alguns deles de âmbito estadual, a bem dizer) estão alocados na Secretaria de Agricultura. Esta falta de estrutura para tratar dos problemas ambientais faz com que o município, até o momento, não tenha orçamento próprio para trabalhar estas questões, como também não tem Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente. Como não tem uma Política Ambiental Municipal fica na dependência de órgãos estaduais, que muitas vezes não apresentam estrutura suficiente para atender os municípios, além de não conhecerem as peculiaridades destes municípios.



Figura 11: Destaque da localização do município de Itaguaçu no mapa do Espírito Santo.

4.1.4 Santa Teresa

Dos municípios estudados, Santa Teresa, é o mais antigo com 122 anos de emancipação política (22 de fevereiro de 1891). Colonizada por imigrantes italianos, que vieram para o Brasil para substituir a mão de obra escrava, é considerada a primeira cidade brasileira formada por imigrantes italianos, o município mantém as tradições e costumes deste povo, os quais podem ser conhecidos através do turismo, que é praticado no município. Dentre os municípios que fazem parte do estudo, Santa Teresa se destaca pelo turismo consolidado e também pelas belezas naturais. De acordo com dados do IBGE (2013) a população do município é de 21.823 habitantes, 11.768 na zona urbana e 10.055 na zona rural, distribuição diferente de Santa Maria de Jetibá e Itarana. De acordo com dados do PNUD (2013) o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,714 índice inferior ao conferido ao estado (0,740), mas superior aos outros municípios participantes da pesquisa. O município apresenta 683,157 km² de extensão territorial, com cobertura vegetal de Mata Atlântica. Santa Teresa apresenta pontos importantes que contribuem substancialmente para a preservação ambiental local, a saber: o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, atual Instituto Nacional da Mata Atlântica, fundado pelo pesquisador e cientista Augusto Ruschi; Reserva Biológica Augusto Ruschi, uma área de 04 mil hectares destinada somente à pesquisa, estudo e conservação; Estação Biológica de Santa Lúcia, área de 400 hectares destinada à pesquisa e educação ambiental; Parque Natural Municipal de São Lourenço, unidade de conservação com 265 hectares destinada ao ecoturismo e à educação ambiental.

O município apresenta uma Política Ambiental Municipal consolidada, sendo, dos municípios estudados, o primeiro a ter uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que atua em licenciamentos ambientais municipais, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente.

A economia do município está concentrada basicamente na agricultura, com destaque para a produção de café, eucalipto, uva, além de indústrias de pequeno porte para a produção de pães, biscoitos e vinhos.



Figura 12: Destaque da localização do município de Santa Teresa no mapa do Espírito Santo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

4.2.1 A proposta da pesquisa

O ponto de partida para desenvolver a presente pesquisa foi a necessidade de conhecer como diferentes atividades profissionais relacionadas ao meio ambiente, dentre elas varredor de rua, catador de lixo na rua (caminhão), catador de resíduo, trabalhadores de companhia de água e esgoto e separador de lixo em usina, compreendem a problemática ambiental. O objetivo não foi estabelecer comparações entre as diferentes atividades, e sim compreender como as peculiaridades de cada uma podem interferir ou não na construção do entendimento ambiental. No estudo esses trabalhadores foram designados como agentes ambientais, pela compreensão de que essas atividades funcionam como promotoras do bem estar ambiental e social.

Outro estímulo para desenvolver a pesquisa com as diferentes atividades foi a falta de estudos que abordassem as atividades como varredor de rua, trabalhador de água e esgoto, coletor de lixo (caminhão). Em relação aos separadores de lixo em usina e aos catadores de resíduos na rua a bibliografia é vasta, mas sempre com o enfoque principal da exclusão e/ou inclusão pelo trabalho, sendo o viés ambiental pouco explorado.

A escolha das atividades se deu porque todas, de alguma forma, trabalham com o que as pessoas rejeitam, o lixo. Por outro lado, elas apresentam características próprias que podem representar um diferencial na

construção da compreensão ambiental pelo trabalhador. Tais características são: contrato de trabalho por tempo determinado, carteira assinada, funcionário efetivo, autônomo, grau de instrução, tempo de trabalho, tempo de residência na cidade, se pertence a grupos organizados, emprego público, emprego privado, idade.

O estudo também procurou entender se a compreensão ambiental pode contribuir para a valorização da atividade pelo trabalhador, ou seja, o fato da atividade que ele exerce ser importante para a preservação e/ou conservação do meio ambiente promove ou desperta valorização à sua atividade, contribuindo para mudança do modo como ela é vista por ele e a sociedade.

Outro fator de interesse para a pesquisa relaciona-se aos aspectos positivos e negativos que o trabalhador percebe em sua atividade. Nessa perspectiva, destacam-se pontos como a profissão exercida, preconceito, exclusão, inclusão, oportunidades, estudo, o significado do trabalho, a segurança no trabalho, as perspectivas de futuro.

Como forma de complementação da pesquisa procurou-se conhecer o que os gestores ambientais municipais pensavam a respeito das ações ambientais no âmbito de sua gestão. Para auxiliar nessa compreensão procurou-se conhecer aspectos de sua vida profissional como: em que circunstâncias teve acesso ao cargo, formação na área ambiental e quais as perspectivas futuras relacionadas às ações ambientais e profissionais. Além dos aspectos mencionados procurou-se também compreender quais relações

foram estabelecidas entre os gestores e os agentes ambientais, alguns deles geridos por esses gestores.

4.3 MÉTODOS DE COLETAS DE DADOS

4.3.1 As duas abordagens da pesquisa

Para realizar a pesquisa utilizou-se dois métodos de coleta de dados: iniciou-se com um questionário, o qual foi utilizado para obtenção de dados sócio-econômicos dos participantes. Os pontos de interesse da pesquisa com a utilização do questionário estavam em informações como idade, filhos, escolaridade, tempo de serviço na atividade ambiental, contribuição da renda para o sustento da família, ocupação anterior à do momento, especificando qual foi e, por fim, se a atividade estava amparada nas leis trabalhistas que regem o país. De acordo com Richardson (1999, p. 189):

Existem diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais.... Os questionários cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social.

Após a coleta de dados sócio-econômicos, através dos questionários, foram realizadas entrevistas que abordaram aspectos do trabalho, ambientais, perspectivas de vida, preconceito, exclusão e inclusão. As entrevistas foram desenvolvidas a partir de roteiro¹⁰ semi estruturado com perguntas abertas, a partir das quais os entrevistados podiam falar livremente. Em alguns momentos foram inseridos questionamentos tais como: *Se você fosse fazer uma compra*

¹⁰ O roteiro da entrevista utilizado no estudo encontra-se em apêndice (Apêndice C).

em uma loja, qual profissão você colocaria na ficha de cadastro da loja? Você já sentiu que foi discriminado(a) em algum estabelecimento (bancos, supermercado, local de trabalho, vizinhos)?

Esses questionamentos foram utilizados no sentido de extrair informações adicionais àquelas fornecidas pelos entrevistados, ou quando as respostas se reduziam a “sim” e “não”. A entrevista com perguntas abertas veio da necessidade de compreender as concepções desses sujeitos e para tanto foi necessário possibilitar que relatassem de forma livre os acontecimentos de suas vidas relacionados com os questionamentos feitos pela pesquisadora. De acordo com Günther (2008, p. 64-65):

A utilização de entrevista nos estudos pessoa-ambiente é importante por ter o potencial de salientar a relevância da dimensão físico-espacial do ambiente, integrante de experiências e ações humanas nos níveis intrapessoal e interpessoal, grupal e intergrupal. Por outro lado, a entrevista pode ser concebida como um exemplo de um evento nos estudos pessoa-ambiente, por envolver aspectos do ambiente e permitir investigar variações de respostas a/em diferentes ambientes.

Em relação à confecção de um roteiro de entrevista que atenda as necessidades da coleta de dados e também ao tratamento dos dados Trindade, Menandro e Gianórdoli-Nascimento (2007) relatam:

A produção de um roteiro e de um procedimento de entrevista se faz fundamental para que o relato da experiência vivida exprima toda a riqueza

de acontecimentos que o pesquisador poderá enfocar ao proceder a análise em profundidade, que fará emergir as unidades de significados para a posterior elaboração da estrutura do fenômeno (Trindade, Menandro & Gianórdoli-Nascimento, 2007, p. 82).

4.3.2 Projeto Piloto

Para compreender o universo dos entrevistados foi realizado um projeto piloto com quarenta participantes distribuídos da seguinte forma: quatro catadores de resíduos nas ruas, dezesseis varredores de rua, cinco catadores de lixo na rua (caminhão), cinco trabalhadores de companhia de água e esgoto e dez separadores de lixo em usina.

No projeto piloto a coleta foi iniciada desde a primeira conversa com os agentes e as entrevistas foram realizadas no local de trabalho dos entrevistados visando o confronto das falas com as práticas dos mesmos (Becker, 1999; Sommer, 2002 citado por Günther, Elali & Pinheiro, 2008). Antes de iniciar as entrevistas foi explicado o objetivo da pesquisa e houve consulta aos participantes sobre o interesse dos mesmos em participar, cientes de que tinham a liberdade de decidir se queriam ou não participar. Além disso, os entrevistados foram perguntados a respeito da utilização do gravador para otimizar a coleta de dados. As falas dos entrevistados não foram interrompidas com o intuito de não romper o fluxo narrativo dos mesmos. Quando foi conveniente algumas perguntas foram inseridas para extrair maiores informações a respeito de determinado tema.

A estratégia de deixar fluir a trajetória discursiva, além de resultar em histórias com começo, meio e fim, permitiu que os entrevistados ficassem a vontade para compartilhar suas experiências. Em relação às práticas discursivas, Spink e Medrado as definem como: "... como linguagem em ação, isto é, as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas" (Spink & Medrado, 2004, p. 45).

A partir do projeto piloto foi possível definir os sujeitos da pesquisa, os temas a serem abordados nas entrevistas e também as cidades a serem pesquisadas, bem como foi possível fazer ajustes no método utilizado.

Após o teste piloto e os ajustes necessários, a pesquisa continuou nos municípios propostos no projeto, com os métodos utilizados para o estudo permanecendo inalterados: o questionário fechado abordando dados sócio-econômicos e o roteiro da entrevista com perguntas abertas. Foram entrevistados 61 participantes, os quais estão representados quantitativamente por município na Figura 13, e por atividade e município na Tabela 5.

Tabela 5: Relação dos representantes das atividades por município.

Atividade	Quantidade de entrevistas
SANTA MARIA DE JETIBÁ	
Receptor de lixo – transbordo	1
Varrição	5
Esgoto	1
Caminhão – coleta	2
Catador	2
Lixo hospitalar	1
Empresa de reciclagem	3
Secretaria de serviços urbanos	1
Total:	16
SANTA TERESA	
Varrição	2
Entulho	1
Caminhão – coleta	2
Coordenador usina	1
Secretaria de obras e infraestrutura	1
Secretaria de meio ambiente	1
Usina	6
Total:	14
ITARANA	
Esgoto	3
Caminhão – coleta	3
Total:	6
ITAGUAÇU	
Varrição	16
Esgoto	3
Caminhão – coleta	2
Catador	2
Usina	2
Total:	25
Total geral:	61

4.3.3 Caracterização do tipo de pesquisa utilizada

O estudo caracterizou-se pela abordagem qualitativa. Para descrever tal modalidade de pesquisa utilizou-se como referência um estudo de Oliveira (2010), no qual é utilizado o termo abordagem qualitativa ao invés de pesquisa qualitativa. De acordo com a autora a abordagem qualitativa é caracterizada da seguinte maneira:

Um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e ou segundo sua estruturação. Esse processo implica estudos segundo a literatura pertinente ao tema, observações, aplicação de questionários, entrevista e análise de dados, que deve ser apresentada de forma descritiva (Oliveira, 2010, p. 37).

Ainda na perspectiva da abordagem qualitativa, Moreira e Caleffe (2006), descrevem essa tipologia de pesquisa como aquela que baseia-se em dados verbais e observacionais.

Como o estudo se propôs investigar as concepções sobre trabalho, natureza e sociedade de representantes de diferentes atividades ligadas ao meio ambiente, o delineamento da pesquisa seguiu os pressupostos da investigação exploratória, a qual, segundo Moreira e Caleffe (2006, p. 69) “é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fenômeno”.

No contexto da pesquisa qualitativa, a pesquisa exploratória pode ser definida de acordo com Bogdan e Biklen (citados por Trindade, Menandro, Gianórdoli-Nascimento, 2007, p. 73): “Ainda que possam encontrar diferenças teóricas entre as abordagens qualitativas e mesmo dentro de uma única escola, a maioria dos investigadores identificam-se, de uma ou outra forma, com a perspectiva fenomenológica”.

4.3.4 Tratamento e Análise dos dados

Por apresentar uma variedade de dados ampla, uma vez que ocorreram 61 entrevistas distribuídas por quatro municípios, com trabalhadores braçais e gestores das atividades selecionadas para o estudo, a análise dos dados exigiu um modelo de multimétodos. De acordo com Gunther, Elali e Pinheiro (2008, p. 370):

Refletindo a multiplicidade de campos de conhecimento envolvidos nos estudos pessoa-ambiente, nesse tipo de pesquisa o modo de se coletar e trabalhar os dados costuma mesclar métodos e técnicas provenientes de áreas distintas das ciências.

Nesse contexto, os dados foram analisados de forma quantitativa, quando se tratou de informações retiradas dos questionários sócio econômicos. Para tal análise foi utilizado o pacote estatístico Excel, que é um software utilizado para análise estatística de dados que permite realizar cálculos complexos e visualizar os resultados de forma simples e auto explicativa.

Ainda em tal sentido, foi aplicada a perspectiva qualitativa para analisar os dados provenientes das entrevistas. Neste caso as análises foram realizadas utilizando dois métodos, a saber: as teias associativas e a análise de conteúdo. As teias associativas foram utilizadas para analisar as respostas dos gestores. Este método foi utilizado por Tristão em 2004, para analisar dados relativos às respostas de professores acerca da educação ambiental. O intuito de se trabalhar com as teias associativas ocorreu em razão de procurar estabelecer uma associação das concepções acerca do ambiente presente nas falas dos gestores.

Em relação às teias associativas, elas podem ser compreendidas como repertórios interpretativos, importantes para ilustrar práticas discursivas, na maioria das vezes polissêmicas. Spink e Medrado (2004), apresentam a aplicabilidade dos repertórios interpretativos nas práticas discursivas:

Os *repertórios interpretativos* são, em linhas gerais, as unidades de construção das práticas discursivas, o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem discursivas, tendo por parâmetros o contexto em que essas práticas são produzidas e os estilos gramaticais específicos ou *speech genres*. (Grifo dos autores) (Spink & Medrado, 2004, p. 47).

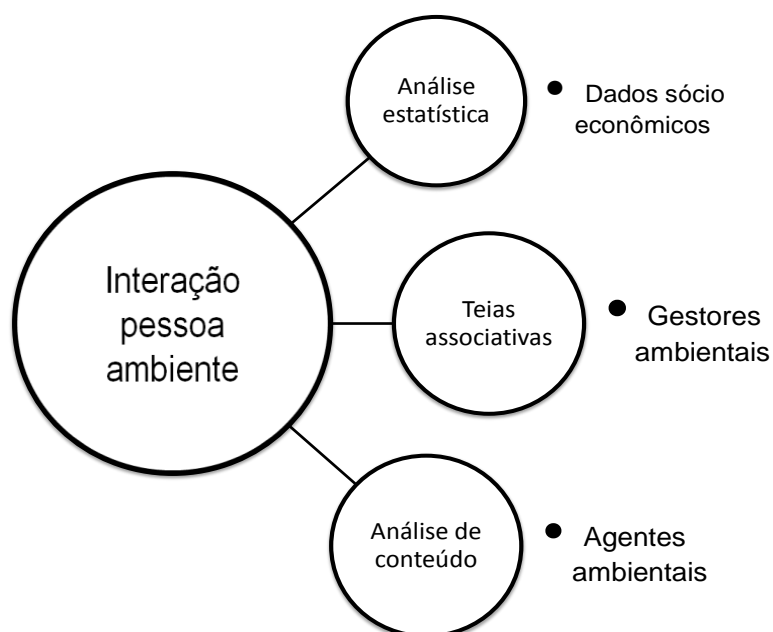
A análise de conteúdo foi utilizada nas análises das falas dos participantes da pesquisa das diferentes atividades e dos diferentes municípios. Para tal análise, as falas foram organizadas em categorias, as quais foram

divididas em: Trabalho, Preconceito-Oportunidades e Meio ambiente. Após a categorização foram realizadas as análises das respostas dos entrevistados em relação a cada uma das categorias.

A escolha da análise de conteúdo para compreender as falas dos sujeitos da pesquisa se deu em razão do método ser um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos discursos dos sujeitos. (Bardin, 2011). No caso específico da pesquisa foi necessário um método que possibilitasse categorizar as respostas, por se tratar de muitos dados.

Quanto à utilização de multimétodos nos estudos pessoa ambiente, tanto para a coleta dos dados como para análise, Gunther, Elali e Pinheiro (2008), citando um trabalho realizado por Lazarsfeld, Jahoda e Zeisel num estudo sobre desempregados de Marienthal, no qual os autores pertenciam a áreas diferentes e optaram por trabalhar com multimétodos, relatam que a qualidade do trabalho se deu em função da combinação da coleta qualitativa com a análise quantitativa.

Para este estudo a análise dos dados ficou assim organizada:



As discussões dos dados foram realizadas em separado para cada análise. Para resguardar os nomes dos participantes da pesquisa os mesmos foram substituídos pela letra M para os homens e F para as mulheres, antecidos das iniciais dos municípios como mostra o quadro abaixo.

Municípios estudados	Mulheres	Homens
Itaguaçu	IT F1 á F14	IT M1 á M12
Itarana	-	ITA M1 á M6
Santa Maria de Jetibá	SM F1 á F7	SM M 1á M9
Santa Teresa	ST F1 á F6	ST M1 á M8

Quadro 4: Siglas utilizadas para identificar os participantes da pesquisa.

As entrevistas foram transcritas na íntegra, no entanto, em razão de haver a indicação da escolaridade do participante após cada fala utilizada entendeu-se que não havia necessidade de deixar os vícios de linguagem e erros ortográficos nas traduções, facilitando o entendimento dos leitores do trabalho.

V RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentadas as análises dos dados nas duas perspectivas (quantitativa e qualitativa) e quanto a utilização dos três métodos: dados sócio econômicos, analisados a partir do Pacote Estatístico Excel, falas dos gestores, analisadas através de teias associativas e falas dos agentes ambientais pelo procedimento de análise de conteúdo.

5.1 Dados sócio econômicos

Os dados sócio econômicos foram analisados em blocos de informações divididos em: Escolaridade, Idade, Quantidade de filhos, Tempo de trabalho, Ocupação anterior. Essa divisão foi importante para mensurar as informações a respeito de cada item a ser analisado.

5.1.1 Escolaridade dos agentes ambientais

Para analisar a escolaridade dos participantes da pesquisa, considerou-se a modalidade série (exemplo: 4ª série) e não ano como é utilizado atualmente, já que os mesmos concluíram a sua escolaridade nesta modalidade. Os agentes ambientais apresentaram baixa escolaridade, 4ª série do ensino fundamental¹¹, representando 39,3%. Os motivos para a pouca escolaridade normalmente estão relacionados à necessidade de trabalhar,

¹¹ SE (Sem escolaridade), EF1INC. (Ensino fundamental 1 incompleto 1º a 4º série incompleto), EF1C. (Ensino fundamental 1 completo 1º a 4º série completo), EF2 INC. (Ensino fundamental 2 incompleto 5º a 8º série incompleto), EF2 C. (Ensino fundamental 2 completo 5º a 8º série completo), EM INC. (Ensino médio incompleto 1 e-ou 2 ano), EM C. (Ensino médio completo 3 ano completo), ES (Ensino Superior completo).

principalmente na roça, e às condições de acesso à escola, como relatado por alguns participantes:

“Eu estudei uns três anos, mas naquela época quando a gente ia à escola, era lá em Criciúma, em terra quente, a escola era longe, precisava sair de manhã cedo e chegava todo sujo de poeira. A gente ia três dias por semana e o resto faltava.” (SM M5, 51 anos, três filhos, trabalha no transbordo de lixo).

“Com certeza, na época era muito difícil, não tinha tantas facilidades como tem hoje, não, era ir a pé. Eu comecei estudar em Itaguaçu, uma pedreira, dava uma média de 6, 7 quilômetros, no meio de vaca, cachorro, não tinha estrada, tinha que passar debaixo de um colonião (capim) para chegar na escola, depois que eu mudei para Santa Teresa foi melhorando, estudei em Várzea Alegre, os colégios foram melhorando, mas na época não é baseado por hoje não. Minha mulher é professora, eu vejo as coisas de hoje, a gente apanhava, ficava de castigo. Merenda? Se você tinha levava, se não tinha não comia, não existia merenda, não tinha educação física, não tinha nada.” (ST M2, 55 anos, três filhos, dirige o caminhão do lixo).

“Na época, nós trabalhávamos na roça, longe de colégio, andávamos 8 km para poder estudar. Era muito difícil na época, não tinha ônibus como hoje, ônibus escolar, a gente tinha que andar a pé.” (ST M7, 43 anos, dois filhos, motorista de caminhão de lixo).

“Ah, não, porque o tal do estudo é bom, hoje para mim ele faz falta, mas porque, quando a gente era pequeno e estudava o papai achou que tinha

terreno demais para cuidar e capinar. Hoje já não tem mais aquela vontade de voltar para a escola. A minha irmã falou porque você não estuda a noite? eu falei não é muita cansaça para mim, eu trabalho de manhã e de tarde, é muito cansativo. A culpa não é da gente é dos pais da gente.” (ST, M5, 48 anos, um filho, trabalha na varrição).

“Eu não, se eu tivesse estudado poderia ter, mas antigamente os pais não tinham lá grandes condições, aí tiravam a gente da escola cedo para ajudar na roça. Eu acho que o estudo muda a vida das pessoas, hoje tem muitas oportunidades.” (IT, F9, 42 anos, dois filhos, trabalha na varrição).

“Não, porque a família é humilde, muitos filhos, meus pais não tiveram nem chance de estudar, aí com dezoito anos já tive que trabalhar na casa dos outros. Então eu acho que agora eu estou tendo a oportunidade, porque até estudando eu estou, minha filha de sete anos me ensina, me ajuda com trabalho muitas vezes que eu estou atarefada, eu ajudo ela e ela me ajuda, meus outros filhos, eu tenho de quinze, está no segundo grau a outra que está na oitava série, então eu acho que agora eu estou tendo oportunidade. Esse trabalho com certeza é uma oportunidade pra mim. Eu acredito que o estudo muda a vida, com certeza. Eu acho que se eu tivesse estudado eu tinha uma chance, tinha tido outra oportunidade. Eu vou estudar até quando eu senti que eu vou, eu vou continuar, aí eu não sei se vou mudar de emprego Deus que vai, porque eu não mando, se for da vontade dele, se não for eu vou continuar.” (IT, F 10, 43 anos, seis filhos, trabalha na varrição).

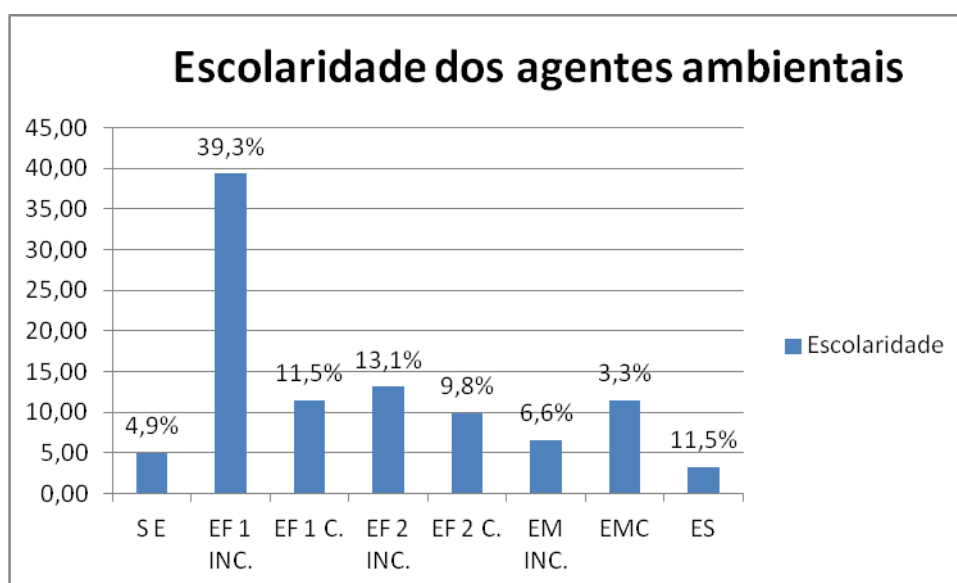


Figura 14: Escolaridade dos agentes ambientais participantes da pesquisa.

Os relatos acima indicam a dificuldade para dar continuidade a escolarização, dentre os motivos mais freqüentes estão a necessidade de trabalhar, a dificuldade de acesso a escola e as condições precárias, nas quais o ensino acontecia, estes foram os principais responsáveis pela baixa escolarização das pessoas da zona rural.

Atualmente, em razão da legislação vigente, relacionada à educação (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os direitos da criança e do adolescente (ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente) e programas de incentivo governamentais como bolsa família, esse cenário está mudando. Desde a década de 1990 o Brasil vem diminuindo os índices de analfabetismo no país, fruto de uma política menos exclusivista, mas é preciso além de ensinar as pessoas a ler e escrever, oferecer qualificação para o mercado de trabalho, criar a possibilidade da concorrência leal entre os

pretendentes ao emprego. No entender de Pochmann (2004) a baixa qualidade educacional contribui para a manutenção da segmentação profissional, na qual os mais pobres permanecem alimentando a exclusão. Com isso o poder transformador da educação, que é possibilitar a inserção social não foi aplicado de forma eficiente.

Relacionar a escolaridade ao trabalho é fundamental, já que os anos estudados interferem na possibilidade de escolha das atividades exercidas. Em relação ao tema Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004) realizaram um estudo acerca da escolaridade e o mercado de trabalho. Para os autores, essa relação é estreita já que o salário está vinculado à escolaridade do sujeito, assim como a importância do capital humano qualificado para o desenvolvimento do país.

Os participantes da pesquisa corroboram a idéia de que o aumento da escolaridade aumenta o salário e melhora as condições de trabalho. Quando questionados sobre *se tivessem tido oportunidade de estudar, mudaria algo em suas vidas*, responderam:

“Teria sido melhor, hoje estava em outro serviço ganhando mais e mais leve, dirigindo ou fazendo outra coisa.” (SM M5, 51 anos, três filhos, trabalha no transbordo de lixo)

“Sim, talvez um emprego melhor. Eu acho que não vou voltar a estudar, eu tenho família agora, fica difícil, eu trabalho a noite.” (SM M1, 28 anos, dois filhos, trabalha na coleta de lixo).

“Se eu tivesse estudado eu tenho certeza que podia ter outra profissão, mas ... Eu sempre falava para os meus filhos, estudem, façam pelo menos o 1º e o 2º grau, porque sem estudo hoje em dia ninguém é nada. (SM, F7, 51 anos, dois filhos, trabalha na varrição).

“Com certeza, sempre falo para os meus filhos, estudo em primeiro lugar, primeiro Deus e depois os estudos.” (SM, F5, 60 anos, seis filhos, trabalha na varrição).

“Eu não estaria aqui não, cavando buraco e mexendo com cano, não, de jeito nenhum, o estudo é tudo. Quem estuda vai pra frente, quem não estuda pára no tempo.” (ITA, M4, 55 anos, uma filha, trabalha com água e esgoto)

“Eu acredito que sim. Hoje se a gente não tem estudo, sofre bastante. Eu não sei se estaria em outro emprego, mas o trabalho da gente seria diferente.” (ITA, M5, 54 anos, três filhos, trabalha com água e esgoto).

“Sim, de repente hoje eu não estaria varrendo rua.” (IT, F4, 57 anos, três filhos, trabalha na varrição).

“Sim, sem ele (o estudo) não se tem nada, quanto mais estudar mais oportunidade nós temos.” (IT, M5, 45 anos, um filho, trabalha com água e esgoto).

Observa-se nas falas dos entrevistados que os mesmos valorizam o estudo e o associam a maior remuneração e melhores condições de trabalho. Em razão da baixa escolaridade, eles se colocam em conformidade com situações precárias de trabalho, alegando a falta de estudo, a partir de então aceitam as condições impostas, mesmo que não sejam adequadas para a sua atividade. Essa é a constatação da exclusão, na qual os indivíduos consentem serem explorados e mal remunerados em razão do pouco que tem a oferecer em termos de qualificação acadêmica.

Na concepção de Wanderley (2004, p. 25), a exclusão contemporânea passa pela qualificação acadêmica, como segue:

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende criar, intencionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis. *‘Os desdobramentos dessa exclusão atingem a quase totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais.’* (Grifo do texto original).

Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004), realizaram um trabalho relacionando os anos de escolaridade com a remuneração, e constataram através da aplicação de fórmulas matemáticas que essa é uma relação diretamente proporcional, maior escolaridade, maior remuneração. Os agentes

ambientais, participantes da pesquisa, que em sua maioria apresentam baixa escolaridade e, conseqüentemente, baixa remuneração e baixa possibilidade de escolha da atividade. Por outro lado, os mesmos entendem a importância da qualificação pelo estudo, e gostariam que seus filhos tivessem a possibilidade de mudar a história de vida deles pelo estudo. Os autores acima citados indicam que:

No caso da participação do governo no setor de educação, isso deve ser feito principalmente para níveis mais elementares de ensino. Uma pessoa de baixa renda e com pouca escolaridade não estaria propensa a investir em educação, pois teria que suportar um custo muito alto gerado pelo baixo retorno até que o investimento se tornasse atrativo. O mesmo raciocínio vale para famílias de baixa renda, que pelo mesmo motivo não estariam dispostas a investir na escolaridade dos filhos (Sachsida, Loureiro & Mendonça, 2004, p. 15).

Os resultados encontrados neste estudo corroboram dados divulgados em 2010 sobre escolaridade no estado do Espírito Santo. No presente estudo constatou-se baixa escolarização, principalmente em pessoas acima de 20 anos de idade. De acordo com dados do Instituto Jones dos Santos Neves essa tendência permanece constante no Espírito Santo como mostra a figura abaixo:

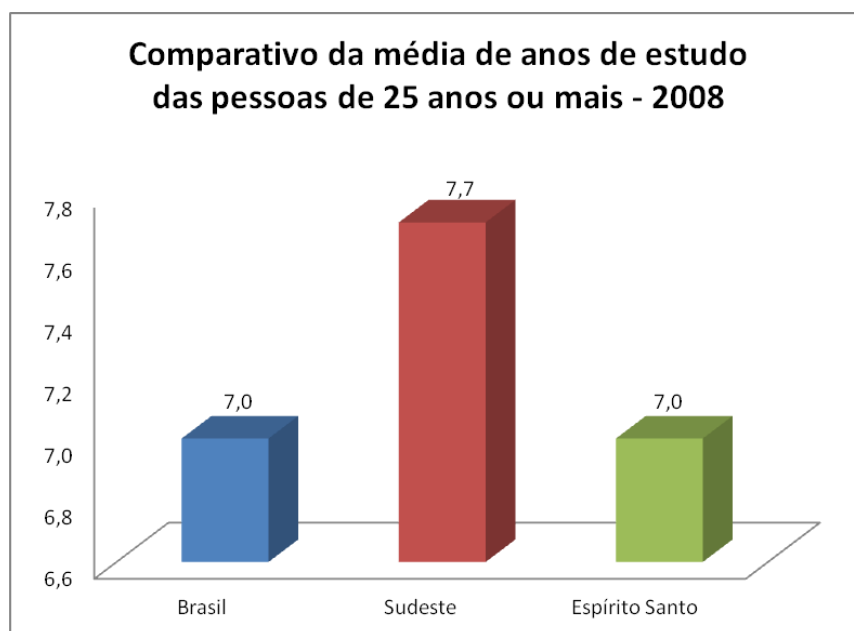


Figura 15: Anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais.

5.1.2 Idade dos agentes ambientais

Considerou-se pertinente verificar a idade dos participantes, partindo da hipótese de que as atividades envolvidas fossem exercidas por falta de opção de escolha, em razão da baixa escolaridade, sendo, então, realizadas por pessoas mais velhas. Os resultados, que estão apresentados na Figura 16, mostram que metade dos participantes tinham entre 41 e 60 anos de idade. Por outro lado, foram constatados jovens com idades entre 20 e 30 anos no exercício dessas atividades pouco valorizadas econômica e socialmente (cerca de 20% dos participantes estavam em tal faixa etária). Vale ressaltar que esses jovens estão exercendo essas atividades mesmo quando apresentam maior nível de instrução, no caso, ensino médio.

Na Figura 16, que segue, é mostrada a idade dos participantes da pesquisa e a predominância da faixa etária de 41 a 50 anos exercendo as atividades pesquisadas no estudo.

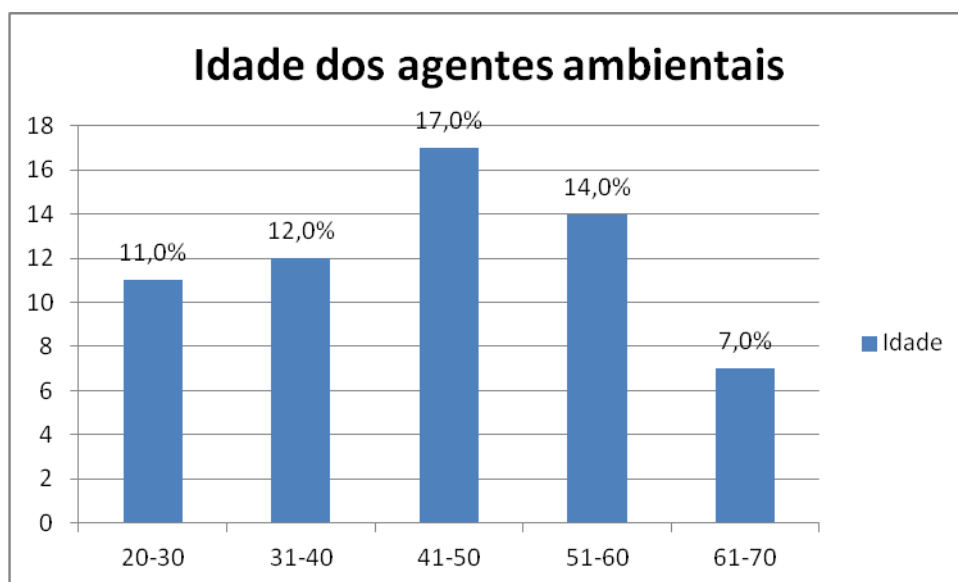


Figura 16: Idade dos agentes ambientais participantes da pesquisa.

Contextualizando com as possibilidades que os municípios estudados oferecem em termos de postos de trabalho, entende-se que a oferta de trabalho normalmente está localizada no poder público (prefeitura) para exercer atividades braçais e em empresas privadas ligadas à agricultura e à pecuária. As prefeituras trabalham com funcionários efetivos através de concursos públicos e no sistema de contratação temporária, caso em que a contratação precisa ser renovada todo o ano. No caso da lotação ser em empresas privadas, estas nem sempre respeitam as leis trabalhistas, optando, em algumas situações, pela contratação sem carteira de trabalho assinada. Sem oferta de trabalho, os jovens, ainda que tenham buscado alguma qualificação através do estudo, ingressando ou concluindo o ensino médio, se vêem sem

possibilidade de exercer outra atividade que não as relacionadas ao trabalho braçal. É importante ressaltar que não há um entendimento de que para exercer estas atividades não seja necessária a qualificação acadêmica, o que ocorre é que o jovem precisa entrar no mercado de trabalho com alguma qualificação profissional, condição, que atualmente, o ensino médio não oferece.

Em relação á dificuldade de inserção no mercado de trabalho Guimarães (2004) ressaltar que os mais afetados são os jovens entre 18 e 25 anos que não possuem qualificação educacional e profissional adequada.

Os relatos abaixo são de agentes ambientais na faixa etária entre 20-30 anos, com ensino médio incompleto ou completo.

“Eu nunca tive muitas oportunidades, depois que eu tive esse trabalho há 8 anos melhorou, mas antes não, trabalhava na roça, enchendo os caminhões, nunca tive muita oportunidade.” (IT, F3, 26 anos, um filho, segundo ano do ensino médio, trabalha na varrição).

“Se eu tivesse condição eu escolheria outra profissão, mas eu não tenho. Eu considero esse emprego a minha profissão, eu sou gari.” (IT, F5, 30 anos, dois filhos, 1º ano do ensino médio)

“Eu já tive muito nunca precisei correr atrás de serviço, eles me oferecem serviço não aceito para ficar trabalhando de empregado para os outros.” (SM,

M4, 30 anos, sem filhos, ensino médio completo, trabalha como catador na rua).

As falas acima indicam descrédito em relação às possibilidades de trabalho, mesmo para aqueles que atingiram escolaridade de nível médio (que é superior à de muitos outros participantes), sugerindo que as oportunidades oferecidas a eles não consideraram os anos de estudo como diferencial. Este dado pode estar relacionado com as características dos municípios pesquisados em relação à oferta de emprego e à valorização do estudo. Em um trabalho realizado por Guimarães (2004) a respeito da relação da juventude com o tema trabalho e a sua importância, a autora constatou que a dedicação ao trabalho estava associada com aqueles que tinham trabalho regular, ou seja, pessoas que tinham alguma segurança no emprego, assim como para os mais escolarizados, principalmente aqueles que haviam frequentado um curso superior. Esse dado revela a necessidade de políticas públicas de qualificação profissional oferecidas pelas Secretarias de Trabalho e Ação Social dos municípios, afim de criar condições para que o jovem tenha acesso ao trabalho de forma inclusiva e respeitosa.

5.1.3 Quantidade de filhos dos agentes ambientais

Outro dado relevante para entender o contexto em que os agentes ambientais participantes do estudo vivem é o número de filhos. A quantidade de filhos constatada quase não difere da média brasileira, de 1,9 filhos por família (IBGE, 2010). Apenas 21 participantes tinham três ou mais filhos. A

diminuição do número de filhos nas famílias brasileiras é reflexo da nova organização familiar, social e econômica. As mulheres passaram a trabalhar fora do ambiente doméstico, o mercado de trabalho exige cada vez mais qualificação educacional e profissional, ficando, dessa forma, mais difícil satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência sem atender aos requisitos necessários para inserção no mercado de trabalho. Além das situações citadas anteriormente, a população está mais informada a respeito dos métodos contraceptivos, principalmente as mulheres, através dos programas governamentais de saúde para a mulher.

Apesar dos participantes da pesquisa residirem em municípios com índice populacional baixo, e estarem intrinsecamente ligados ao campo, esses trabalhadores demonstraram que as dificuldades da vida em relação a trabalho e oportunidades de forma geral, os levaram a diminuição da quantidade de filhos. No passado, famílias numerosas, principalmente quando viviam em contexto rural, se justificavam em razão de que as necessidades estavam limitadas ao trabalho na roça e à produção de itens básicos que garantissem alimentação e moradia, sendo o excedente comercializado. Não havia a preocupação em prover aos filhos além de suas necessidades básicas. O estudo, normalmente, era interrompido por volta da 4ª série, quando as crianças já haviam aprendido a ler, escrever e fazer contas, ou seja, já haviam aprendido o que era considerado suficiente para a sua permanência no campo. A quantidade de filhos representava força de trabalho, importante para a manutenção da propriedade da qual provinha o sustento da família.

Tabela 6: Quantidade de filhos dos agentes ambientais.

Quantidade de filhos	Quantidade de agentes com o número de filhos especificado	%
SEM FILHOS	11	18,0
1	13	21,3
2	16	26,2
3	14	23,0
4	2	3,3
5	3	4,9
6	2	3,3
TOTAL	61	100

A baixa remuneração no trabalho do campo e as intempéries da natureza levaram os agricultores a buscarem alternativas de trabalho nas cidades. Em tal realidade a quantidade de filhos tem implicação diferente na nova organização familiar e social, já que esses trabalhadores normalmente não apresentam os requisitos que os enquadrem em atividades bem remuneradas que possam sustentar famílias numerosas.

Dias (2000), em um estudo sobre as novas estruturas familiares da sociedade atual, relata sobre a organização familiar em razão da quantidade de filhos:

Hoje a família, em conseqüência do processo da mudança, integra normalmente os cônjuges e de um a três filhos e, raramente, mais de três, com algumas exceções, detectáveis, sobretudo, em países menos

desenvolvidos, onde o número de filhos continua a ser elevado (Dias, 2000, p. 92).

Além do êxodo rural, outros fatores podem ser apontados para a diminuição do número de filhos nas famílias. Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que é dificultado quando são muitos os filhos, o provento da casa é feito por todos que nela habitam, o que significa que os adultos sairão de casa para trabalhar, não tendo, muitas vezes com quem deixar as crianças pequenas, tendo de recorrer a contratação de pessoas para esta incumbência, o que torna o custo de vida elevado. Estas constatações corroboram o que diz Dias (2000) quando argumenta que nas atuais organizações familiares, pela necessidade do trabalho e considerando a tradição de atribuições de gêneros, a mulher, principalmente, tem menos tempo para dedicar-se às questões domésticas e ao acompanhamento da educação dos filhos, o que acaba por influenciar a escolha por menos filhos.

5.1.4 Tempo de trabalho na atividade ambiental

Conhecer o tempo de trabalho na atividade ambiental foi importante para entender se ela era temporária ou se já fazia parte da vida dos entrevistados de forma mais consolidada. Os dados mostraram que 24,6% dos participantes estavam há menos de um ano na atividade e 36,1% a exerciam por períodos de um a cinco anos, o que demonstra que tal atividade ou escolha é alternativa recente para os envolvidos.

O que foi possível perceber durante a pesquisa é que os trabalhadores, em muitos casos, começaram a trabalhar nas atividades referidas depois de algum tempo desempregados, ou quando haviam desistido de suas atividades na agricultura.

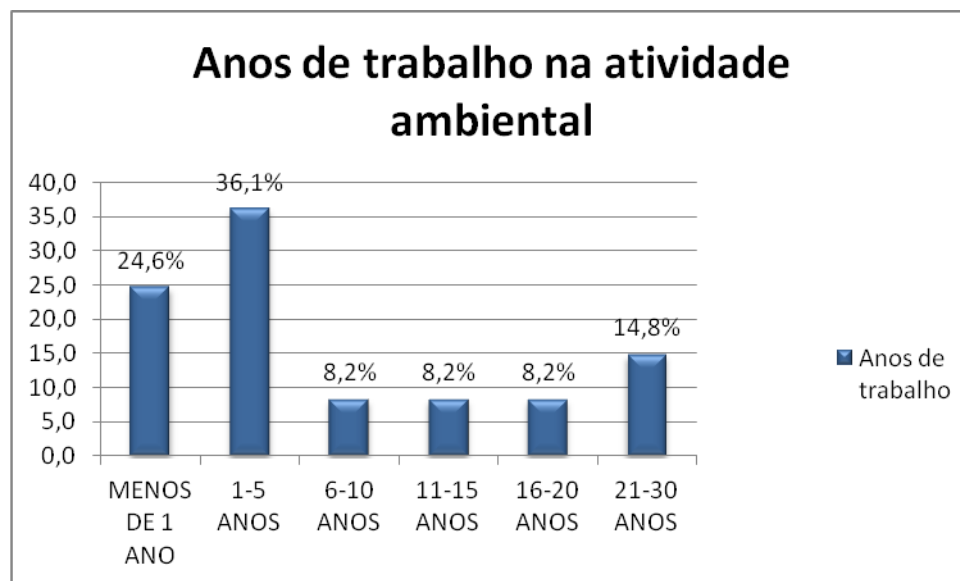


Figura 17: Relação dos anos de trabalho na atividade ambiental.

As falas abaixo relatam o que os trabalhadores da pesquisa sentiram ao iniciarem nas atividades ambientais.

“Tenho muito orgulho desse trabalho, adoro, falo que é meu chamego, eu pago a faculdade da minha filha com ele. Quando eu consegui esse emprego eu senti uma emoção muito grande, até chorei de emoção porque eu queria ajudar a minha filha estudar.” (IT, F6, 42 anos, cinco filhos, trabalha na varrição).

“O trabalho é tudo, principalmente pra gente que mora de aluguel. Na época que eu vim aqui corri atrás, meu marido estava desempregado, então eu toda

vida trabalhei, eu acho que o trabalho é tudo. Nossa eu me senti realizada quando eu consegui esse emprego, porque as pessoas falavam varre rua, mas eu falei, não, pra mim é praticamente um sonho assim porque foi muito sacrifício pra conseguir, porque a idade conta, estudo, tem outras pessoas mais jovens, então eu me sinto realizada.” (IT, F10, 43 anos, seis filhos, trabalha na varrição).

“Eu sempre trabalhei, em tudo, na roça, eu lutei muito. Quando eu consegui este emprego eu me senti muito realizada, eu lutei dois anos para conseguir. Nesse tempo eu fiquei trabalhando na roça, eu vinha toda a semana para ver se conseguia, e não conseguia voltava de novo pra roça, até que consegui.” (IT, F12, 45 anos, quatro filhos, trabalha na varrição).

“Tudo, sem trabalho não tem como sobreviver. Se eu tivesse oportunidade de não precisar trabalhar, eu iria mesmo assim. Quando eu consegui esse emprego fiquei tranqüilo, aqui é seguro, é o dinheiro certo no final do mês.” (ITA, M1, 42 anos, dois filhos, recolhe lixo).

“Trabalho pra mim significa tudo, é o meu ganha pão. Dia de sábado, domingo eu estou trabalhando aqui. Durante a semana direto, não paro. Inclusive eu e minha mulher trabalhamos aqui. Quando eu consegui esse emprego eu senti um alívio, esse é um dinheiro que já entra pra mim que eu já sei o que eu faço com ele, é um dinheiro garantido. Todo o mês eu tenho ele, quando tiver doente, como aconteceu de eu machucar a mão, eu fiquei sem ganhar nenhum tostão, porque eu trabalhava por minha conta. Aí o prefeito arrumou esse serviço para eu fazer limpeza aqui, agradeço primeiro Deus depois ele. Do jeito

que a crise está eu ia passar aperto porque eu com a mão machucada, só a mulher trabalhando não dá.” (ITA, M2, 57 anos, um filho, recolhe lixo).

Esses relatos demonstram a gratidão dos agentes por conseguirem emprego, independentemente do tipo de atividade, pois são pessoas que não encontraram qualquer outra atividade para garantir a sobrevivência. Para essas pessoas parece não importar as condições em que o trabalho acontece, o fato de terem o dinheiro no final do mês é o fator determinante para estarem satisfeitas. Em relação à aceitação sem questionamentos de qualquer natureza sobre o que restou para esse trabalhador fazer, Wanderley discorre:

A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto a nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como ‘isso é assim e não há nada para fazer’. (Wanderley, 2004, p. 23).

5.1.5 Atividade anterior e carteira assinada

Neste item chama atenção a atividade de lavrador que foi a mais citada (34,9%), dado esse que corrobora as pesquisas que indicam que o homem do campo está migrando para a cidade, provavelmente em busca de melhores condições de trabalho e vida. Esse resultado pode ser considerado em conjunto com o percentual de trabalhadores que tinham carteira assinada na atividade exercida anteriormente. A maioria dos participantes (62,3%) não tinha

carteira assinada na atividade anterior, que era, precisamente, a atividade de lavrador. Também é possível relacionar esses dados com o índice de escolaridade que foi baixo entre os participantes. Dessa forma, pode-se inferir a partir desses resultados que esses sujeitos estão migrando do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e de vida, mas esbarram na barreira da qualificação.

Tabela 7: Atividade exercida anteriormente à atual.

	Atividade	(N= 61)	(%)
Atividade anterior	Auxiliar geral	3	4,9
	Auxiliar de mecânico	2	3,3
	Comércio	2	3,3
	Babá de idoso	3	4,9
	Domestica	4	6,6
	Lavrador	21	34,4
	Auxiliar de cozinha	1	1,6
	Diarista	1	1,6
	Usina de lixo	3	4,9
	Do lar	1	1,6
	Servente de pedreiro	6	9,8
	Frete	1	1,6
	Catador	1	1,6
	Limpeza de rua	1	1,6
	Garçonete	1	1,6
	Babá	1	1,6
	Açougueiro	1	1,6
	Escrituraria prefeitura	1	1,6
	Motorista	1	1,6
	Granja de Porco	1	1,6
	IDAF	1	1,6
	Empresa de gestão	1	1,6
	Bombeiro hidráulico	1	1,6
	Marceneiro	1	1,6
	Sem atividade	1	1,6
Carteira assinada	SIM	23	37,7
	NÃO	38	62,3

Os dados da tabela acima indicam que parte significava dos agentes ambientais trabalhavam sem carteira de trabalho assinada, o que os exclui dos programas governamentais de aposentadoria. Em relação à questão do respeito às leis trabalhistas vigentes no país, Bruschini (2007) salienta que:

A parcela formal da ocupação, isto é, os empregos nos quais existe algum tipo de contrato entre as partes, é tradicionalmente reduzida no país e menor entre as mulheres. Em 2005 a ocupação formalizada – considerados os empregados com carteira assinada, os militares e estatutários – representava 37% da ocupação total no país, sendo 39% da ocupação masculina e 35% da feminina (Bruschini, 2007, p. 562).

Quando o indivíduo não tem os seus direitos respeitados, sejam eles os de mobilidade, educação, moradia ou trabalhista, caracteriza-se o processo de exclusão, como pode ser evidenciado na concepção de Vêras (2004), nos relatos acerca da exclusão. Para a autora a exclusão se evidencia para além da miséria, ela está presente nas trocas sociais, nas práticas diárias, nos direitos.

De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE, 2010) o valor médio do rendimento mensal per capita para a região Central Serrana do Espírito Santo é de 691 reais, havendo variações entre os municípios estudados. Os agentes ambientais fazem parte dessa estatística, sendo que muitas vezes não atingem o salário mínimo mensal, como é o caso dos catadores de rua que dependem de outras pessoas para vender o material coletado. A baixa remuneração

demonstrada na tabela abaixo explicita a baixa valorização que é dispensada à algumas atividades exercidas nos municípios estudados.

Tabela 8: Valor médio de rendimento mensal total domiciliar na região Central Serrana

Valor médio do rendimento mensal total domiciliar <i>per capita</i> nominal - Espírito Santo, Microrregiões e Municípios, 2010	
UF, Microrregiões e municípios	Rendimento mensal total domiciliar <i>per capita</i> nominal
Espírito Santo - Central Serrana (R\$ 691)	
Itaguaçu	R\$ 485
Itarana	R\$ 480
Santa Leopoldina	R\$ 385
Santa Maria de Jetibá	R\$ 455
Santa Teresa	R\$ 602

* 678 reais é o valor do salário mínimo no Brasil em 2013.

5.2 Análise das entrevistas com os gestores ambientais a partir de teias associativas

Entre os municípios pesquisados somente dois (Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa) tinham Secretaria de Meio Ambiente e Conselho Municipal de Meio Ambiente. Nos outros municípios (Itarana e Itaguaçu) as questões ambientais eram tratadas na secretaria de agricultura, a falta do órgão municipal instituído inviabiliza a criação de conselho municipal de meio ambiente. Foram entrevistados quatro gestores municipais, sendo uma

secretária de meio ambiente, um secretário de obras, um coordenador da usina de reciclagem, triagem e compostagem e uma secretária de serviços urbanos. Os gestores entrevistados são oriundos dos municípios de Santa Maria de Jetibá e Santa Teresa, os outros municípios não disponibilizaram gestores para entrevista, alegando que por não ter uma política ambiental consolidada não se sentiam à vontade para falar sobre o assunto.

É importante ressaltar que a organização de cada município, em relação às atividades que envolvem o meio ambiente, acontece de forma distinta. Alguns municípios apresentam Secretaria de Serviços Urbanos, e neste caso, esta secretaria fica responsável por todos os trabalhadores que desenvolvem atividades relacionadas aos resíduos, limpeza urbana, esgoto, lixo (coleta e destino final). Quando o município tem Secretaria de Serviços Urbanos a Secretaria de Meio Ambiente fica responsável pelas ações de educação ambiental no município, como ocorre em Santa Maria de Jetibá. Em outros casos a Secretaria de Obras fica responsável pelos trabalhadores da limpeza urbana, esgoto e coleta de lixo e a Secretaria de Meio Ambiente pela Usina de Reciclagem, Triagem e Compostagem como ocorre em Santa Teresa. Nos municípios que não têm política ambiental (Itarana e Itaguaçu) as secretarias de Obras e Agricultura se responsabilizam pelos setores relacionados à temática ambiental. É importante ressaltar que nesses casos, os serviços, que normalmente já configuram problemas para os municípios, são oferecidos de forma precária, e os trabalhadores desses serviços são pouco assistidos. Habitualmente, alguns serviços são realizados por empresas privadas, o que

gera custos altos para o município, além de, em alguns casos, os serviços não serem realizados como deveriam.

O interesse do estudo em ouvir os gestores municipais surgiu em razão de conhecer como eles concebiam as questões ambientais, se tinham alguma formação na área, o que os levou a assumir determinada secretaria, quais ações eles desenvolvem ou desenvolveram nas secretarias para trabalhar a questão ambiental em associação com os problemas sociais do município.

Em razão do exposto optou-se por analisar as entrevistas dos gestores através de teias associativas ou sistêmicas. Em 2004, Tristão utilizou as teias associativas para analisar entrevistas de professores acerca da educação ambiental. No referido estudo as teias foram utilizadas tanto para analisar os dados, como para utilizar como *feedback* aos entrevistados, mostrando aos mesmos as suas falas a partir das teias associativas, ocasião em que os mesmos tinham oportunidade de rever e esclarecer falas ditas anteriormente, se entendessem necessário. Neste estudo optou-se pelas teias associativas numa perspectiva sistêmica, pois de acordo com Capra (2007, p. 47) “todo o pensamento sistêmico é pensamento ambientalista”. Esta é a abordagem do presente estudo, pois a análise das entrevistas dos gestores de forma sistêmica se deu para entender as motivações, as causas e as aspirações desses sujeitos que ocupam cargos de extrema importância para o desenvolvimento de política ambiental que inclua o bem estar do homem e sob cuja supervisão são realizadas atividades relacionadas ao meio ambiente nos municípios nos quais são gestores.

As teias associativas, como mapas de associação de idéias, são métodos pautados na perspectiva temporal. Spink (2004) sugere três tempos: curto, relacionado aos acontecimentos corriqueiros, os processos dialógicos, vivido, que considera as relações estabelecidas, os processos de socialização e longo, que indica a construção de um conhecimento mais elaborado e consolidado a partir dos conteúdos culturais.

As entrevistas foram divididas em três eixos principais, os quais apresentam relações entre si, a saber: *acesso ao cargo*, *conhecimento da área ambiental* e *ações futuras*. Cada eixo está relacionado com um tempo, como segue: o eixo *acesso ao cargo*, representa o tempo curto, ou seja, esses gestores vivem todos os dias as experiências que o cargo lhes confere. Nas atividades corriqueiras são construídas as representações que esses gestores vão disseminar sobre as questões ambientais que eles vivenciam. No eixo *conhecimento* localiza-se o tempo vivido, que é caracterizado pelas trocas sociais que são estabelecidas e também pelas necessidades que levaram estes gestores a construir ou resgatar conhecimentos para aplicar na resolução de problemas ou situações problema. Neste tempo também se enquadra a construção de sua função como gestor, o aprendizado desta função, os erros e acertos e a busca pela qualificação. No eixo *ações futuras*, encontra-se o tempo longo, é a constatação do aprendizado, o acúmulo de conhecimento e experiências que irão auxiliá-lo nas próximas ações, com a intenção de diminuição dos equívocos.

Nas análises das teias associativas esses tempos foram identificados e analisados, para então inferir o quão robustas são as associações estabelecidas.

As entrevistas foram organizadas e analisadas de forma individual e posteriormente compartilhadas para verificar a ocorrência de concordância ou não sobre as questões ambientais no âmbito municipal.

Entrevista 1 – SM F1

Secretária de Serviços Urbanos de Santa Maria de Jetibá, 30 anos, mora com a família (ela e a mãe), sustenta a casa, possui o ensino médio completo, há três anos trabalha na prefeitura. Trabalhava anteriormente na Secretaria de Turismo. Começou a trabalhar na prefeitura porque passou no concurso público para o cargo de escriturária.

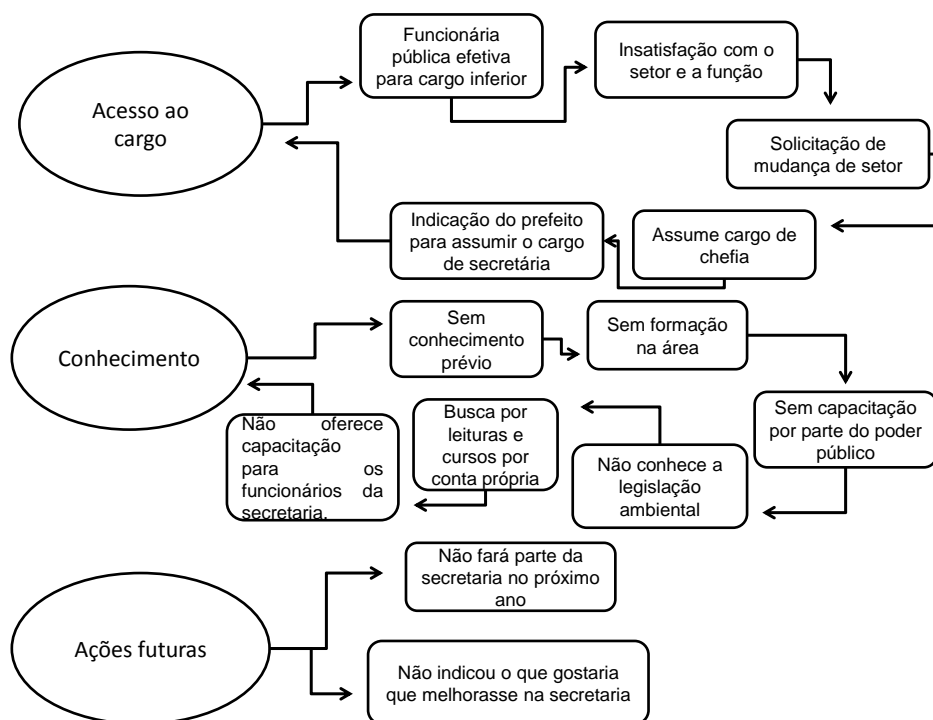


Figura 18: Teia associativa da entrevista da secretária de Serviços Urbanos da Prefeitura de Santa Maria de Jetibá.

A partir da visualização da teia associativa pode-se identificar os tempos descritos por Spink (2004). O tempo curto localiza-se na experiência vivida pela entrevistada, a qual não havia tido experiência de comando anteriormente, então busca a todo instante afirmar em suas falas que está comprometida com os funcionários, que há preocupação por parte dela com o trabalho deles e com eles, e em alguns momentos procura mostrar proximidade com os mesmos, visitando-os no local de realização de suas atividades. Abaixo um relato da entrevistada, no qual ficam evidentes estas situações.

“Especificamente não, eles têm orientações que a secretaria presta no manejo, no recebimento porque a gente trabalha com resíduos de saúde, mas uma coisa em âmbito maior não. O que nós tivemos o ano passado foi treinamentos

motivacionais. Parece assim que os funcionários que trabalham comigo são invisíveis, alguém só sabe que está faltando quando para o serviço. O que eu costumo fazer, eu gosto de estar junto com os meus funcionários, então faz um mutirão de recolhimento de entulho final de semana, eu estou junto, de chinelo havaiana, sento com eles e como na marmita, não caracterizada como funcionário, como eu estou junto eu tenho como sentir melhor o que eles vivem. Eles acabam se frustrando, porque é um serviço essencial, ininterrupto e muito importante para a população, para a sociedade, mas não tem a valorização, o funcionário não é valorizado. As vezes a gente vai procurar alguma coisa, um incentivo para eles, para motivar, para fazer a produção render mais e pra ele se sentir um profissional de verdade e a gente não consegue, porque parece que as pessoas não têm essa visão da importância desses profissionais, talvez porque são braçais, garis, eu fico pensando se fosse outro tipo de profissional teria um retorno mais rápido, eu estou até tentando buscar isso de uma outra forma, para outubro agora, tentar fazer algumas outras atividades com o grupo de profissionais, porque os meus funcionários hoje, estão doentes, eles estão adoecendo muito, não é aquele profissional relapso não, eu tenho problema com um ou com outro só, a maioria tem amor pelo que faz, o que você pode dar para eles é o carinho e a atenção. Eu chamo todo mundo para conversar, a situação é essa eu preciso de vocês, porque quem faz são eles, não sou eu que faz, tem certas situações que você tem que saber lidar de outra forma, você não pode condenar e julgar porque eles estão adoecendo, mas é por falta de estímulo, eu tenho muitos atestados ultimamente então eu passei a perceber isso, buscar ajuda. Esses atestados não são porque a pessoa vai no médico pega um atestado porque não quer

trabalhar, a gente sabe que isso acontece, o caso não é esse, eles estão muito estressados, há uma cobrança excessiva, as coisas tem que caminhar e essa caminhada é muito difícil e são os menores salários, é toda uma questão (financeiro, emocional, profissional), são conquistas que eu penso que a gente tinha que correr muito atrás.”

Este relato mostra a preocupação da entrevistada com a forma como os funcionários são vistos e a vêem, mas não questiona o fato da secretaria comandada por ela negligenciar a falta de capacitação profissional para esses profissionais, falta de informações sobre higiene, saúde e segurança. Estas também são formas de reconhecimento do indivíduo, de compreensão das suas necessidades e de cuidados com o ser humano.

Abaixo são reproduzidas algumas fotos para mostrar o Transbordo Municipal, setor da prefeitura responsável pelo recebimento do lixo recolhido no município, no qual é armazenado para ser enviado para finalidade apropriada pela empresa Marca Ambiental, responsável pela destinação final do lixo em Santa Maria de Jetibá. O Transbordo Municipal é de responsabilidade da Secretaria de Serviços Urbanos.



Figura 19: Entrada do transbordo municipal, indicando o setor responsável.



Figura 20: Funcionários da prefeitura retirando o lixo do caminhão.



Figura 21: Deposição de lixo no Transbordo Municipal.

As imagens acima ilustram como o lixo é depositado no Transbordo Municipal, e como os trabalhadores fazem o manuseio do lixo do caminhão e também após a retirada deste para verificar se existe algum resíduo que possa ser aproveitado para uso próprio ou para ser vendido. No seu relato o funcionário responsável pelo Transbordo alega gostar de trabalhar no local, porque não é fiscalizado, ou seja, não há qualquer tipo de orientação ou verificação da utilização de equipamento de segurança durante o período de trabalho. Vale ressaltar que após a visita ao Transbordo para entrevista a pesquisadora informou sobre a situação ali encontrada aos responsáveis na prefeitura e atualmente existe um processo para reestruturação das atividades no local e um estudo sobre a política de resíduo sólido para o município.

Durante a entrevista a secretária deu ênfase às palestras motivacionais realizadas para os trabalhadores da Secretaria de Serviços Urbanos, e

ressaltou o quanto eles gostam e se sentem valorizados quando têm oportunidade de participar de atividades diferentes das realizadas cotidianamente. Quando questionados sobre as palestras durante as entrevistas individuais, alguns não recordavam das mesmas e outros citaram somente uma, na qual o prefeito entregou um broche para cada gari no dia do Gari junto com um certificado de participação da palestra. O confronto das falas indica que pode haver a intenção de valorização do profissional, mas ainda não foram realizadas ações práticas e constantes que revertam em qualidade no trabalho desses profissionais.



Figura 22: Foto do broche entregue aos Garis.



Figura 23: Certificado entregue no dia da palestra para os funcionários.

Muitas estratégias são utilizadas para manter o controle social, principalmente quando se trabalha com número grande de pessoas com pouca instrução. Borloti (2004) faz referência ao controle verbal como estratégia de controle social. As palestras motivacionais são importantes ferramentas para os indivíduos reafirmarem a importância do seu trabalho e deles próprios. Por outro lado, deve-se atentar para a oferta de capacitação para estes profissionais, pois a capacitação permite que os mesmos ampliem as dimensões de suas atividades ancoradas em práticas mais centradas na eficiência e segurança. Campos (1998) faz apontamentos sobre a compreensão ampla que se deve ter quando se trata dos direitos humanos:

Aponta a necessidade de que os indicadores de qualidade de vida incluam as dimensões de respeito aos direitos humanos, não

discriminação, equidade e valores locais, além dos indicadores sócio econômicos usuais. Assinala também que a representação da comunidade sobre o meio ambiente é importante mediador das decisões tomadas e dos tipos de interação prevalentes, tornando-se pois um componente crucial na avaliação de projetos que geram significativo impacto ambiental (Campos, 1998, 53).

As prefeituras, como outros setores públicos, não têm o hábito de promover avaliações das práticas dos gestores e das necessidades laborais dos trabalhadores. As avaliações poderiam constituir-se numa importante ferramenta para medir as necessidades e propiciar intervenção, contribuindo, dessa forma, para a melhoria do serviço público.

No eixo *conhecimento* (tempo vivido) é possível perceber pelas associações estabelecidas na teia que SM F1 não tinha conhecimentos prévios da área, como também não tinha formação acadêmica na área ou em área correlata e, por fim, não recebeu qualquer tipo de capacitação proveniente da secretaria, mesmo quando exercia cargo inferior ao de secretária. Abaixo os relatos de SM F1 em relação à capacitação pessoal dela e dos profissionais da secretaria:

“Não, até hoje a gente tem essa carência de capacitação, na época há dois anos e meio atrás não tinha nada, a gente não sabia de muita coisa não. Não se tinha nem idéia da dimensão do que era, a gente tinha os problemas e tinha que saber solucionar, então eu sou uma pessoa assim, se eu não sei eu corro

atrás do que eu preciso saber, me informar, fui me capacitando, fazendo cursos da área e fui me apaixonando por isso aqui. Eu fiz os cursos que vinham pelo ministério, pelas instituições ligadas aos serviços que a secretaria presta. Hoje o conhecimento que eu tenho foi buscado através de conferências, de reuniões, correr atrás de estudar, até mesmo muita coisa a gente trabalha com a legislação e eu tive que aprender, tive que ter esse conhecimento de pauta legal que eu tive que trabalhar.”

“Não, a gente tem uma deficiência, mas tudo que você pode pensar em capacitação não tem como responder se já houve antes ligado a secretaria de obras, eu penso que não. O que nós fazemos hoje é passar orientações do uso adequado, e estar exigindo o uso desses equipamentos. A gente empresta os equipamentos, dá os equipamentos, repassa e o funcionário assina um termo de responsabilidade de que ele está recebendo e é cobrado o uso dele.”

A falta de preparo técnico na área interfere na forma como o gestor gerencia as demandas da secretaria, no caso, a dificuldade de entender a importância do preparo destes profissionais no que diz respeito à saúde, à higiene, às condições básicas de trabalho. Ao citar a ocorrência de apresentação de muitos atestados médicos no trabalho (como se viu em trecho anteriormente transcrito), toca-se em um ponto merecedor de reflexão, pois tal situação pode ser conseqüência de adoecimento emocional decorrente de condições estressantes de trabalho, mas pode estar indicando o desenvolvimento de problemas de saúde relacionados com hábitos inadequados de suas práticas laborais.

Em 2011, Soares e colaboradores fizeram um estudo com trabalhadores da limpeza em situações de risco. O trabalho constatou que:

Foi encontrado no setor de serviços gerais, no período de outubro de 2009 a setembro de 2010, um total de 169 atestados médicos, que representaram 827 dias de afastamento, sendo 36 (21%) doenças do sistema osteomuscular, 20 (11,83%) do sistema respiratório e 19 (11,24%) alterações em exames laboratoriais. Foi possível verificar que os trabalhadores permanecem de pé e percorrem grandes distâncias durante a jornada de trabalho. Por isso, eles desenvolveram algumas estratégias para tentar ganhar tempo e diminuir o percurso e o número das caminhadas. Percebeu-se ainda, através de verbalizações, o descontentamento dos funcionários com trabalho e atritos interpessoais, a falta de instrução e/ou treinamento adequado, problemas de ordem organizacional nas escalas e nos métodos de trabalho, constrangimentos, posturas inadequadas, manipulação contínua de produtos químicos e o carregamento excessivo de cargas. (Soares et al., 2011, p. 01).

No eixo *ações futuras* (tempo longo), buscou-se verificar se SM F1 almejava implantar, ou ao menos, tinha interesse em trabalhar alguma questão que havia ficado a desejar, mas que era de interesse e necessidade do município. Durante a entrevista citou um projeto do governo federal relacionado à coleta seletiva, que contava com subsídio financeiro para a implantação. Para cumprir prazos, a secretaria implantou um projeto piloto de coleta seletiva,

resumido a alguns poucos lugares com recipientes etiquetados. Na oportunidade a secretária relatou que as ações são poucas em relação aos resíduos porque é necessário mudança de hábito da população. Por outro lado, nenhum tipo de intervenção havia sido feito para trabalhar com a população visando mudar esse quadro.

Quando questionada sobre as ações de educação ambiental, que poderiam auxiliar neste processo, mostrou descrédito em relação ao assunto, como segue em seu relato.

“Eu nem sei te dizer se nós temos hoje uma educação ambiental voltada para esse tipo de atividade, eu vejo que há uma carência muito grande, a população necessita ser orientada, o que nós fazemos hoje é realmente isso, nós orientamos, essa capacitação é falha, porque a gente não conseguiu desenvolver até hoje nada que tivesse base e que pudesse chegar a todos os níveis da sociedade. A gente diagnostica o problema quando ele vem até a gente, ou quando a gente fica sabendo, mas sair daqui e ir até onde está o problema já é um pouco mais complicado, porque realmente é deficiente.”

O que foi possível perceber durante as entrevistas com os gestores é que as secretarias, podem até desenvolver projetos em conjunto, mas não concebem os projetos como parcerias, o que dificulta a obtenção de resultados satisfatórios e a manutenção dos projetos a longo prazo.

Entrevista 2 – ST F6

Secretária de Meio Ambiente, 42 anos, casada, um filho, atua na área ambiental há mais de 15 anos. Apresenta formação acadêmica na área ambiental e experiência em órgãos públicos ambientais.

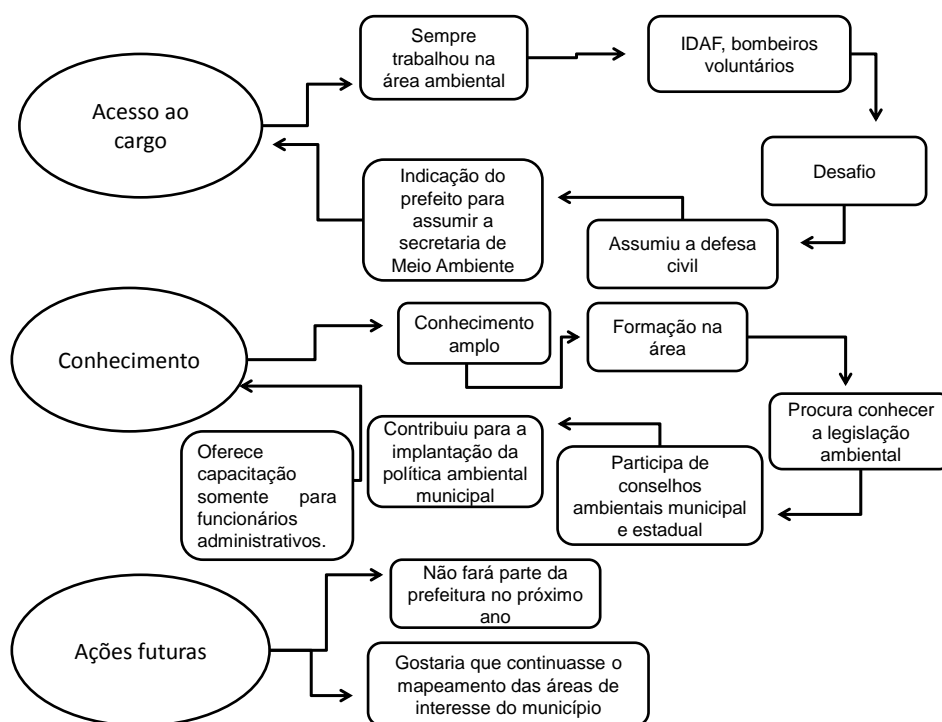


Figura 24: Teia associativa da entrevista da secretária de Meio Ambiente da prefeitura de Santa Teresa.

Dentro da perspectiva temporal a figura acima caracteriza os três tempos: dentro do eixo *acesso ao cargo*, caracterizado como (tempo curto), apesar de trabalhar na área ambiental há bastante tempo, pode-se perceber que as ações de uma Secretaria de Meio Ambiente diferem dos órgãos antes trabalhados. Esse fato é importante porque ST F6 relata que estar à frente da Secretaria de Meio Ambiente é um desafio, ou seja, há a necessidade da busca

diária pelo conhecimento para atender às demandas. O fato de ter trabalhado em outros órgãos ambientais públicos trouxe informações adicionais para a sua prática atual, auxiliando na resolução de situações problema de forma mais eficiente.

Abaixo alguns relatos de ST F6 que contextualizam a constatação acima apresentada.

“Sempre trabalhei na área ambiental voluntariamente pelos bombeiros voluntários, uma instituição que eu ajudei a fundar. Depois trabalhei cinco anos no IDAF como assistente técnico e fazia de lei instrutiva, quando eu saí do IDAF recebi a proposta do prefeito para assumir a defesa civil do município, onde fiquei de 2005 a 2008 quando em 2008 eu fui convidada para ser secretária de meio ambiente. A defesa civil sempre fez parte da secretaria de meio ambiente, o meu marido é o ex secretário, a minha briga na secretaria é que a defesa civil dê suporte técnico ao meio ambiente. O tempo total que eu trabalho na prefeitura entre defesa civil e secretaria tem 8 anos.”

“Quando eu cheguei na defesa eu falei eu vim dar um suporte para o meu marido na área ambiental, ele pegou uma secretaria que era quatro paredes e 11 braços, o ... trabalhava como vigia, um alcoólatra que tinha um processo para exonerar ele, que era efetivo, então ele não tinha nada, ele estruturou tudo, pegou ação civil pública, embargo, petição público, tudo no município. Anteriormente essa secretaria existia como secretaria de meio ambiente e turismo, o que ele pegou mesmo foi só problema, só entrave. Com a lei de

responsabilidade fiscal, com as novas metas do governo que você não capta recurso se você tiver problemas, não tiver a certidão negativa de débito ambiental, o recurso pode até vir como projeto estrutural, mas na hora que liberar o dinheiro na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil e você não tiver a licença, dispensa ou a autorização o dinheiro não sai. Antigamente se construía, fazia aquele elefante branco depois via que era ambientalmente incapaz de licenciar, hoje não o recurso vem, o projeto é aprovado mas só é liberado para a construção depois que foi comprovado que vai ter licenciamento, se vai ser liberado, se vai ter uma autorização especial. A secretaria de meio ambiente foi desmembrada da de turismo em 2006, eu junto com o meu marido planejando o licenciamento, hoje nós já licenciamos, somos o único município dessa região a licenciar. No dia 31 de dezembro de 2012 eu saio e vou para Fundão gerenciar a Secretaria de Meio Ambiente, fui convidada pelo prefeito, mas a minha meta é dar aula. Nesse tempo muitos profissionais saíram da secretaria, passaram em concursos estaduais, eles passaram porque eu dou muita capacitação para eles, eu compro materiais para a secretaria, porque eu estou estruturando não só fisicamente mas profissionalmente, aqueles que ficam estão aptos para ensinar outros naquele setor. Funcionário comigo tem que ser polivalente, gosto muito de trabalhar com os técnicos, eu sou técnica, gosto de biólogo, mas os meus biólogos tem que fazer um curso técnico. Eles ficam muito mais aptos a entender a gestão ambiental, porque quando você faz biologia, saneamento, porque hoje nós licenciamos, temos a usina funcionando, temos a cooperativa, temos corpo técnico com licenciamento administrativo, nós temos história, é igual pesquisa, para você ser pesquisador você tem que ter levantamento de dados, nós temos

todas as áreas de risco, temos o município mapeado nas áreas de APP, de rio e de morro, estamos tentando mas não vai dar tempo fazer de nascente também, já começamos, mas vai ficar aí se eles quiserem dar continuidade, temos o conselho de meio ambiente, temos Fundo de Meio Ambiente que está hoje com 30.000 reais, compramos com dinheiro do fundo, moto, computador, GPS, máquina fotográfica. O conselho existe desde 2005, dos municípios pequenos só Santa Teresa que licencia, se Deus quiser o ano que vem Fundão, porque eu vou pra lá.”

A atuação de um gestor que entende da área de atuação do órgão municipal gerido por ele, oferece ao município a possibilidade de determinada secretaria ousar, implantar ações, ao invés de simplesmente gerir o que está pronto. Nesse sentido constata-se a importância do *conhecimento (tempo vivido)*, para a realização de um trabalho inovador, com benefícios claros ao meio ambiente e a população, que funcione como prática educativa, de associação de ações públicas necessárias e exeqüíveis. A secretaria de Meio Ambiente de Santa Teresa foi a primeira a implantar secretaria própria (antes estava vinculada a Secretaria de Turismo), Conselho Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente e Licenciamento Ambiental, estes dados são de extrema importância para a autonomia do município em relação ao meio ambiente, além da secretaria, através dos licenciamentos ambientais, gerar renda para a manutenção de projetos, que podem ser desenvolvidos de forma independente do orçamento do município.

Outro ponto importante em relação a ST F6 é a participação da mesma em conselhos municipais e estaduais, outra demonstração do seu esclarecimento político em relação às suas ações como profissional e cidadã. Por outro lado, a sua preparação técnica leva-a a voltar sua atenção para a necessidade de capacitação dos funcionários administrativos, com o intuito de atingir maior excelência nos trabalhos internos da secretaria e deixa a desejar na capacitação do público externo, que faz atividades ambientais corriqueiras, mas que necessitam de capacitação quanto à segurança do trabalho e uso de equipamento de segurança.

De acordo com Leff (2010, p. 112):

A construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que passa pelo confronto e concerto de interesses opostos, pela reorientação de tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos, práticas de consumo); pela ruptura de obstáculos epistemológicos e barreiras institucionais; pela criação de novas formas de organização produtiva, inovação de métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos.

Em relação às *ações futuras* (tempo longo), para ST F6 as pretensões referem-se ao próprio município no qual reside, e também profissionalmente vislumbra outros desafios, citando um município próximo, no qual pretende gerenciar a Secretaria de Meio Ambiente. O que se percebe é que as experiências vividas ao longo dos anos culminaram em conhecimento para continuar atuando na área, independente do local onde esteja. O conhecimento

adquirido por ST F6 durante o tempo em que gerenciou a Secretaria de Meio Ambiente transformou-se num saber ambiental, como no entender de Leff (2012, p. 47):

O saber ambiental transcende o conhecimento disciplinar, não é um discurso da verdade, mas um saber estratégico que vincula diferentes matrizes de racionalidade, aberto ao diálogo de saberes. O saber ambiental constitui novas identidades onde se inscrevem os atores sociais que mobilizam a construção de uma racionalidade ambiental e a transição para um futuro sustentável. Nesse sentido, o saber ambiental se produz numa relação entre a teoria e a práxis; não se fecha em sua relação objetiva com o mundo, mas abre-se para a produção de novos sentidos civilizatórios.

Entrevista 3 – ST M4

Coordenador da usina de reciclagem, triagem e compostagem tem 20 anos de idade, mora com a família (quatro pessoas), ajuda em casa, não tem filhos, tem o ensino médio completo. Trabalha há nove meses como coordenador da usina de reciclagem, triagem e compostagem. Antes de assumir a função só estudava.

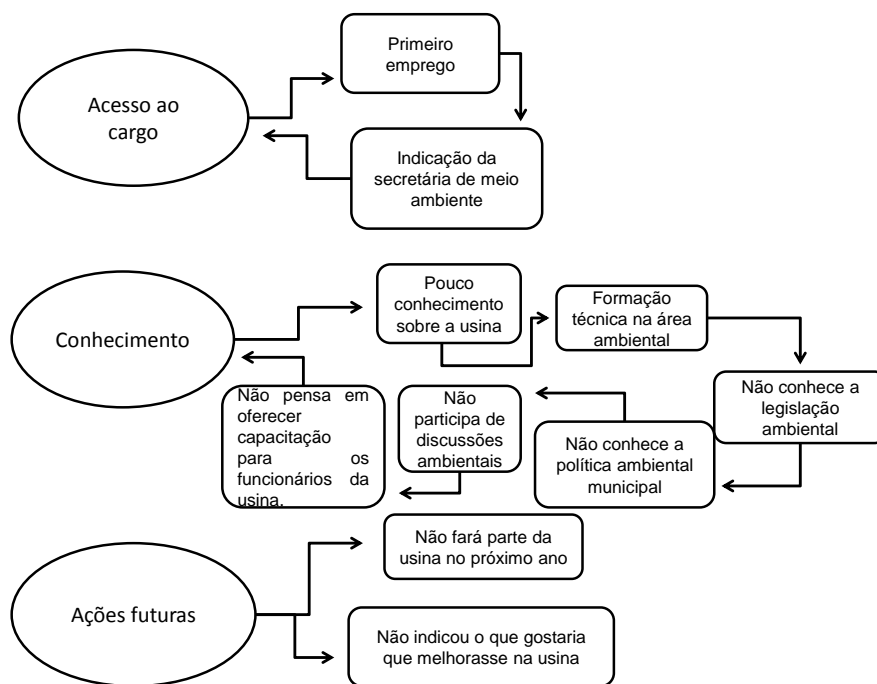


Figura 25: Teia associativa da entrevista do coordenador da usina de reciclagem, triagem e compostagem.

As associações de idéias expressadas por ST M4 indicam que no que refere ao *acesso ao cargo* (tempo curto), o coordenador apresenta um repertório de práticas pouco expressivas no cotidiano, com ações que se resumem a manter o funcionamento da usina, não utilizando a experiência para agregar conhecimento sobre a mesma. Apesar de sua formação técnica na área ambiental, o coordenador tem pouca experiência em práticas de triagem, reciclagem e compostagem. As falas abaixo expressam essas constatações.

“Eles estavam precisando de uma pessoa e a gestora do meio ambiente me procurou, falou como funcionava tudo, desde o centro de operações e as condicionantes, e hoje eu estou lá na usina de triagem.”

“Só noções básicas de meio ambiente, eu estudei no IFES, fiz técnico em meio ambiente, tive uma noção básica, e agora surgiu essa oportunidade de eu estar ocupando essa vaga, ocupando essa função, trabalhando, a equipe técnica de meio ambiente está me apoiando totalmente, sempre que eu tenho dúvida estão me ajudando, esclarecendo, a secretária está sempre presente na usina, estou aprendendo também.”

A coordenação da usina de reciclagem, triagem e compostagem é um cargo estratégico para o êxito dos cooperados, tendo em vista que são trabalhadores com pouca instrução. Dessa forma, a preparação do gerenciador da usina é de extrema importância, ele é gerador e transmissor de *conhecimento (tempo vivido)*, compartilhando com os cooperados formas e estratégias de evolução ambiental, social e econômica da usina. A atuação do coordenador da usina pode afetar de forma positiva ou negativa os cooperados, aumentando ou diminuindo a sustentabilidade da cooperativa. Quando ST M4 foi questionado sobre o motivo da desistência de cooperados (redução de 20 para 13 filiações), respondeu:

“As vezes as pessoas procuram outro caminho, porque na verdade quando começou a cooperativa as pessoas catavam voluntariamente o lixo na rua, depois veio essa oportunidade, a prefeitura colocou a disposição o lixo para eles catarem, começou esse negócio de fazer uma cooperativa para eles terem o INSS deles pago, a prefeitura pagando a minha parte para eles, para o serviço não parar, para poder estar ajudando eles porque a gente sabe que lixo não dá muito dinheiro, e aí essas pessoas resolveram criar uma cooperativa,

com apoio total da secretária de meio ambiente, a gente está lá ajudando eles, não é só largar eles lá, tem que dar toda uma assistência, tudo o que eles precisam, por exemplo o transporte deles é a gente que faz, pegamos eles de manhã e a tarde trazemos de volta, tudo o que eles precisam, a máquina dá problema, a gente vai lá e conserta para eles, estão precisando de alguma coisa a gente compra, na parte elétrica, tudo a gente faz para que as pessoas não desistam de catar esse material reciclado. Tendo em vista também que a prefeitura tendo uma usina licenciada, são poucas usinas que tem licença, a usina tem três licenças, três LOs (Licença de operação), não só para triagem, mas também para compostagem que a gente ainda não está fazendo. O município que tem usina tem prioridade na hora de pedir recurso do governo federal, então a usina é importante para isso também. Se tiver 10 municípios pedindo dinheiro, aquele que tiver a usina tem prioridade, e esse dinheiro pode estar sendo usado em qualquer área, não precisa ser necessariamente meio ambiente.”

O pouco envolvimento com a usina reflete-se nas *ações futuras* (tempo longo), não sendo nem mencionada qualquer ação que pudesse melhorar o funcionamento da usina. ST M4 mencionou que provavelmente não continua na usina no próximo ano, já que foi indicado, e haverá troca de prefeito. Pretende continuar na área ambiental, mas não trabalhando com resíduo.

“A área ambiental tem crescido muito e os caminhos estão aí, eu acredito que eu vou investir na área ambiental me preparar mais, fazer uma faculdade. É o meu primeiro serviço e o meu primeiro serviço como servidor público, eu estou

analisando e pretendo investir na área ambiental, não exatamente, para triagem e compostagem, mas ser um fiscal do meio ambiente, eu faço parte da equipe técnica da secretária de meio ambiente e tendo uma oportunidade, começar estudar a área ambiental mais tecnicamente, porque ali eu faço fiscalização ambiental, mas é mais condicionante da licença, a gente sabe que é necessário um ensino superior, então eu penso que eu vou investir na área ambiental.”

O saber ambiental do coordenador da usina poderia influenciar as práticas dos cooperados propiciando a formação de novos saberes, como no entender de Leff (2012, p. 54): “O saber ambiental é configurado por e enraizado em identidades coletivas que conferem sentido a racionalidade e práticas culturais diferenciadas”.

Entrevista 4 – ST M8

Secretário de Obras, 43 anos, mora com a família (3 pessoas), é arrimo de família, tem um filho que está estudando. Tem graduação em História e faz mestrado na área. Antes de assumir a secretaria trabalhou em empresa privada, com gestão de contratos.

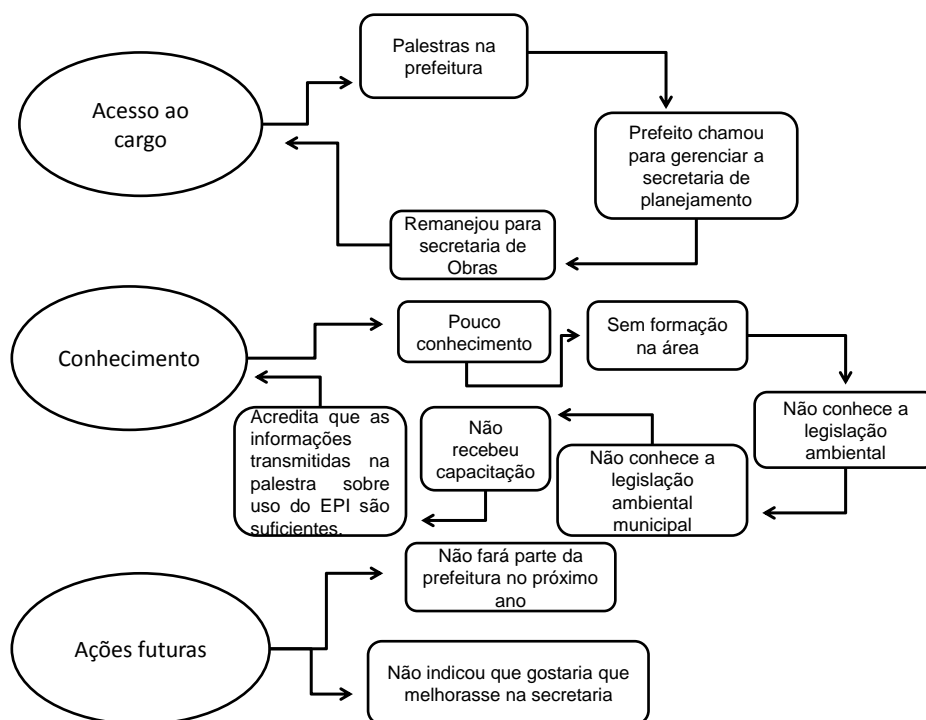


Figura 26: Teia de associações de idéias da entrevista do Secretário de Obras da Prefeitura de Santa Teresa.

As informações acima indicam que o secretário de obras teve *acesso ao cargo (tempo curto)* por acaso, o que pode ser prejudicial para a execução das atividades da secretaria, em especial, para as ações relacionadas ao meio ambiente, já que requerem conhecimento da área. No relato abaixo o secretário explica como chegou ao cargo.

“Eu recebi um convite por parte do prefeito, já havia feito palestra sobre trabalho em equipe junto para as outras secretarias, e ele me convidou para assumir, inicialmente a pasta de planejamento, eu já tinha uma experiência com planejamento, depois eu vim para a secretaria de obras.”

Quando questionado sobre o *conhecimento (tempo vivido)* na área ambiental, respondeu de forma categórica que não tinha qualquer

conhecimento. Também foi perguntado a respeito de ter buscado alguma capacitação para exercer o cargo, e respondeu que não havia sido oferecido pela prefeitura e que ele não havia procurado por iniciativa própria. A Secretaria de Obras, como as outras, precisa de acompanhamento por pessoas capacitadas, principalmente quando acumula funções de outras secretarias, como é o caso do recolhimento do lixo e varrição de ruas. Os funcionários esperam do gestor conhecimento sobre os assuntos que são executados pela secretaria. A falta de conhecimento e a falta de iniciativa para a busca do conhecimento empobrece o estabelecimento das relações entre os funcionários e o gestor.

O pouco envolvimento de ST M8 nas atividades da secretaria também se refletiu nas perspectivas do mesmo em relação às *ações futuras* (tempo longo). Em uma de suas falas informais comentou que não iria exigir que os funcionários realizassem todas as tarefas porque muitos deles, assim como ele próprio, não permaneceriam no cargo no próximo ano. Essa fala relata a falta de comprometimento aliada à falta de construção de saber no decorrer do tempo em que esteve à frente da secretaria. Como argumenta Leff (2012, p. 56): O saber ambiental ... é a inquietação sobre o nunca sabido, o que fica por saber sobre o real, o saber que está sendo forjado e que propicia a emergência 'do que ainda não é'.

5.3.1 Análise das idéias dos gestores em forma de compartilhamento

As teias associativas permitiram identificar alguns pontos em comum entre os gestores entrevistados e pontos que os diferenciavam. Em relação às semelhanças pode-se perceber que todos estão nos cargos por indicação, feita quase sempre pelo prefeito do município, pois somente o coordenador da usina foi indicado pela secretária de meio ambiente. As indicações são práticas das prefeituras em se tratando de “cargos de confiança”, ou seja, como a expressão mesmo indica são pessoas que tem afinidade com as idéias dos prefeitos, dificilmente se colocando contra alguma solicitação dos mesmos, o que, muitas vezes, gera ações indesejáveis ao município e à população.

Outro ponto que fica evidente é o da importância da capacitação profissional para se conduzir no cargo. Durante as entrevistas foi possível detectar que ao assumir o cargo os gestores, em sua maioria, não tinham formação na área, e não receberam qualquer treinamento de capacitação para entender o funcionamento da secretaria. O estudo identificou a diferença marcante na gestão de um secretário ou coordenador que apresenta formação na área em comparação com um gestor não capacitado. No caso de gestores capacitados as ações da secretaria são sólidas, inovadoras e com propostas futuras. Por outro lado, nas secretarias onde o gestor não tem capacitação e entendimento da área, acontece a manutenção de serviços que já estão em andamento, não havendo busca de aprimoramento nem construção de propostas.

Outro ponto importante na formação do gestor é a capacidade de trazer conhecimento para os outros funcionários, uma vez que a adequada formação do gestor se reflete em propostas de capacitação para os funcionários que trabalham na secretaria, já que o mesmo busca excelência nas atividades implantadas e desenvolvidas em sua gestão.

Por fim, as teias mostraram que os gestores que não tinham formação na área em que atuavam, e que não haviam construído conhecimento nas práticas diárias de suas atividades nos órgãos que gerenciavam, também não vislumbravam perspectivas futuras, nem em relação à atividade atual como gestor, nem em relação à sua atividade profissional futura.

A análise temporal das idéias dos gestores foi importante para entender o contexto que fez com que os mesmos estivessem à frente dos órgãos geridos, bem como as suas ações diante das demandas, mas principalmente o que a experiência adquirida durante o tempo em que estiveram como gestores trouxe para suas vidas, que sentidos foram criados ou reinventados.

As falas dos gestores são polissêmicas e muitas vezes contraditórias, mas demonstram seus saberes, fazeres, desejos, frustrações e perspectivas. Spink e Medrado (2004, p. 53) apresentam a seguinte proposição:

Focalizando o momento da interação por meio das práticas discursivas, encontraremos polissemia e contradição. Depararemos, ao mesmo tempo, com a processualidade e a produção situada desses repertórios, deixando

emergir a possibilidade de construção de inúmeras versões de nossas pessoas.

5.4 Análise de conteúdo para as entrevistas dos agentes ambientais

Para analisar as entrevistas dos agentes ambientais das diferentes atividades estudadas foi utilizada uma proposta da análise de conteúdo de Bardin (2011). De acordo com a autora a análise de conteúdo “É um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2011, p. 15). Nas análises a seguir os dados coletados através de entrevistas semi estruturadas foram categorizados em três categorias: *a) Trabalho; b) Exclusão (preconceito) – Inclusão (oportunidade); e c) Trabalho e meio ambiente*. Após definidas as categorias optou-se por utilizar um quadro de análise em razão da quantidade de dados provenientes das 57 entrevistas. Dessa forma, as ideias centrais de todos os entrevistados poderiam ser consideradas. Nas análises que se seguem à apresentação dos quadros das categorias utilizou-se o recurso de transcrever trechos das entrevistas para exemplificar a natureza das subcategorias que surgiram a partir do que os entrevistados disseram.

Em relação à categoria *Trabalho*, foram utilizadas características do sentimento ou da atitude decorrente da oportunidade de estar trabalhando nas várias funções que os entrevistados desempenham.

	SENTIMENTO/ATITUDE RELACIONADO À OPORTUNIDADE DE ESTAR TRABALHANDO					
	Puramente funcional	De dominação	Dinheiro - segurança	De gratidão	De insatisfação	De satisfação
Receptor de lixo			1			
Varrição	2		12	6	4	
Esgoto			7			
Coleta de lixo	4		3		1	
Catador			2		2	
Lixo hospitalar			1			
Usina de reciclagem			6	1		1
Empresa de reciclagem			2		1	
Entulho	1					

Figura 27: Frequência de menções a sentimentos ou atitudes relativos ao fato de trabalhar com o meio ambiente, conforme a atividade exercida.

No quadro ficou claro que a relação mais estreita estabelecida no trabalho está relacionada ao dinheiro e/ou à segurança. Esses trabalhadores, em sua maioria, vieram da zona rural, tiveram que deixar o local onde nasceram em busca de dinheiro para sustentar a família. Em razão disso, as suas experiências com o trabalho foram de necessidade, angústia e de insegurança. Dessa forma, não tiveram oportunidade de experimentar o trabalho como fonte de renovação, de pertença a um grupo e de valorização. São sujeitos que viveram a experiência da exclusão, inclusive cultural, pois se viram obrigados a deixar o ambiente em que cresceram por impossibilidade de

ali permanecerem. Atualmente estão empregados, o que é importante para a manutenção das necessidades básicas, mas atuam em condições que não garantem sua dignidade como trabalhador, em decorrência da forma como as atividades e as condições de trabalho oferecidas são tratadas pelos órgãos competentes, além de serem atividades encaradas pela sociedade com um viés de exclusão. A realidade dos agentes vem ao encontro da concepção de Sawaia (2004, p. 08), que diz:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

O relato abaixo exemplifica os motivos da migração do campo para a cidade.

“Eu entrei na prefeitura, quando a gente entra na prefeitura a gente nunca sabe pra onde vai. Me colocaram aqui e eu estou satisfeito. Desde o início foi tranquilo trabalhar aqui. Eu comprei um pedacinho de terra e eu saí e fui trabalhar num terreno meu, aí depois como está muito difícil, a roça está muito complicado pra trabalhar, aí eu resolvi procurar um emprego na cidade. Porque hoje para a pessoa trabalhar na propriedade dele ele tem que ter um recurso financeiro bom pra começar, porque se ele não tiver, ele não agüenta, você tem que trabalhar pra manter sua família e como que você vai trabalhar no

terreno se você não tem um recurso financeiro? Foi o que me levou voltar a trabalhar na cidade.” (IT M2, 42 anos, dois filhos, trabalha na usina de reciclagem).

O fato de estarem empregados não lhes garante o suficiente para a manutenção das necessidades básicas, já que a remuneração é quase sempre próxima do salário mínimo, ainda que alguns tenham possibilidade de elevar sua renda assumindo hora extra, como é o caso de quem recolhe o lixo e trabalha aos sábados. É importante ressaltar que o salário é um dos pontos a serem avaliados no processo de valorização das atividades e consequentemente, dos trabalhadores. A valorização de qualquer profissão faz-se necessária, e no caso das atividades relacionadas ao meio ambiente, tema deste estudo, isso se dá quando os órgãos responsáveis têm gestores esclarecidos e que entendem a importância desses serviços para a sociedade. Portanto, a valorização desses profissionais precisa ser tratada como política pública, envolvendo gestores, sindicatos e servidores.

Em um estudo realizado por Porto e colaboradores (2004) com trabalhadores do lixo em Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro, sobre lixo, trabalho e saúde identificou-se que os trabalhadores do aterro estavam na atividade do lixo após terem passado por uma infinidade de profissões.

De acordo com Porto e colaboradores:

O desemprego foi o motivo mais marcante para a busca de uma ocupação no lixo. Entretanto a necessidade de ‘ajudar em casa’,

complementando a renda dos familiares, foi um motivo que mereceu destaque entre aqueles que começaram a trabalhar ainda crianças (Porto et al., 2004, p. 1506).

Outro dado que ficou evidenciado é um sentimento de gratidão relacionado ao trabalho, manifestado pelos entrevistados. Tal sentimento foi expressado, principalmente, por aqueles que estão na atividade de varrição, na qual predominam as mulheres. Essas mulheres são mães que vieram da roça, que sustentam a casa ou ajudam no sustento, que não têm estudo nem qualificação profissional, e enxergaram nesta atividade a oportunidade de se inserirem no mercado de trabalho. As suas falas enfatizam a gratidão pelo trabalho realizado, como segue:

“Eu amo, gosto muito. Quando separei do meu esposo tinha que tratar dos meus filhos, não tinha outra solução. Vim para minha mãe e morei três meses com ela, fiquei fazendo faxina, logo depois comecei na prefeitura, passei no concurso.” (SM, F5, 60 anos, seis filhos, trabalha na varrição).

“Eu vim para Santa Maria para trabalhar na roça, mas era uma época que estava chovendo muito, então eu larguei o serviço da roça, cheguei em casa e falei gente não dá mais pra gente ir longe com o caminhão, encontrei uma senhora na rua dona Frida e ela falou vai na prefeitura que eles estão precisando de funcionários para varrer rua, mas você vai depender de um vereador, eu falei quem eu vou pedir, ela falou pede para o ... que ele vai te ajudar, pede o encaminhamento para ele, ele vai levar na prefeitura e amanhã

você já está trabalhando. Então eu fiz e no outro dia eu levei e estou trabalhando até hoje, eu peguei esse serviço porque não estava dando mais na roça porque um dia você trabalhava e outro dia não trabalhava e ficava o dia todo molhada no meio da roça. Então dei graças a Deus, agradei muito porque eu consegui e estou aqui até hoje.” (SM, F6, 55 anos, três filhos, trabalha na varrição).

A gratidão é expressada em razão da oportunidade que esses trabalhadores (homens e mulheres) enxergam através da atividade que estão exercendo, uma vez que associam o emprego com a possibilidade de adquirirem poder de compra, de conseguir pagar as contas, de dar algo aos filhos. A inserção destas possibilidades no cotidiano desses trabalhadores, ao mesmo tempo que são positivas, cria uma barreira para o questionamento das necessidades inerentes ao exercício da atividade que, independentemente de qual seja, precisa vir associada com dignidade e respeito, o que acontece quando se tem políticas públicas eficientes e inclusivas. Há necessidade de compreensão de que para estes trabalhadores este momento, em que passam a exercer determinadas atividades, está repleto de novidades, eles estão absorvendo novos conceitos que precisam ser compreendidos, assim como novas relações estão sendo estabelecidas a partir das quais o sujeito vai começar a compreender o seu novo lugar neste contexto. É isso que precisa acontecer com as atividades destacadas neste estudo, os órgãos gestores precisam atentar para o municiamento desses trabalhadores em relação a direitos, trabalho, dignidade, pois somente assim serão diminuídas as distâncias entre quem serve e quem é servido.

Quanto mais a sociedade dispuser de informações que ajudem a entender a importância do trabalho que os agentes ambientais exercem, e as implicações de tais atividades para a vida de todos, a distância diminuirá. É necessário conhecer o outro, a função do outro, para entendê-lo e respeitá-lo. Wanderley assim se manifestou sobre este processo:

A perspectiva de trabalho de combate à exclusão tem ainda, que promover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia da vida dos cidadãos. Neste sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, brutais em nosso país, é um dos muitos desafios colocados (Wanderley, 1999, p. 25 e 26).

	TIPO DE SENTIMENTO RELATIVO À CATEGORIA EXCLUSÃO (PRECONCEITO) E INCLUSÃO (OPORTUNIDADE)				
	Nunca teve oportunidade	Esse trabalho é uma oportunidade	O estudo dá oportunidades	Já sofreu preconceito	Quem trabalha com resíduo sofre preconceito
Receptor de lixo			1	1	
Varrição	4	14	4	5	5

Esgoto	1	2	4		2
Coleta de lixo	2	3	3	4	2
Catador		4		4	
Lixo hospitalar			1		
Usina de reciclagem		8		4	
Empresa de reciclagem	1	2			
Entulho			1		

Figura 28: Quadro de análise utilizado para estudar os sentimentos relativos à categoria exclusão (preconceito) e inclusão (oportunidade).

Os dados indicam que quando questionados sobre as possibilidades que tiveram na vida, os agentes ambientais citam o trabalho atual como a oportunidade que não tiveram antes. É recorrente em suas falas a menção à segurança por saber que ao final do mês serão remunerados por sua atividade, mesmo que o montante a receber seja um salário mínimo. A maioria dos trabalhadores do estudo exerciam anteriormente atividades relacionadas à agricultura, e sentiam muita dificuldade por não conseguirem mensurar o quanto iriam receber, mesmo que muitas vezes recebessem mais do que recebem atualmente. O trabalho na roça depende de ocorrências da natureza, da cotação dos produtos. Os trabalhadores participantes do estudo eram pequenos agricultores que não tinham como competir por melhores preços, tendo que vender sua produção localmente. Para esses trabalhadores o fato de poderem contar com dinheiro certo no final do mês é uma experiência única, que faz com que eles não atentem para as dificuldades encontradas no trabalho que realizam atualmente. As falas reproduzidas abaixo indicam o

quanto os agentes ambientais são gratos por terem conseguido o trabalho atual.

“Tenho muito orgulho desse trabalho, adoro, falo que é meu chamego, eu pago a faculdade da minha filha com ele. Quando eu consegui esse emprego eu senti uma emoção muito grande, até chorei de emoção porque eu queria ajudar a minha filha estudar.” (IT F6, 42 anos, cinco filhos, trabalha na limpeza).

“Pra mim é ótimo, em primeiro lugar, é muito bom, eu adoro. O prefeito queria me trocar, me tirar da rua, eu falei deixa eu ficar na rua porque eu gosto, me sinto melhor, vejo as pessoas, se elas falarem um boa tarde, um bom dia, se falar um oi tudo bem, se não falar amém, também. Fico feliz do mesmo jeito, é um serviço que eu gosto de fazer, eu amo fazer.” (SM F5, 60 anos, seis filhos, trabalha na limpeza)

“A minha profissão é varrer rua, é ser gari, a gente dá valor porque sabe que eles falam que se a gente não quer tem muita gente que quer. A gente dá valor para o que a gente tem, tem muita gente que gostaria de ter e não tem. Quando eu vou comprar alguma coisa na loja eu coloco que eu varro rua, ganho o salário, varre não, a gente fala gari.” (SM F7, 51 anos, dois filhos, trabalha na limpeza).

“Esse trabalho é uma benção porque hoje o que eu tenho foi através do meu emprego e do meu marido ajudando um pouco. Então hoje nós temos casa,

temos onde se esconder, tudo que eu consegui até hoje foi através da prefeitura.” (SM F6, 55 anos, três filhos, trabalha na limpeza).

Ao mesmo tempo que os trabalhadores são agradecidos por terem conseguido o emprego, também vivenciam situações preconceituosas por parte da sociedade. Apesar de procurarem demonstrar que ao serem abordados de forma preconceituosa não se importam, a forma e a expressão como relatam essas vivências demonstram que essas situações são desagradáveis e, de alguma forma, ficaram marcadas em sua memória de maneira negativa. Um exemplo foi o de uma situação que aconteceu com um gari de Santa Maria de Jetibá, o qual foi agredido verbalmente por um rapaz e todos falaram sobre o assunto, mostrando como ficaram indignados com a situação, e, principalmente porque haviam relatado na secretaria de serviços urbanos e não havia sido tomada qualquer providência. Eles esperavam alguma atitude por parte da secretaria, esperavam que fosse feito algum tipo de relato à polícia local, usando o artigo 331 do código penal sobre as penalidades para o desacato do funcionário público na realização de suas funções.

Essas situações levam a questionamentos a respeito do processo de inclusão social na realidade brasileira, na qual há tradição de não valorização das habilidades e competências dos trabalhadores que desempenham tarefas mais simples. Quando se diz que não há valorização se quer dizer que é necessária a preocupação com as condições de trabalho desses agentes, de modo que elas sejam dignas, que sua importância seja ressaltada para a sociedade ao ponto de se tornar visível a ela como a exclusão afeta o

desempenho das atividades profissionais, e que a eles sejam concedidas condições de capacitação de forma similar à que é adotada com outros tipos de trabalho. A capacitação nestas atividades contribuiria para a promoção de segurança emocional e financeira desses trabalhadores. A falta de atenção e investimento em atividades como as retratadas no estudo, pode levar à diminuição da procura por esses trabalhos, essenciais para a manutenção do bem estar da sociedade, aumentando as filas daqueles que precisam de auxílios financeiros para sobreviver. Os programas de auxílio financeiro para pessoas de baixa renda, a princípio, incluem parte da população que não tinha como manter as necessidades básicas, mas quando não estão aliados à capacitação dessa população para o mercado de trabalho, aumenta a exclusão, gerando custos altos para o país em termos da manutenção desses programas e também diminui a arrecadação pela falta de mão de obra qualificada para ocupar as vagas do mercado de trabalho, gerando impacto negativo no crescimento econômico e no desenvolvimento social. Vêras (2004) destaca que o processo transitório da exclusão para a inclusão resulta no excluído que não consegue ser incluído, já que seus direitos estão comprometidos.

As condições de trabalho, como as instalações e equipamentos, sejam de execução ou de segurança são os requisitos mínimos para a realização de qualquer atividade, e no caso das atividades exploradas no estudo, não é diferente. Abaixo podem ser vistas imagens dos ambientes de trabalho de alguns sujeitos dessa pesquisa.

Em relação à precariedade no mundo do trabalho, Grecco (2010, p. 04) assim se manifesta:

A precariedade do mundo do trabalho é uma condição histórica ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constituiu como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social. Se a precariedade é uma condição, a precarização é um processo social de cunho histórico-político concreto, de natureza complexa, desigual e combinada, que atinge o mundo do trabalho, e um atributo modal da precariedade.

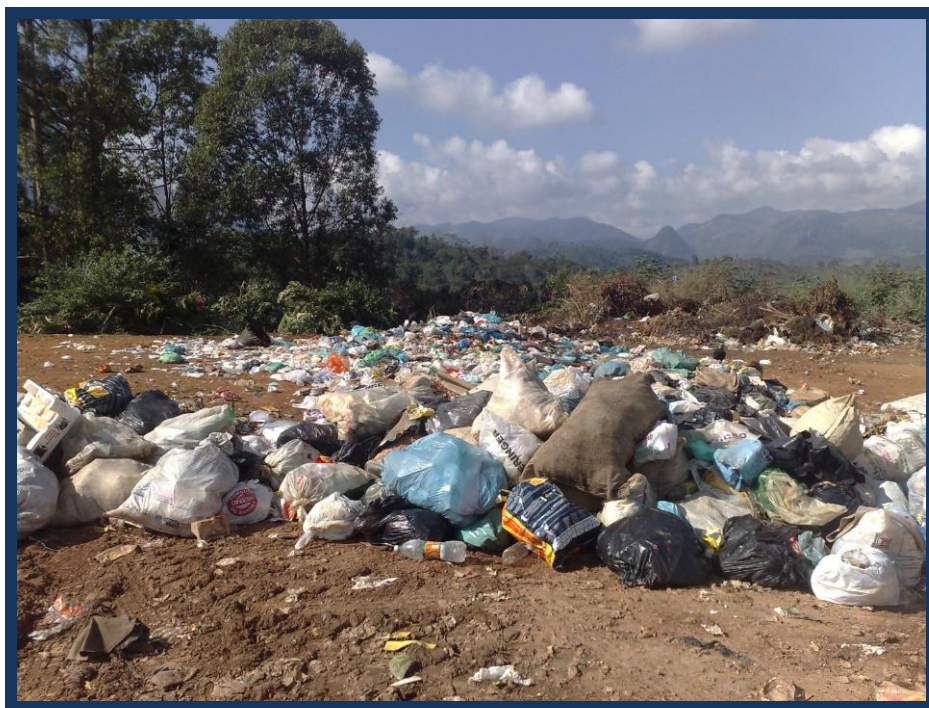


Figura 29: Depósito de lixo do município de Itarana.



Figura 30: Lixo a céu aberto após a separação.



Figura 31: Funcionário trabalhando no empilhamento do lixo.



Figura 32: Trabalhadores separando lixo na usina em Itaguaçu.

Abaixo são transcritos alguns relatos dos agentes ambientais relacionados ao preconceito e à exclusão.

“Não, nunca ninguém falou nada não. Muitas pessoas quando iam lá na usina falavam eu não sei como é que vocês conseguem trabalhar. Eu já tinha acostumado, porque chegava, as vezes, almoçava, ficava aquele monte de lixo, aí alguém chegava e falava como é que vocês conseguem ficar aqui? Mas eu já tinha acostumado entendeu, pra mim aquilo era coisa assim como se eu tivesse na minha casa, lá a gente trabalhava como se fosse uma família, tinha mais acesso ao povo de lá do que na própria casa da gente. Algumas pessoas tinham nojo, mas algumas pessoas falam pra você desistir, entendeu como pra tomar a tua vez, pessoas as vezes que precisavam igual a gente ou talvez até mais. O serviço que está ali não tem diferença de outro serviço, eu não acho

que é mais importante que o meu, porque tudo que a gente faz com amor, pra mim tudo é mesma coisa eu não sinto diferença, pra mim não, talvez para as pessoas de fora, sim, as vezes tem pessoas que falam: você fez técnico em contabilidade, você não foi fazer outra coisa? Eu falo, eu não, essa foi a oportunidade que eu tive e eu tenho o maior carinho, você entendeu, o importante é eu estar trabalhando.” (IT F7, 41 anos, sem filhos, trabalha na limpeza).

“Sim tem gente que tem nojo, mas a gente sabe que está ganhando de maneira honesta. Olha lá o virador de lixo, mas é pouca gente. São as pessoas que eu não tenho convívio.” (IT M3, 33 anos, sem filhos, trabalha na usina).

“Sim, tem gente que chama de lixeiro, espera aí lixeiro, espera aí lixo, mas eu não me envergonho. As pessoas não cuidam o lixo que colocam pra gente coletar, misturam tudo, colocam papel higiênico direto nas bombas, não colocam nem nas sacolas.” (ITA M1, 42 anos, dois filhos, trabalha na coleta de lixo).

“Sim, quando a gente passa elas tapam o nariz porque tem cheiro, outro passa vira a cara. Não me incomoda, já acostumei.” (ITA M3, 43 anos, sem filhos, trabalha na coleta de lixo).

“Com certeza, ou fala ah! Ela trabalha ali porque é nojento, é fedorento.” (SM F4, 39 anos, três filhos, trabalha na empresa de reciclagem).

“Sim, esses dias atrás um menino em São Luis xingou o colega da gente de gambá, lixeiro, isso é comum.” (SM M1, 28 anos, dois filhos, trabalha na coleta de lixo).

“Oh! se tem. As pessoas tem nojo, criticam, em vez de falar cooperativa eles falam lá no lixão.” (ST F5, 30 anos, dois filhos, trabalha na usina de triagem e compostagem).

Estudos tem identificado dois tipos de preconceito: o clássico e o novo. Como clássico podemos entender manifestações hostis para com um determinado grupo e o novo que é o preconceito velado, mas presente (Pereira, Torres, & Almeida, 2003).

Os agentes ambientais vivem os mais diferentes conflitos, mas o que afirmam é que, na maioria das vezes, os conflitos são superados, pois estão no âmbito do grupo, ou seja, o grupo absorve os conflitos surgidos do exterior e os resolve de alguma forma e com uma lógica própria. Apesar de demonstrarem superação de situações conflituosas provocadas por agentes externos, o mundo fora do grupo é o que mais acentua o sentimento de desvantagem, injustiça, incapacidade e de falta de oportunidade. O trabalho constitui-se em uma referência desses sentimentos, como foi evidenciado nos discursos.

	CONCEPÇÕES RELATIVAS AO MEIO AMBIENTE EVIDENCIADAS NAS ENTREVISTAS					
	Importante preservar o meio ambiente	O seu trabalho ajuda a preservar o meio ambiente	Não acredita ser importante preservar o meio ambiente	O seu trabalho não está relacionado ao meio ambiente	Visão positiva da sociedade em relação ao meio ambiente	Visão negativa da sociedade em relação ao meio ambiente
Receptor de lixo	2	1				1
Varrição	23	23			6	9
Esgoto	7	7			1	3
Coleta de lixo	8	8			1	3
Catador	4	4				4
Lixo hospitalar	1	1				1
Usina de reciclagem	8	8			1	6
Empresa de reciclagem	1	2	1	1		3
Entulho	1	1				

Figura 33: Quadro de análise utilizado para indicar a relação entre modalidades de trabalho e percepção de questões relativas ao meio ambiente.

Os dados acima, na Figura 33, indicam que grande parte dos entrevistados acreditam que o trabalho realizado por eles contribui para a preservação ambiental e que os cuidados com o meio ambiente são importantes. Durante as entrevistas eles foram questionados a respeito da fonte de informação que tinham sobre meio ambiente, e dentro desse contexto foram perguntados a respeito da contribuição dos cursos oferecidos pelas secretarias responsáveis pelas atividades exercidas por eles ou se havia outra fonte de informação. Todos indicaram como fonte de informação a televisão. Em relação aos cursos oferecidos nas secretarias, os participantes da pesquisa

deixaram claro que as secretarias não fornecem cursos, o que acontece em todos os municípios, nem como forma de capacitação para a atividade exercida (fazendo o trabalhador aprender com outro trabalhador, herdando os erros cometidos por ele), nem como informação adicional enfatizando a importância do trabalho realizado por eles ao longo do ano, demonstrando a diferença e a importância, no município, desse trabalho.

Alguns relatos dos entrevistados sobre a visão do trabalho exercido e as concepções dos mesmos sobre preservação ambiental são apresentados a seguir.

“Sim, porque a gente faz a coleta, principalmente para fazer a seleção das coisas melhores. As coisas que não eram boas eram enterradas no aterro e aí na rua também continua a mesma coisa, então está ajudando o meio ambiente. Na coleta, é feito a limpeza direitinho, todos os dias. As pessoas jogam muita coisa útil fora, aqui na limpeza pública não, mas na usina quando eu trabalhava lá muita coisa útil era jogado fora, sim.” (IT F7, 41 anos, sem filhos, trabalha na limpeza.)

“Eu acho que contribui muito, porque tudo que a gente acha de lixo a gente junta, e recolhe o lixo, então eu acho que tudo que a gente está fazendo está contribuindo para evitar a poluição. Eu acho que tudo que a gente faz é para contribuir, é por isso que o meu trabalho tem mais valor.” (IT F8, 46 anos, um filho, trabalha na limpeza).

“Com certeza sim porque a gente conversava quando as pessoas chegavam. Muitas pessoas passavam na rua e a gente estava lá dobrando caixa de papelão, eles logo vinham saber: vocês estão sempre dobrando esses papeis, mas afim de quê vocês fazem isso? Aí a gente falava: esse papelão aqui é para não deixar, porque o carro do lixo leva para o lixão joga lá e põe fogo e de noite quando você quer respirar o ar vem com aquele fedor de papelão, de lixo, de plástico, tudo cobrindo a cidade porque o lixão ficava para lá, então vinha toda aquela fumaça, aí a gente falava é porque nós queremos limpar o ar para respirar, tinha que ter um ar mais puro para respirar, então nós estamos tirando esse papel da rua para que todos nós possamos respirar ar mais puro, é isso que nós estamos fazendo, estamos querendo ajudar a limpar a cidade, ajudar a natureza porque eles não queriam nem saber. Colocavam fogo naquele negócio quando foi na época que o governador... trouxe essa usina aqui em Itaguaçu, como aqui é um lugar tão danadinho que eu sei ... eu até gostei porque não ia ter tanta fumaça, foi só um fogo de palha, agora eles pegam o lixo daqui da cidade deixam num contêiner lá embaixo chega lá o carro do lixo despeja tudo dentro do contêiner e vai tudo lá para Cariacica. A usina não está mais funcionando pra ver como é que é. Uma vez veio um homem aqui e passou um filme pra gente, era no lixão de Cariacica. Você já foi lá? Eu gostaria de um dia ir lá conhecer. Eu queria um DVD para passar porque eu fiquei admirada, eu sou assim, a minha mãe era assim também, ela queria sempre ajudar a natureza. Quando meu pai ia cortar as árvores ela ficava vigiando, meu pai não podia cortar uma árvore, tinha que deixar todas as árvores em pé. Sempre dava confusão. Meu pai falava pasto é pasto, não pode ter árvore porque não dá saída: você não vai cortar aquela árvore, tinha que

deixar tudo em pé, era assim, isso já vem da gente. A gente já tem aquele dom, tem gente que fala assim: ah! Que nada vamos cortar tudo, vamos destruir, vamos acabar com aquilo, não é mesmo? É desse jeito, por isso que o mundo é desse jeito, se todos pensassem de forma igual, como esse negócio de jogar lixo dentro do rio, esse negócio de queimar papelão, tudo isso nós estávamos a favor que não fosse assim. O dono de uma fazenda mandou 180 homens, são 10 km de distância de Itarana até na fazenda dele, são mais de 10 km ... são quase uns 15 km, ele mandou os homens dentro do rio catando tudo o que o rio não precisava e foi fazendo aquela limpeza, então o rio ficou muito mais ... agora quando dá enchente fica passando aquela aguinha amarelinha, não vê aquele monte de sacola. As pessoas já estão se conscientizando um pouco mais do que já fizeram, olha o planeta como é que está? O planeta não está mais suportando e o que vai acontecer se só eu falar, só você, não dá, tem que ser todos, todo o mundo, se unir, pensando com o mesmo objetivo. Gente vamos dar um jeito nisso. Outro dia mesmo estava passando lá na televisão navios de outros países vem para o Brasil e joga o lixo dentro do mar, onde nós vamos parar com isso. Tem que por na televisão? Não sei, porque você vê 15 anos nós já estamos neste rumo de não querer que não viesse fumaça dos lixões pra cá. Agora eles não queimam, mandam pra Cariacica, então nosso ar ficou bem melhor. Eu e o [nome masculino] íamos nas escolas, buscávamos tudo quanto era papel, as professoras juntavam, a gente tinha o maior prazer, não fazíamos conta se estávamos ganhando ou perdendo a gente queria ir lá buscar. Se todo mundo, todas as pessoas, as escola principalmente tem que entrar, mas entrar para fazer diferença. Lá eles estão fazendo assim, quem fizer algo contra o meio ambiente vai tomar até uma multa, esses dias passou

isso também, acho que é lá no Paraná eles estão dando multa nas pessoas que deixarem água acumulada por causa do pernilongo, tudo isso, e tem que começar fazer isso mesmo.” (IT F14, 68 anos, três filhos, catadora de material reciclável).

“Sim, com certeza porque o esgotamento sanitário é uma das coisas que mais polui os rios do nosso país, então a gente tratando o esgoto está contribuindo muito para a questão ambiental.” (IT M4, 36 anos, um filho, trabalha no esgoto).

“Eu acho que aqui no nosso lugar o pessoal está se conscientizando. Eu vejo uma redução, e o pessoal aqui do nosso lugar já separa o lixo, três, quatro, sacolinhas o que é reciclável o que não é, então eu acho que eles já estão com uma conscientização. Não é cem por cento ainda não, mas já estão fazendo isso, então eu acredito que está tendo uma evolução melhor nessa área.” (IT M2, 42 anos, dois filhos, trabalha na usina).

“Ajuda, agora ficou melhor, estão limpando, era a céu aberto, isso tudo era lixo tapado de terra, hoje o caminhão chega coloca na caçamba e leva pro aterro. No lixo vem muita nojeira, injeção, vidro, quando eu encontro aqui, eu ligo pro doutor [nome masculino] e falo e ele chama atenção das enfermeiras que fazem limpeza no hospital, aqui não pode jogar, antes jogava demais, eu reclamei e eles diminuíram.” (ITA M2, 57 anos, um filho, trabalha na coleta de lixo).

“Tinha, eu passava e via o pessoal jogar o lixo no meio da rua, era feio, hoje em dia continua igual, as pessoas continuam jogando lixo. Eu acho que aqui tem que ter horário de colocar o lixo, depois que passa o caminhão não pode mais por lixo. As pessoas colocam de qualquer jeito e em qualquer hora, depois que o caminhão passou o lixo fica, no outro dia está aquela bagunça.” (IT M3, 43, sem filhos, trabalha na coleta de lixo).

“Não estão, porque tem vários avisos, as pessoas avisam pra não jogar lixo na rua, pneu, lixo dentro do rio, mas pessoas continuam fazendo, sabendo que eles estão fazendo a coisa errada, mas eles continuam fazendo.” (ITA M, 70 anos, dois filhos, trabalha com esgoto).

“Tem muita, porque se você jogar o esgoto de qualquer maneira no leito do rio você vai prejudicar o meio ambiente, vai matar os peixes, vai acontecer alguma coisa, agora se você leva ele para o local adequado, vai tratar e vai jogar ele tratado no rio o impacto é bem menor, porque não vai degradar tanto o meio ambiente, não vai ser ruim para o meio ambiente. Eu acho que eu estou contribuindo para a preservação do meio ambiente, as outras pessoas nem todas. A minha ação faz preservar o meio ambiente, mas as pessoas não enxergam o que eu faço como preservar o meio ambiente, elas simplesmente querem se livrar do problema.” (SM M8, 39 anos, um filho, trabalha com esgoto).

“Muito, eu estou limpando, Deus me livre se não fosse essa coleta de lixo, mesmo assim você vê lixo para tudo quanto é canto. O pessoal de Santa

Teresa, não ajuda, você passa com o carro agora, você voltando já tem lixo colocado. Nessa linha de Caldeirão faz na terça feira, você passa pegando, na quarta feira eles colocam o lixo, fica lá, parece que para aparecer. Colocam um dia após a coleta passar para o lixo ficar lá uma semana, os animais rasgam, fica aquela bagunça. Tinha que suspender as lixeiras, porque eles colocam no chão, outra coisa é gente rasgando as sacolas de lixo para procurar latinha, aqui na Aparecidinha é o lugar, toda vez que o caminhão passa, chega lá estão as sacolas rasgadas, então o rapaz da coleta tem que pegar outra sacola e ensacolar o lixo novamente, eles fazem isso procurando alumínio, cobre, coisas de valor. O lixo é tudo misturado, terra, entulho, cerâmica, tudo junto. Quando eu estava no carro de entulho, era plástico tudo misturado com terra, não pode, a gente tenta tirar um pouco, mas aquilo que máquina pega o pessoal não vai olhar, eu até peguei luva para ajudar eles, não é a minha obrigação mas eu gosto de ajudar.” (ST M2, 55 anos, três filhos, trabalha na coleta de lixo).

Os agentes ambientais têm a noção de que a atividade realizada por eles contribui para o meio ambiente, apesar de alguns considerarem o que fazem pouco para a preservação ou conservação ambiental. É importante ressaltar que as atitudes, sejam pequenas ou grandes, que tenham o intuito de transformação da relação de dominação estabelecida entre ser humano e ambiente são válidas. Alguns agentes demonstraram que as atividades na área ambiental proporcionaram um saber ambiental que no entender de Leff (2012, p. 31): “O saber ambiental vai se configurando em um espaço exterior ao círculo das ciências.”

Abaixo aparecem algumas imagens ilustrando o saber ambiental na transformação do resíduo em um novo produto, necessário, e que fornece renda para auxiliar nas necessidades da família.

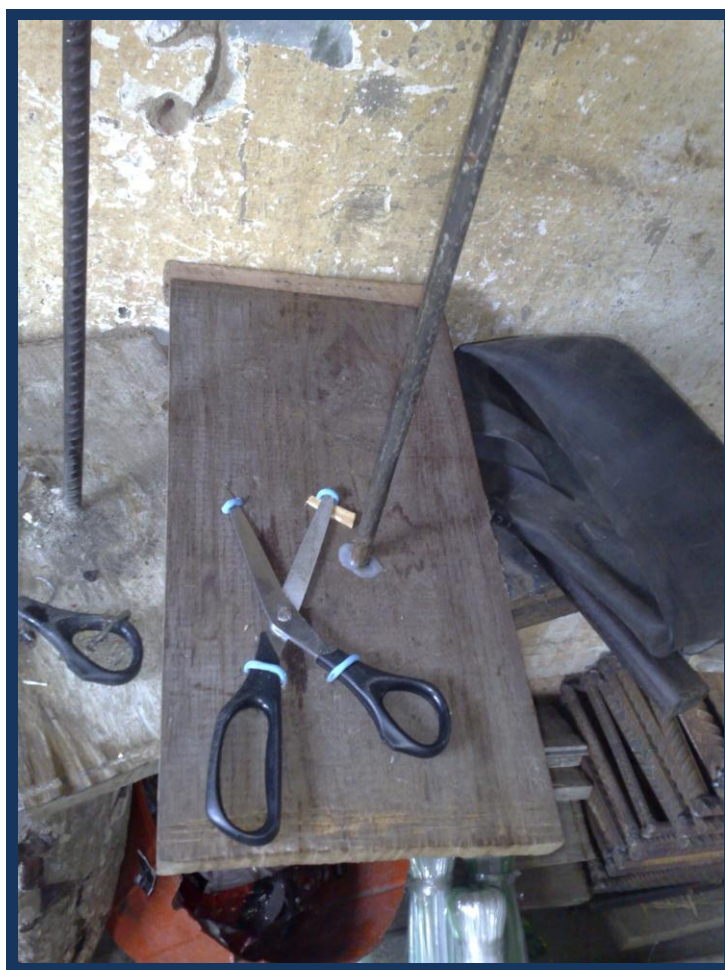


Figura 34: Ferramenta desenvolvida pelo agente ambiental para fabricar vassouras a partir de garrafas Pet.



Figura 35: Funcionamento da ferramenta desenvolvida para fabricação de vassouras.



Figura 36: Tiras de garrafa Pet para montagem das vassouras.



Figura 37: Vassouras de garrafa Pet prontas.

As imagens mostram que além de utilizar como matéria prima algo que havia sido jogado fora, o agente ambiental produziu uma ferramenta para realizar o trabalho de forma mais eficiente. O exemplo da confecção das vassouras a partir da garrafa Pet leva à reflexão de que o saber ambiental empenhado na construção das vassouras pode ser considerado racionalidade ambiental, como propõe Leff (2012, p. 45):

A categoria racionalidade ambiental transforma-se, portanto, num conceito fundamental para analisar a coerência dos princípios do ambientalismo em suas formações discursivas, teóricas e ideológicas, a

eficácia dos instrumentos de gestão ambiental e as estratégias do movimento ambientalista, assim como a consistência das políticas públicas e as transformações institucionais para alcançar os objetivos da sustentabilidade.

VI CONCLUSÕES

O estudo teve como intuito geral conhecer as concepções dos agentes ambientais sobre trabalho, natureza e sociedade. Para conhecer esses aspectos foi realizada uma vasta revisão da literatura e entrevistas com os agentes ambientais.

Buscando compreensão ampla do tema pesquisado realizou-se um resgate da relação da sociedade com o lixo. Percebeu-se que as relações estabelecidas ao longo da história permanecem presentes nos dias atuais. A sociedade, apesar de produzir lixo diariamente, ainda enxerga com estranheza as pessoas que trabalham com atividades relacionadas ao mesmo.

A sociedade tende a rejeitar o que não lhe é familiar, não faz parte do meio de convivência, e por isso, muitas vezes, reage com palavras, gestos, olhares de exclusão para com aqueles que vivem das atividades ignoradas por muitos.

Como o lixo está relacionado ao que as pessoas rejeitam buscou-se contextualizar os motivos que levaram à mudança da nomenclatura de lixo para resíduos. O termo resíduo está relacionado à reutilização dos materiais, transformando o que era descartado em matéria prima para outros produtos. Atualmente vive-se em contradição, pois o consumismo exagerado é uma realidade cada vez mais presente, principalmente com o aumento do poder de compra da população, aliada à oferta de produtos cada vez mais elaborados e atrativos. Por outro lado, incentiva-se a reutilização de tais produtos, a fim de diminuir os danos ambientais e sociais.

Sabe-se que práticas de reciclagem sem compreensão do quão importante é o equilíbrio ecológico, econômico e social são paliativos que pouco contribuem para a diminuição dos problemas ambientais e sociais. A Educação Ambiental e mais recentemente a Psicologia Ambiental surgem com pressupostos da compreensão do lugar do indivíduo nos processos ambientais e sociais, responsabilizando-o, a partir do conhecimento, no sentido de que práticas abusivas irão comprometer os recursos futuros do planeta. O homem precisa conceber-se como parte efetiva e determinante neste contexto de preservação ou destruição dos recursos naturais. Como sugerem Campos-de-Carvalho, Cavalcante e Nóbrega (2001, p. 28):

O ambiente é um conceito multidimensional, compreendendo o meio físico concreto em que se vive, natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico. Tudo o que estiver presente em um determinado ambiente – inclusive as pessoas – é a parte que o constitui.

Para haver ações em prol de atitudes ambientalmente responsáveis é necessário a compreensão de que o ambiente é tudo o que nos cerca e o que está inserido nele, inclusive o homem.

Para Peralta e Ruiz (2010, p. 243) o homem é naturalmente propenso a se sentir parte do ambiente e a transformá-lo positivamente desde que esteja munido de conhecimento.

Partir da idéia de que o ser humano tem vocação libertária leva então a procura da formação de um sujeito ativo, transformador, com consciência social e competência técnica, capaz de desfrutar os bens culturais e de participar nos espaços cidadãos.

O Brasil apresenta legislação ampla quando se trata das questões ambientais, com leis, decretos e resoluções que asseguram o cumprimento do artigo 225 da Constituição Federal o qual preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do Poder Público e da coletividade defendê-lo (Fiorillo, 2007).

Em relação à Política Ambiental brasileira, Reigota (1997, citado por Layrargues 2012, p.101) diz: “A maior contribuição brasileira ao debate internacional diz respeito à priorização de conceitos políticos, filosóficos e culturais como autonomia, cidadania, justiça social participação e democracia.”

Apesar das atividades relacionadas ao lixo serem motivo de exclusão dos trabalhadores que as realizam, atualmente, com a implantação da Política de Resíduos Sólidos, essas atividades são essenciais para a adequação dos municípios em relação à disposição e ao descarte dos resíduos produzidos.

Buscou-se, no estudo, conhecer a política ambiental dos municípios que fizeram parte da pesquisa e constatou-se que alguns ainda não avançaram em relação às questões ambientais. Entende-se que a estruturação da Política Ambiental Municipal traz benefícios ambientais e financeiros para os

municípios, além de autonomia em relação às questões ambientais que são de âmbito municipal.

Foram entrevistados gestores municipais com o intuito de conhecer as políticas públicas relacionadas às questões ambientais e também as ações dos secretários para capacitação e valorização dos profissionais que desenvolvem atividades relacionadas aos resíduos. Pode-se constatar que os gestores que têm conhecimento da área ambiental fazem propostas inovadoras em relação ao meio ambiente, enquanto aqueles que não têm conhecimento e não o buscam resumem suas ações à manutenção dos projetos desenvolvidos anteriormente à sua administração. Por outro lado, o que pode se observar é que os gestores, de maneira geral não estabeleceram política de valorização dos profissionais envolvidos nas atividades relacionadas aos resíduos.

O fato de não haver valorização da atividade laboral relacionada ao resíduo por parte dos órgãos responsáveis pelas atividades aumenta ainda mais a exclusão oriunda da estrutura social. A valorização do trabalho constitui elemento importante na construção da identidade do indivíduo enquanto ser social.

O trabalho é essencial, pois através dele os sujeitos constroem suas identidades, se reconhecem dentro de um contexto globalizado e sua falta pode provocar lacunas nas suas histórias. Em relação a esse pensamento Carone expõe que:

As iniciativas de igualar as oportunidades para os segmentos excluídos têm sido chamadas de ‘ações afirmativas’, cujo objetivo é tornar os muito excluídos de ontem em (poucos ou muitos?) incluídos de amanhã. A igualdade de condições é, portanto, a única igualdade de *sentido positivo* nas democracias atuais e representa não apenas o reconhecimento de desigualdades sociais que afetam a igualdade política, mas também a percepção de que são *desigualdades diferenciadas* com base na existência de práticas de discriminação e de exclusão por origem, raça, etnia, idade, sexo, credo religioso, convicção política, ou orientação sexual, resultantes de processos sociais nem sempre exclusivamente econômicos (Carone, 1998 citado por Carone, 2004, p. 19)

Os agentes ambientais representam uma parcela significativa da população e se caracterizam como um grupo no qual a falta faz parte de suas histórias. A falta de trabalho é a porta de entrada para que as outras manifestações exclusivistas entrem em ação, todo o tipo de abstinência pode ser identificado nestas histórias, mas a mais marcante para o ser humano é a social, aquela que afeta as relações. O que caracteriza a vida em sociedade são as relações e quando essas relações são afetadas, ocorre a categorização da sociedade. O preconceito aparece como a mais marcante manifestação da categorização da sociedade, pois através da sua expressão é possível identificar os mais favorecidos e os menos favorecidos.

Nos relatos dos agentes ambientais pode-se constatar que os mesmos viveram experiências de exclusão durante a execução de suas atividades e

quando identificados como realizadores delas em momentos que não exerciam o trabalho, o preconceito relatado nas práticas discursivas desses agentes nem sempre aconteceu de forma explícita, aparecendo algumas vezes de forma velada, mas estando presente.

Para compreender a relação dos agentes ambientais com o trabalho, natureza e sociedade buscou-se conhecer a trajetória desses trabalhadores até as atividades exercidas atualmente, e pode-se constatar que a maioria era agricultor e dentre as várias razões que fizeram com que esse trabalhador saísse do campo para a cidade a econômica é a que prevalece. São pessoas com pouca instrução e sem preparo para o mercado de trabalho urbano. As atividades relacionadas ao lixo estão entre as que não se revelam inviáveis considerado o perfil apresentado por esses sujeitos. Pode-se perceber durante o estudo que as condições em que esses trabalhadores realizam suas atividades nem sempre são dignas e estão de acordo com normas de segurança. Portanto, os processos excludentes começam nos ambientes de trabalho e se estendem para a sociedade. Constatou-se forte gratidão por parte desses profissionais por estarem realizando as atividades, por terem um trabalho. Essa gratidão por vezes é negativa pois não permite que o sujeito perceba que as situações vivenciadas por ele no local de trabalho não são dignas.

As situações relatadas pelos agentes ambientais levam à reflexão sobre o quanto a sociedade como um todo não está preparada para a tolerância com o outro, com o diferente, com relações democráticas.

É importante ressaltar que a condição democrática de uma sociedade é estabelecida e mantida por essa sociedade. No entanto, é surpreendente ver como a democracia é concebida como algo externo a sociedade e que incorpora poderes surreais, ou seja, os membros dessa sociedade não se sentem responsáveis pelo cumprimento dos princípios básicos de cidadania. Carone entende a relação da sociedade com a democracia da seguinte maneira:

Quando nos referimos às enormes desigualdades sociais e à flagrante má distribuição de recursos no país, não parecemos nos incomodar muito, como se a democracia tivesse algum poder de resolver isso, ou seja, de passar da *idéia de igualdade* para uma *realização progressiva dessa idéia*, sabe-se lá como e quando (Carone, 2004, p. 07).

Para a sociedade é mais fácil tratar o corpo doente do que tratar o que o faz ficar doente – o que pode ser chamado de mal estar social – causado pela discriminação preconceito e pela falta de atendimento por meio das dimensões institucionais básicas.

Através das narrativas os agentes ambientais transmitiram as suas impressões, suas angústias e constrangimentos durante as suas trajetórias no mundo do trabalho. De acordo com Moscovici (2007, p. 30) “nós percebemos o mundo tal como é e todas as nossas percepções, idéias e atribuições são respostas a estímulos do ambiente físico ou quase-físico, em que nós vivemos”.

Os agentes ambientais, apesar de relatarem exclusão por parte de pessoas externas ao seu grupo de trabalho, sentem-se acolhidos e protegidos dentro do grupo do qual fazem parte. Esse sentimento propicia bem estar em relação à atividade exercida, ou seja, as relações estabelecidas no grupo de trabalho fortalecem esses indivíduos para enfrentar as possíveis agressões que venham a sofrer da sociedade.

É relevante ressaltar a importância do grupo na construção da identidade dos sujeitos, pois os sentimentos de medo, injustiça, impotência não se originam isoladamente. Também existe uma cumplicidade com o grupo interno (*ingroup*), em relação à apreciação dos grupos, tanto o próprio como os demais. Características negativas, de forma geral, são associadas aos grupos externos (*outgroup*) enquanto as características positivas são associadas ao grupo de pertença.

O trabalho, as relações estabelecidas nele e através dele fornecem subsídios para a construção da identidade dos sujeitos. A relação positiva ou negativa contribui para a construção e reconstrução de sentidos do sujeito sobre o mundo em que está inserido. De acordo com Sawaia (2004, p. 126):

Para tanto, é preciso olhar identidade pelo sentido ético em lugar do sentido de cognoscitivo, como um processo constante de configuração de significações, que age como elemento ordenador em relação aos valores, afetos e motivações do sujeito individual ou coletivo. E, para ser mais preciso, é preciso falar da dialética identidade –alteridade.

Os agentes ambientais constituem um grupo social, os discursos deixaram claro que eles, apesar de almejavam algo melhor para suas vidas, valorizam esse trabalho e esse grupo ao qual pertencem. Na medida do possível vão buscando um espaço digno através da aceitação interna da sua atividade para então, no futuro, esperar que a sociedade compreenda a importância do trabalho, seja ele qual for, para a manutenção do equilíbrio social.

REFERENCIAS¹²

¹² De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

Amâncio, L. Identidade social e relações intergrupais. (1997). In: Vala, J. & Monteiro, M.B. *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública. (2011). *Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil*. São Paulo.

Azevedo, J., Nascimento, L. C. A., & Mendes, O. F. (2001). Panorama dos problemas gerados pelos resíduos sólidos urbanos no Brasil. *IX Simpósio sobre Meio Ambiente da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO*.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Beck, U. (1992). *Risk society*. London: Sage Publications.

Becker, Howard. (1999). *Métodos de pesquisas em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec.

Backes, M. A. & Kampf, A. N. (1991). Substratos a base de composto de lixo urbano para a produção de plantas ornamentais. *Pesq. agropec. bras.* 26(5), 753-758.

Borloti, E. (2004). As relações verbais elementares e o processo autoclítico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(2), 221-236.

Bursztyn, M. (Org). (2000). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.

Brandalise, L. T., Bertolini, G. R. F., Rojo, C. A., Lesana, A. G. R., & Possamai, O. (2009). A percepção e o comportamento ambiental dos universitários em relação ao grau de educação ambiental. *Gest. Prod.*, 16(2), 273-285.

Brandão, C. R. (2002). *A educação como cultura*. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras.

Brasil, A.L. (2005). Lixo e cidadania: gestão e participação sócio-ambiental. In: Campos, J.O. & Braga, R. (Orgs.). *Gestão de resíduos: valorização e participação*. Rio Claro: LPM/IGCE/UNESP.

Brasil, (2003). I Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA). Educação e Cidadania Ambiental. *Ministério do Meio Ambiente*. Brasília/DF, MMA.

Brasil. *Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999*. Santa Maria de Jetibá, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 24 jun. 2012.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais*. Brasília: MEC/SEF.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2003). *Atlas do Desenvolvimento Humano* – PNUD. Brasília-DF.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo*. Brasília-DF.

Bruschini, M. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572.

Campos, R. H. de F. (1998). Psicologia social e direitos humanos. In: Souza, L. de, Freitas, M. F. Q., Rodrigues, M. M. P. (Orgs.). *Psicologia: reflexões (im) pertinentes*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Campos, L.M.S. et al. (2009). A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, 2(3), 4-16.

Campos-de-Carvalho, M. I., Cavalcante, S., & Nóbrega, L. M. A. (2011). Ambiente. In: Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Orgs.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Carmo, S. (2009). A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro. *Cadernos Ebape. Br*, 7(4).

Carone, I. (2004). Democracia e exclusão social In: Souza, L. & Trindade, Z. A. (orgs.). *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Capra, F. (2006). *A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.

Carvalho, I.C.M. (2001). Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2(2).

Carvalho, I. C. M. (2004). *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.

Carvalho, I. C. M. (2012). A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: Loureiro, C. F., Layrargues, P. P., & Castro, R. S. C. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. 7 ed. São Paulo: Cortez.

Catalão, V. L. (2003). *Educação ambiental, resíduos sólidos urbanos e sustentabilidade: um estudo de caso em Porto Alegre, RS*. Tese de Doutorado Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. (2011). São Paulo.

Chaves, M. P. S. R. & Rodrigues, D. C. B. (2006). Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 8(13), 99-106.

Corral-Verdugo, V. (2005). Psicologia ambiental: “Realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. *Psicologia USP*, 16 (1-2), 71-87.

Corrêa, R. L. (1995). A dimensão cultural do espaço: alguns temas. *Espaço e Cultura*.

Davera, T.S. (2008). Reciclagem de lixo, problema trabalhista ou solução social? *III Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação*, PUCRS.

Dejours, C. (1998). *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Demajorovic, J. (1995). Da política tradicional de tratamento do lixo à política de gestão de resíduos sólidos: as novas prioridades. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), 88-93.

Dias, G. F. (1991). Os quinze anos da educação ambiental no Brasil: um depoimento. *Em Aberto*, 10(49).

Dias, G.F. (2001). *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia.

Dias, G.F. (2006). *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. São Paulo: Gaia.

Dias, M. O. (2000). A família numa sociedade em mudança. Problemas e influencias recíprocas. *Gestão e Desenvolvimento*, 9, 81-102.

Encarnação, F. L. (2007). Educação ambiental: implicações epistemológicas de suas origens, fundamentos, características e seus rumos na atualidade sócio-educacional. *Revista Espaço Acadêmico*, 71(6). Disponível em: [HTTP: WWW.espaçoacadêmico.com.br/\[071\]71_encarnacao.htm](http://WWW.espaçoacadêmico.com.br/[071]71_encarnacao.htm)

Ferreira, A. B. (1999). *Dicionário Aurélio Eletrônico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Lexicon Informática CD-rom versão 3.0.

Fiorillo, C. A. P. (2007). *Curso de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Saraiva.

Fischer, G. N. (1994). *Psicologia social do ambiente*. São Paulo: Instituto Piaget.

Fundação Nacional de Saúde. (2011). Brasília-DF.

Gadotti, M. (2000). Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2), 3-11.

Giannotti, J. A. (1984). *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética de sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense.

Gomes, J. V. (1997). Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, 5(6), 53-62.

Gomes, D. V. (2006). Educação para o consumo ético e sustentável. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, (16), 1517-1256.

Gonçalves, J. A., Oliveira, F. G. de, & Silva, D. T. A. da. (2008). Dezoito anos catando papel em Belo Horizonte. *Estudos Avançados*, 22(63), 231-238.

Guimarães, N. A. (2004). Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: Abramo, H. W. & Branco, P. P. M. *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Instituto Cidadania e Editora Perseu Abramo.

Gugelmim, E. E., et al. (2003). Agenda 21 local no Brasil. In: Little, P. E. *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, IIEB.

Gunther, H. & Rozestraten, R. J. A. (2005). Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. *Laboratório de Psicologia Ambiental, Série: Textos de Psicologia Ambiental, (10)*.

Gunther, I. A. (2008). O uso da entrevista na interação pessoa-ambiente. In: Pinheiro, J. Q. & Gunther, H. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Gunther, I. A., Elali, G., & Pinheiro, J. Q. (2008). A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. In: Pinheiro, J. Q. & Gunther, H. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Granziera, M. L. M. (2011). *Direito ambiental*. São Paulo: Atlas.

Grecco, F. S. (2010). Etnografia do trabalho e cotidiano dos trabalhadores coletores de materiais recicláveis: um estudo sobre trabalho e vida dos trabalhadores da ACREPOM. *VII Seminário sobre trabalho*.

Grimberg, E. (2005). A política nacional de resíduos sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social. In: Campos, J.O. & Braga, R. (Orgs.) *Gestão de resíduos: valorização e participação*. Rio Claro: LPM/IGCE/UNESP.

Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-205.

Kruse, L. (2005). *Compreendendo o ambiente em psicologia ambiental*. Psicologia USP, 16(1-2), 41-46.

Layrargues, P. P. (2012). Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Loureiro, C. F., Layrargues, P. P., & Castro, R. S. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez.

Leff, E. (2001a). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Leff, E. (2001b). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

Leff, E. (2010). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.

Leff, E. (2012). *Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. São Paulo: Cortez.

Legaspe, R. L. (1996). *Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo. Um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Loureiro, F. B. (2011). Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: Loureiro, F. B., Layrargues, P. P., & Castro, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.

Magera, M.C. (2003). *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, SP: Átomo.

Manfrinato, J.W.S.; Martins, B.L. & Esguícero, F.J. (2007). Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos: um estudo da experiência no município de Lençóis Paulista. *Revista Gerenciais*, 6(2),137-146.

Martins, D.M.F. et al. (2008). Articulação interinstitucional na gestão do lixo para produção de energia: análise de uma experiência municipal de alcance global. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 2(1), p. 89-106.

Mello, M. B. (2004). Crianças catadoras e seus saberes: quando o contexto é o lixo. *Teias*, 5(9-10).

Miziara, R. (2008). Por uma história do lixo. *InterfaCEHS, Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, 3(1).

Moreira, H. & Caleffe, L. G. (2006). Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. Rio de Janeiro: DP&A.

Morin, E. (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 5.ed. São Paulo: Cortez.

Moscovici, S. (2007). O fenômeno das representações sociais. Em: *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2007). *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: Mauad: Instituto Gaia.

Moser, G. (2005). Psicologia ambiental e estudos pessoa-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? *Psicologia USP*, 16(1-1), 131-140.

Mucelin, C. A & Bellini, M. (2008). Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. *Sociedade e Natureza*, 20(1), 111-124.

Netto, G. F. (2009). Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6), 1972-1982.

Odum, O. P. (1988). *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Oliveira, N. A. S. (2006). A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, (16).

Oliveira, M. M. (2010). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis-RJ: Vozes.

Paugam, S. (2004). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Peralta, J. E., & Ruiz, J. R. (2010). Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: Leff, E. (Org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez.

Pereira, C., Torres, A.R.R., & Almeida, S.T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: influência de um discurso

justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 16(1), p. 95-107.

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: a busca de uma ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2).

Pinheiro, J. Q. (2005). O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais segundo grupos de pesquisa brasileiros. *Psicologia USP*, 16 (1-2), 103-113.

Pinheiro, J., Gunther, H., & Guzzo., R. S. L. (2006). Psicologia ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? In: GUNTHER, Harmut; Pinheiro, J. Q.; Guzzo, R. S. L. (orgs.). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com o seu ambiente*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Pinheiro, J. (2009). Metodologia para gerenciamento integrado dos resíduos sólidos da bacia da Estrada Nova do município de Belém (PA). *Estudos Tecnológicos*, 5(3), 313-33.

Pochmann, M. (2004). Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? *Educ. Soc.*, 25(87), 383-399.

Porto, M. F. S., Juncá, D. C. M., Gonçalves, R. S., & Filhote, M. I. F. (2004). Lix trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro. Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 20(6), 1503-1514.

Ribeiro, H., & Basen, G.R. (2007). Panorama da coleta seletiva no Brasil: desafios e perspectivas a partir de três estudos de caso. *InterfaCEHS, Revista de gestão Integrada em Saúde e Meio Ambiente*, 2(4).

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.

Sachsida, A., Loureiro, P. R. A., & Mendonça, M. J. C. (2004). Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil. *RBE*, 58(2), 249-265.

Santos, A. D. et al. (2003). O programa “Avança Brasil” e o plano plurianual 2000-2003: para onde vai o desenvolvimento sustentável? In: Little, P. E. *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, IIEB.

Santos, B. S. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Santos, D.M.J. (2008). Interfaces entre práticas de coleta seletiva do lixo e conceitos lefebvrianos: um estudo sobre a Pituba, Salvador-BA. *GeoTextos*, 4(1-2), 121-142.

Santos, A. R., Almeida Junior, H. C., & Eugenio, F. C. (2012). Evolução da cobertura florestal no município de Santa Maria de Jetibá-ES. *Floresta e Ambiente*, 19(3), 296-307.

Sawaia, B. (2004). Inclusão ou exclusão perversa? In: Sawaia (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Sennett, R. (2003). *Carne e pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. São Paulo: Record.

Sisinno, C.L.S. & Moreira, J.C. (1996). Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, Niterói, Brasil. *Caderno de Saúde Pública do rio de Janeiro*, 12(4), 515-523.

Sister, G. (2007). *Mercado de carbono e protocolo de Quioto: aspectos negociais e tributação*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Soares, F. G., Resende, M. C. F., Moura, C. S. M., Martins, P. H., & Junior, M. D. (2011). Situações de risco na percepção dos trabalhadores de um setor de serviço de limpeza. *XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Belo Horizonte-MG.

Sorrentino, M. (2011). Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: Loureiro, F. B., Layrargues, P. P., & Castro, R. S. (Orgs.). *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez.

Souza, E. B., et al. (2003). Desafios da gestão ambiental nos municípios. In: Little, P. E. *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, Brasília, DF, IIEB.

Spink, M. J. P. (2004). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.

Sposito, M. P. (1996). A produção política da sociedade. In: Martins, J. S. (Org.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo: HUCITEC.

Tressmann, I. (2005). *Da sala de estar á sala de baile- Estudos etnolinguísticos e comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Trindade, Z. A., Menandro, M. C. S., & Gianórdoli-Nascimento, I. (2007). Organização e interpretação de entrevistas: uma proposta de procedimento a partir da perspectiva fenomenológica. In: Rodrigues, M. M. P., Menandro, P. R. M. (Orgs.). *Lógicas metodológicas: trajetos de pesquisa em psicologia*. Vitória: GM Gráfica Editora.

Tristão, M. (2004). *A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes*. São Paulo: Annablume.

Tristão, M. (2007). Espaços-tempos de formação em educação ambiental. In: Guerra, A. F. S., Taglieber, J. E. (Orgs.). *Educação ambiental: fundamentos, práticas e desafios*. Itajaí: Univali.

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Varussa, R.J. (2006). Coleta seletiva e reciclagem: algumas reflexões a partir de Marechal Cândido Rondon-PR. *Espaço Plural*, (15).

Veiga, J. E. (2010). Indicadores de sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 34 (68).

Velloso, M. P. (2008). Os restos na história: percepção sobre resíduos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(6), 1953-1964.

Velloso, M.P. (2010). Da produção do lixo à transformação do resto. *Ciência e Saúde Coletiva*, 15(4), 2229-2240.

Véras, M. (2004). Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Villar, L. M., Almeida, J. L. V., Almeida, A. J., Souza, L. F. B., Lima, M. C. A., & Paula, V. S. (2008). A percepção ambiental entre os habitantes da região noroeste do estado do Rio de Janeiro. *Esc. Anna Nery Revista de Enfermagem*, 12 (3), 537-543.

Wanderley, M. B. (2004). Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Wendhausen, H. (2004). Lixo e cidadania: apontamentos para um diagnóstico sobre a Lixeira da Terra Dura. *XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre. INTERCOM.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Quadro teórico dos artigos investigados no estudo

Revisão de literatura dos trabalhadores com o lixo

REFERÊNCIA	PARTICIPANTES	METODOLOGIA	FOCO DA DISCUSSÃO	CONCEITO TEÓRICO
A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis— considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro – 2009.	Catadores cooperados em cooperativas do Rio de Janeiro.	Observação direta e entrevistas abertas e semi-estruturadas, durante dois anos.	A relação desses sujeitos com o poder público, atravessadores, coordenadores e geradores.	Os comportamentos em análise neste estudo estão relacionados à interação e à cooperação no trato de questões de natureza econômica e social. A teoria que embasa o estudo dos catadores é a proposta por Geertz (1989) na qual, a partir da observação e da articulação dos comportamentos em um dado contexto.
Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro, Brasil – 2004.	Trabalhadores que vivem da reciclagem de lixo.	Análise documental, entrevistas, diários de campo dos pesquisadores e questionários semi-abertos.	A saúde pública e os trabalhadores que vivem da reciclagem do lixo.	Não tem.
Os catadores do lixo na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental.	Catadores de lixo.	Entrevistas - não está claro se semi-estruturadas.	Como a prática da catação é compreendida pelo catador e pela sociedade – importância ambiental.	Exclusão - mas superficial.
Catador de Material Reciclável: Uma Profissão para Além da Sobrevivência? – 2006.	Catadores de material reciclável.	Entrevistas.	Relações de trabalho.	Não tem.
Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos – 2009.	Catadores de material reciclável.	Em forma de projeto reuniões e intervenções.	O trabalho e o olhar político do catador.	Não tem (aborda o trabalho de maneira geral).
Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo – 2009.	Catadores de lixo.	Revisão bibliográfica.	Saúde e ambiente.	Saúde e ambiente enquanto representação social.
Efeito da idade sobre a qualidade	Catadores de materiais	Questionário semi-	Saúde e trabalho.	Não tem.

de vida e saúde dos catadores de materiais recicláveis de uma associação em Governador Valadares, Minas Gerais, Brasil – 2009.	recicláveis.	estruturado.		
*A economia informal da reciclagem do Lixo de Porto Alegre e sua dimensão socioambiental – 2007.	Catadores de lixo.	Observação participante – narrativas.	Relação entre processo de trabalho dessas comunidades e alguns atores envolvidos neste processo, mas também nas representações e significados atribuídos a estes, vivenciados no cotidiano de trabalho com o lixo.	Não tem. Discorre sobre economia informal, desenvolvimento econômico e aspectos socioambientais.
O CINISMO DA RECICLAGEM:* o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental – 2002.	Abordagem teórica da educação ambiental e dos resíduos sólidos.	Estudo teórico.	Avaliação da atividade de educação ambiental com foco nos resíduos sólidos apoiados na legislação.	Forte apoio na legislação.
Reflexões sobre o mundo do trabalho: o meio Ambiente e a intensificação da categoria de Catadores de lixo - 2007	Catadores de lixo	Estudo teórico	Trabalho e meio ambiente.	Não tem.
Avaliação das condições de trabalho dos catadores da central de triagem de lixo do aterro sanitário de Cuiabá, MT – 2008.	Separadores de lixo de usina.	Entrevistas com aplicação de questionários – perícia ambiental.	Saúde, trabalho e meio ambiente.	Não tem.
Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, Niterói, Brasil – 1996.	Lixões e aterros.	Análise química.	Saúde e meio ambiente.	Não tem.
*Análise da organização e especialização dos catadores que atuam nos bairros	Catador.	Questionário e entrevistas.	Sociedade, catador e meio ambiente.	Não tem.

Vila Industrial e Jardim Esplanada, São José dos Campos, SP – 2008.				
Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos: um estudo da experiência no município de Lençóis Paulista – 2007.	Resíduos sólidos.	Estudo de caso.	Gestão de resíduos sólidos urbanos, degradação social.	Não tem.
Coleta Seletiva e Reciclagem algumas reflexões a partir de Marechal Cândido Rondon-PR – 2006.	Catador de material reciclável.	Relato de experiência.	Coleta seletiva e catador.	Não tem.
Inclusão social, cidadania, participação popular: catadores De quê? – 2005.	Catadores de materiais recicláveis.	Relato de experiência.	Sócio-econômicas e ambientais.	Não tem.
A realidade das famílias que sobrevivem do trabalho No lixão – SD.	Trabalhadores do lixão.	Descritiva.	Trabalho, consumo e vulnerabilidade social.	Não tem.
Interfaces entre práticas de coleta seletiva do lixo e conceitos lefebvrianos: um estudo sobre a Pituba, Salvador – BA – 2008.	Trabalhadores domésticos e moradores.	Entrevistas.	Avaliação do programa de reciclagem.	Não tem.
Reciclagem de lixo, problema trabalhista ou solução social? – 2008.	Catadores de materiais recicláveis.	Discussão de quatro encontros com o grupo de recicladores – entrevistas.	Saúde e educação ambiental.	Não tem.
Catadores de lixo que não é mais lixo: um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul – 2006.	Catadores de materiais recicláveis.	Dissertação de mestrado Entrevista semi-estruturada, observação participante, coleta de documentos.	Organização dos catadores, meio ambiente, inclusão social.	Não tem uma específica – aborda trabalho, organização e inclusão política e social e meio ambiente.
A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação	Catadores de lixo.	Descritiva e explicativa (questionário – ficha cadastral).	Gerenciamento estratégico no processo de reciclagem e na melhor forma de	Não tem.

socioeconômica – 2009.			utilizar esses recursos.	
Profissão perigo: percepção de risco à saúde entre os catadores do lixão de Jangurussu – 2007.	Catadores de lixo.	Observação livre e entrevistas não-estruturadas.	Trabalho, saúde e ambiente.	Não tem.
Os catadores de lixo e o processo de emancipação social – 2006.	Catador de materiais recicláveis.	Observação participante e entrevistas.	Organização de duas associações de catadores de materiais recicláveis.	Exclusão.
Da produção do lixo à transformação do resto – 2010.	Catador de materiais recicláveis.	Observação em cooperativa.	Trabalho do catador de lixo e o artista plástico.	Não tem.
Consciência ambiental e os catadores de lixo do Lixão da cidade do Carpina-PE – 2007.	Catadores do lixão.	Questionário investigativo de perguntas abertas.	Conhecer a consciência ambiental.	Não tem.
Para ler o lixo: alfabetização de catadores de materiais Recicláveis no município de São Paulo – SD.	Catador de materiais recicláveis.	Pesquisa etnográfica: observação participante, confecção de um diário de campo, realização de entrevistas e registro imagético.	Verificação do processo de alfabetização de catadores de materiais recicláveis.	Letramento e escrita e educação ambiental.
Uma leitura bourdiana do “jogo do lixo” – 2009.	Catadores de materiais recicláveis.	Observação das práticas cotidianas.	Jogo da Reciclagem.	Teoria de Bourdieu.
Mais que sobras e sobranes: trajetórias de sujeitos do lixo – 2004.	Catadores de materiais recicláveis.	Pesquisa exploratória – observações diretas, diário de campo, entrevistas.	Trabalho, saúde, vida.	Exclusão/inclusão.
Implantação da coleta seletiva e reintegração social dos catadores de materiais recicláveis: Cenários do município de ouro preto, minas gerais – SD.	Catadores de lixo.	Relato de experiência.	Reintegração dos catadores de lixo – implantação de coleta seletiva.	Não tem.

Avaliação do potencial de risco para a saúde da disposição inadequada dos resíduos sólidos – SD.	Usinas de lixo.	Pesquisa bibliográfica, análise química.	Resíduos sólidos, saúde.	Não tem.
Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE – 2002.	Catadores de lixo.	Entrevistas e relatos.	Política de resíduos sólidos, cidadania.	Não tem.
Reciclagem do lixo urbano: nova forma de Reprodução do capital Uma análise crítica sobre o desenvolvimento da Cadeia produtiva da reciclagem no entorno do Aterro metropolitano de jardim gramacho – SD.	Reciclagem de lixo e a acumulação de capital.	Não descreve.	Reciclagem de lixo, capitalismo.	Não tem.
Etnografia do trabalho e cotidiano dos trabalhadores Coletores de materiais recicláveis - um estudo sobre trabalho e Vida dos trabalhadores da ACREPOM – SD.	Catadores de materiais recicláveis.	Observação, entrevistas.	Organização da produção, jornada de trabalho, salário, saúde, qualificação, perspectivas profissionais.	Não tem.
Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo 1980/1999) – 2004.	Catadores de materiais recicláveis.	Entrevistas.	Trabalho formal e informal, exclusão.	Não tem.
Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS – 2009.	Catadores de materiais recicláveis.	Questionário.	Perfil dos catadores.	Não tem.
Desafios para uma educação ambiental frente às questões Sociais: o	Catadores do lixo.	Estudo bibliográfico, levantamento histórico da comunidade,	Educação ambiental.	Não tem.

caso do lixão do Carpina-PE.		entrevistas.		
Pobreza e desenvolvimento humano: estratégias globais – 2007.	Não tem.	Estudo teórico.	Pobreza, exclusão, estratégias globais.	Não tem.
Lixo e Cidadania: Apontamentos para um Diagnóstico Socioeconômico sobre a Lixeira de Terra Dura – SD.	Não tem.	Relato de experiência.	Educação ambiental.	Não tem.
Catadores de materiais recicláveis em Uberlândia - MG, Brasil: estudo e recenseamento – 2007.	Catadores de materiais recicláveis.	Censo socioeconômico – questionário.	Conhecer as condições socioeconômicas das famílias dos catadores.	Não tem.
A voz dos catadores de lixo em sua luta pela sobrevivência - 2005.	Catadores de lixo.	História oral.	Vida pessoal, atividade de catação e organização dos catadores.	Exclusão social.
Metamorfosis laboral y reciclaje – 2009.	Catadores de resíduos.	Análise bibliográfica, observações.	Desvalorização do trabalho.	Não tem.
Responsabilidade sócio-ambiental: Referência na reciclagem, mas e a questão social? – 2007.	Catadores de resíduos.	Pesquisa de campo – entrevistas.	Trabalho, desvalorização, valorização, meio ambiente.	Não tem.
Trabalho, solidariedade e autonomia: a associação de catadores de material reciclável de São João Del Rei. 2004	Catadores de material reciclável.	Pesquisa ação participante.	Organização do grupo de catadores em um empreendimento solidário.	Educação popular, sociologia, psicossociologia e psicologia social.
História de vida e exclusão social: os catadores de lixo reciclável em Ijuí.	Catadores de lixo reciclável.	História oral.	Conhecer as relações que permeiam o cotidiano e a origem da exclusão.	Exclusão social.
Catadoras-recicladoras na região metropolitana de Porto Alegre: organização do trabalho e identidade	Catadoras de material reciclável.	Observação e entrevistas.	Organização do trabalho e identidade ocupacional.	Trabalho e identidade.

ocupacional.				
Entre a igualdade e a distinção: lutas por reconhecimento na modernidade periférica. 2007	Catadores de material reciclável.	Pesquisa bibliográfica e entrevistas.	Tensões e ambigüidades que marcam as lutas por reconhecimento social.	Trabalho, direitos e lutas sociais.
Inclusão social, resíduos e reciclagem: uma ação transdisciplinar em busca da sustentabilidade.	Trabalhadores de resíduos e poder público.	Pesquisa transdisciplinar.	Análise de um sistema de gestão ambiental de Porto Alegre.	Trabalho, natureza e sociedade.
As representações construídas pelos catadores de materiais recicláveis. 2006	Catadores de materiais recicláveis.	Entrevistas.	Conhecer as representações sociais construídas pelos catadores de materiais recicláveis acerca do seu trabalho, suas estratégias defensivas junto às relações de trabalho e à vida psíquica	Teoria das representações sociais.
Coletores de lixo e enteroparasitoses: o papel das representações sociais em suas atitudes preventivas. 2006	Coletores de lixo.	Questionários e entrevistas.	Investigar a prevalência de enteroparasitoses em coletores de lixo e conhecer suas representações sociais sobre as condições de trabalho e sobre os riscos que sua atividade profissional pode oferecer no que diz respeito às enteroparasitoses.	Teoria das representações sociais.
Desregulamentação do trabalho e desregulação da atividade: o caso da terceirização da limpeza urbana e o trabalho dos garis. 2009	Garis.	Análise ergonômica do trabalho.	Como a desregulamentação das relações de trabalho que acompanham a terceirização dos serviços de limpeza urbana pode levar ao adoecimento ou aumentar os agravos à saúde dos garis terceirizados.	Não tem.

Pedagogia da terra e cultura da sustentabilidade. 2005	Análise teórica a respeito de sustentabilidade.	Revisão bibliográfica.	Reflexão sobre os grandes problemas que se colocam aos seres humanos nas sociedades atuais	Natureza e sociedade.
Prudência ecológica: solidariedade, mobilização social e vontade política para enfrentar as seqüelas da sociedade do desperdício.	Não tem.	Análise crítica	O caminho da opulência à prudência ecológica passa, portanto, pela solidariedade, mobilização social e vontade política dos gestores públicos	Cidadania e natureza.
Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. 2009	Catadores de lixo.	Revisão bibliográfica.	Problemática ambiental da produção e da geração de resíduos sólidos urbanos, destacando o conceito de saúde e de ambiente enquanto representação social	Teoria das representações sociais.
Capitalismo contemporâneo e meio ambiente: as indústrias de reciclagem, o trabalho dos catadores de lixo e a ação do estado.	Indústria da reciclagem, catadores de lixo e poder público.	Observação empírica.	O nosso universo temático e empírico volta-se para a indústria de reciclagem, para os trabalhadores da rua que coletam, beneficiam e vendem os materiais recicláveis e para a ação do Estado, materializada nos órgãos de controle ambiental e de limpeza urbana em Pernambuco.	Não tem.
Do lixo à cidadania – catadores: de problema social à questão socioambiental. 2007	Catadores de material reciclável.	Análise do Fórum Lixo & Cidadania.	Compreensão do Fórum Lixo & Cidadania enquanto uma inovação institucional no campo da produção de políticas públicas de resíduos sólidos urbanos, procurando apontar alguns elementos para uma agenda de pesquisa que	Não tem.

			procure identificar se tal instância tem contribuído de forma <i>efetiva</i> para a formulação e implementação de políticas públicas de caráter inclusivo	
Catadores de materiais recicláveis: aspectos sócio econômicos e percepção ambiental.	Catadores de material reciclável.	Dados sócio econômicos e percepção ambiental através de entrevista estruturada.	Os aspectos sócio-econômicos e a percepção ambiental dos catadores de material reciclado do Aterro da Muribeca em Pernambuco.	Não tem.
De lixo a bricolagem. 2004	Moradores de rua e catadores de lixo.	Artigo teórico.	Destaca a vida na rua, as muitas facetas da vida da rua, a sucata como reinvenção de coisas.	Não tem.
O movimento de potência-impotência de ação de catadores de material reciclável: o diálogo com a assessoria. 2007	Catadores de material reciclável.	Pesquisa com catadores.	Pesquisa realizada com catadores de material reciclável de Criciúma-SC durante o processo de constituição e consolidação de sua associação, a RECESC. Tal processo, mediado pela atuação de uma equipe de assessoria interdisciplinar vinculada a uma universidade da região sul do Brasil, revelou-se complexo e multifacetado, uma vez que outros setores da sociedade, entre outros a Prefeitura Municipal e a proposta de um vereador para os catadores locais, apresentavam referenciais diferentes em relação ao projeto de autogestão da RECESC.	Não tem.

Consciência ambiental e os catadores de lixo do Lixão da cidade do Carpina-PE. 2007	Catadores de lixo, secretaria de assistência social e um atravessador.	Questionário investigativo, de linguagem simplificada e apresentado oralmente pelas pesquisadoras.	Conhecer a consciência ambiental dos catadores.	Educação ambiental.
Percepções e perfil dos catadores de materiais recicláveis de uma cidade do RS.	Catadores de materiais recicláveis.	Pesquisa quantitativa descritiva.	Apreender percepções e traçar o perfil de catadores, numa cidade da Fronteira-Oeste do RS.	Natureza e sociedade.
A realidade das famílias que sobrevivem do trabalho No lixão. 2006	Catadores de lixo.	Pesquisa participante.	Analisar a realidade das famílias que sobrevivem do trabalho no lixão de Presidente Prudente. Rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho, bem como o aumento do consumismo, que influencia diretamente nesta demanda.	Natureza e sociedade.

APÊNDICE B

Quadro teórico dos artigos investigados em Psicologia Ambiental

Nº artigo	Título do artigo
Artigo 1	Pinheiro, J. Q.. (2005). O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais segundo grupos de pesquisa brasileiros. <i>Psicologia USP</i> , 16 (1-2), 103-113.
Artigo 2	Rabinovich, E. P. (2005). Por uma psicologia ambiental das diferenças. <i>Psicologia USP</i> , 16(1-2), 119-127.
Artigo 3	Gunther, H. & Rozestraten, R. J. (2005). A. Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino. <i>Laboratório de Psicologia Ambiental, Série: Textos de Psicologia Ambiental</i> , n 10.
Artigo 4	Tassara, E. T. O. (2005). Psicologia ambiental e futuro: reflexões geopolíticas sobre política ambiental. <i>Psicologia USP</i> , 16(1-2), 261-267.
Artigo 5	Corral-Verdugo, V. (2005). Psicologia ambiental: “Realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. <i>Psicologia USP</i> , 16 (1-2), 71-87.
Artigo 6	Freire, J. C. & Vieira, E. M. (2006). Uma escuta ética de psicologia ambiental. <i>Psicologia & Sociedade</i> , 18 (2): 32-37, mai.ago.
Artigo 7	Kruse, L. (2005). Compreendendo o ambiente em psicologia ambiental. <i>Psicologia USP</i> , 16(1-2), 41-46.
Artigo 8	Pinheiro. J. Q. (1997). Psicologia ambiental: a busca de uma ambiente melhor. <i>Estudos de Psicologia</i> , 2(2), 377-398.
Artigo 9	Moser. G. (2005). Psicologia ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? <i>Psicologia USP</i> , 16(1-1), 131-140.
Artigo 10	Díaz, E. M. (2005). Uma exploração da especificidade e interdisciplinaridade metodológica em psicologia ambiental. <i>Psicologia USP</i> , 16(1-2), 141-154.
Artigo 11	Gunther, H. (2005). A psicologia ambiental no campo interdisciplinar de conhecimento. <i>Psicologia USP</i> , 16(1/2), 179-183
Artigo 12	Ornstein, S. W. (2005). Arquitetura, urbanismo e psicologia ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. <i>Psicologia USP</i> , 16(1/2), 155-165.
Artigo 13	Thibaud, J. P. (2005). Psicologia ambiental e política ambiental. <i>Psicologia USP</i> , 16(1-2), 189-194.

	estratégias de construção do futuro. <i>Psicologia USP</i> , 16(1/2), 205-212
Artigo 14	Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia Ambiental: espaços construídos, problemas ambientais, sustentabilidade. <i>Estudos de Psicologia</i> , 8(2), 209-213.
Artigo 15	Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: origens, fundamentos e áreas de intervenção. <i>Análise Psicológica</i> , 3 (XV): 375-388.
Artigo 16	Freire, J. C., & Vieira, E. M., (2006). Uma escuta ética de psicologia ambiental. <i>Psicologia & Sociedade</i> ; 18 (2): 32-37; mai./ago.
Livro 1	Cavalcante, S. & Elali, G. A. (Orgs.). (2011). Temas básicos em psicologia ambiental. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
Livro 2	Campos, R. H. de F. (Org.). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis-RJ: Editora Vozes.
Livro 3	Gunther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo, R. S. L. (2006). Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente. Campinas-SP: Alínea.
Livro 4	Hess, A. F. (2011). Psicologia ambiental. Rio de Janeiro: Interciência.

APÊNDICE C

Roteiro da entrevista realizada com os agentes ambientais

Instrumento utilizado para nortear a entrevista semi-estruturada com os agentes ambientais

- 1) O que o seu trabalho significa para você?
- 2) Você se sente valorizado(a) nesse trabalho?
- 3) O que a palavra profissão significa para você?

Exemplo norteador da pergunta: Se você fosse fazer uma compra em uma loja, qual profissão você colocaria na ficha de cadastro da loja?

- 4) Você acredita que quem trabalha com a limpeza de ruas (água e esgoto, lixo, catação, usina de separação de lixo) sofre preconceito?

Exemplo norteador da pergunta: Você já sentiu que foi discriminado (a) em algum estabelecimento (bancos, supermercado, local de trabalho, vizinhos)?

- 5) Você acha que teve oportunidades ao longo da sua vida?

Exemplo norteador da pergunta: Você já teve outras oportunidades de emprego, passou em algum concurso?

- 6) Você acredita que se tivesse estudado teria mudado alguma coisa na sua vida?
- 7) O que o seu trabalho tem a ver com o meio ambiente?

Exemplo norteador da pergunta: Quando você varre, limpa, recolhe você está fazendo com que a cidade fique mais limpa, menos lixo seja jogado fora.

Você acha que está ajudando a preservar o meio ambiente?

8) Você acha que as pessoas estão tendo mais consciência ambiental?

Exemplo norteador da pergunta: quando você está varrendo ou recolhendo lixo na rua, separando na usina, ou passando com o caminhão para a coleta de lixo, você acha que as pessoas estão tendo mais cuidados com o descarte do lixo, cuidam para não colocar garrafas, lâmpadas quebradas junto com o lixo seco ou comida?

9) As suas atitudes em relação a questão ambiental mudaram depois que você começou a trabalhar com ...

Exemplo norteador da pergunta: Você percebeu se as atitudes que você tinha, como jogar lixo no chão, não separar o lixo em casa, não reaproveitar o que se pode mudou depois que você começou a trabalhar com o lixo?

10) Você considera o seu trabalho importante para a preservação do meio ambiente?

Exemplo norteador da pergunta: Você acredita que quando você varre, recolhe o lixo, vende para a reciclagem, desentope bueiros, você está contribuindo para preservar o meio ambiente?

11) Você considera importante preservar o meio ambiente? Porque?

12) Você recebeu algum curso sobre os cuidados que se deve ter para evitar acidentes no trabalho, ou como proceder em caso de acidente?

13) Quais os equipamentos de segurança você utiliza para desempenhar o seu trabalho?

14) Você compreende quando as pessoas (TV, jornal) falam que é importante preservar o meio ambiente?

APÊNDICE D
Roteiro do questionário sócio econômico aplicado aos agentes ambientais

Dados sócio econômicos dos agentes ambientais

Nome:
Cidade:
Telefone ou forma de contato:
Idade:
Mora com a família? sim () não () Quantas pessoas
Tem filhos? sim () não () quantos
Estão na escola?
É alfabetizado? sim () não ()
Escolaridade:
Há quanto tempo trabalha na...
Teve outra ocupação anterior? sim () não ()
Qual?
Era emprego com carteira assinada?

ANEXO A
Lei 12.305 de 02 de Agosto de 2010 da Política Nacional dos Resíduos
Sólidos

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.

Regulamento

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1º Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2º Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2º Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta [Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000](#), as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição

final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras;

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVIII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XIX - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades previstas no [art. 7º da Lei nº 11.445, de 2007.](#)

TÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 4º A Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Art. 5º A Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela [Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999](#), com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela [Lei nº 11.445, de 2007](#), e com a [Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005](#).

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 6º São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS

Art. 8º São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - os planos de resíduos sólidos;

II - os inventários e o sistema declaratório anual de resíduos sólidos;

III - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

VII - a pesquisa científica e tecnológica;

VIII - a educação ambiental;

IX - os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;

X - o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

XI - o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir);

XII - o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa);

XIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde;

XIV - os órgãos colegiados municipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

XV - o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos;

XVI - os acordos setoriais;

XVII - no que couber, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre eles: a) os padrões de qualidade ambiental;

b) o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

c) o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

d) a avaliação de impactos ambientais;

e) o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima);

f) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - os termos de compromisso e os termos de ajustamento de conduta; XIX - o incentivo à adoção de consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

TÍTULO III

DAS DIRETRIZES APLICÁVEIS AOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade

técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 10. Incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.

Art. 11. Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos Estados:

I - promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, nos termos da lei complementar estadual prevista no [§ 3º do art. 25 da Constituição Federal](#);

II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão estadual do Sisnama.

Parágrafo único. A atuação do Estado na forma do **caput** deve apoiar e priorizar as iniciativas do Município de soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais Municípios.

Art. 12. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.

Parágrafo único. Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento.

Art. 13. Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;

- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;
- k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

II - quanto à periculosidade:

a) resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea “a”.

Parágrafo único. Respeitado o disposto no art. 20, os resíduos referidos na alínea “d” do inciso I do **caput**, se caracterizados como não perigosos, podem, em razão de sua natureza, composição ou volume, ser equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal.

CAPÍTULO II

DOS PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 14. São planos de resíduos sólidos:

I - o Plano Nacional de Resíduos Sólidos;

II - os planos estaduais de resíduos sólidos;

III - os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas;

IV - os planos intermunicipais de resíduos sólidos;

V - os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos;

VI - os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. É assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na [Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003](#), e no [art. 47 da Lei nº 11.445, de 2007](#).

Seção II

Do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Art. 15. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência por prazo indeterminado e horizonte de 20 (vinte) anos, a ser atualizado a cada 4 (quatro) anos, tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação atual dos resíduos sólidos;

II - proposição de cenários, incluindo tendências internacionais e macroeconômicas;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos da União, para a obtenção de seu aval ou para o acesso a recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade federal, quando destinados a ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos das regiões integradas de desenvolvimento instituídas por lei complementar, bem como para as áreas de especial interesse turístico;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos;

XI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito nacional, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

Seção III

Dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos

Art. 16. A elaboração de plano estadual de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para os Estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. [\(Vigência\)](#)

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Estados que instituírem microrregiões, consoante o [§ 3º do art. 25 da Constituição Federal](#), para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, as microrregiões instituídas conforme previsto no § 1º abrangem atividades de coleta seletiva, recuperação e reciclagem, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, a gestão de resíduos de construção civil, de serviços de transporte, de serviços de saúde, agrossilvopastoris ou outros resíduos, de acordo com as peculiaridades microrregionais.

Art. 17. O plano estadual de resíduos sólidos será elaborado para vigência por prazo indeterminado, abrangendo todo o território do Estado, com horizonte de atuação de 20 (vinte) anos e revisões a cada 4 (quatro) anos, e tendo como conteúdo mínimo:

I - diagnóstico, incluída a identificação dos principais fluxos de resíduos no Estado e seus impactos socioeconômicos e ambientais;

II - proposição de cenários;

III - metas de redução, reutilização, reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de resíduos e rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

IV - metas para o aproveitamento energético dos gases gerados nas unidades de disposição final de resíduos sólidos;

V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

VI - programas, projetos e ações para o atendimento das metas previstas;

VII - normas e condicionantes técnicas para o acesso a recursos do Estado, para a obtenção de seu aval ou para o acesso de recursos administrados, direta ou indiretamente, por entidade estadual, quando destinados às ações e programas de interesse dos resíduos sólidos;

VIII - medidas para incentivar e viabilizar a gestão consorciada ou compartilhada dos resíduos sólidos;

IX - diretrizes para o planejamento e demais atividades de gestão de resíduos sólidos de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

X - normas e diretrizes para a disposição final de rejeitos e, quando couber, de resíduos, respeitadas as disposições estabelecidas em âmbito nacional;

XI - previsão, em conformidade com os demais instrumentos de planejamento territorial, especialmente o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento costeiro, de:

a) zonas favoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos;

b) áreas degradadas em razão de disposição inadequada de resíduos sólidos ou rejeitos a serem objeto de recuperação ambiental;

XII - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

§ 1º Além do plano estadual de resíduos sólidos, os Estados poderão elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

§ 2º A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1º, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

§ 3º Respeitada a responsabilidade dos geradores nos termos desta Lei, o plano microrregional de resíduos sólidos deve atender ao previsto para o plano estadual e estabelecer soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos.

Seção IV

Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. ([Vigência](#))

§ 1º Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 2º Serão estabelecidas em regulamento normas complementares sobre o acesso aos recursos da União na forma deste artigo.

Art. 19. O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o [§ 1º do art. 182 da Constituição Federal](#) e o zoneamento ambiental, se houver;

III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;

VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;

IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a [Lei nº 11.445, de 2007](#);

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

§ 1º O plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no [art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007](#), respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do **caput** observado o disposto no § 2º, todos deste artigo.

§ 2º Para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica a Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação.

§ 4º A existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama.

§ 5º Na definição de responsabilidades na forma do inciso VIII do **caput** deste artigo, é vedado atribuir ao serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a realização de etapas do gerenciamento dos resíduos a que se refere o art. 20 em desacordo com a respectiva licença ambiental ou com normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS.

§ 6º Além do disposto nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos.

§ 7º O conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento.

§ 8º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

§ 9º Nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do **caput** deste artigo, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Seção V

Do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Art. 20. Estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos:

I - os geradores de resíduos sólidos previstos nas alíneas “e”, “f”, “g” e “k” do inciso I do art. 13;

II - os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços que:

a) gerem resíduos perigosos;

b) gerem resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal;

III - as empresas de construção civil, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama;

IV - os responsáveis pelos terminais e outras instalações referidas na alínea “j” do inciso I do art. 13 e, nos termos do regulamento ou de normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e, se couber, do SNVS, as empresas de transporte;

V - os responsáveis por atividades agrossilvopastoris, se exigido pelo órgão competente do Sisnama, do SNVS ou do Suasa.

Parágrafo único. Observado o disposto no Capítulo IV deste Título, serão estabelecidas por regulamento exigências específicas relativas ao plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

Art. 21. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

III - observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa e, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

a) explicitação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

b) definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade do gerador;

IV - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

V - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VI - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, à reutilização e reciclagem;

VII - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, na forma do art. 31;

VIII - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

IX - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença de operação a cargo dos órgãos do Sisnama.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos sólidos atenderá ao disposto no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos do respectivo Município, sem prejuízo das normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa.

§ 2º A inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não obsta a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 3º Serão estabelecidos em regulamento:

I - normas sobre a exigibilidade e o conteúdo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos relativo à atuação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - critérios e procedimentos simplificados para apresentação dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos para microempresas e empresas de pequeno porte, assim consideradas as definidas nos [incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), desde que as atividades por elas desenvolvidas não gerem resíduos perigosos.

Art. 22. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.

Art. 23. Os responsáveis por plano de gerenciamento de resíduos sólidos manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente, ao órgão licenciador do Sisnama e a outras autoridades, informações completas sobre a implementação e a operacionalização do plano sob sua responsabilidade.

§ 1º Para a consecução do disposto no **caput**, sem prejuízo de outras exigências cabíveis por parte das autoridades, será implementado sistema declaratório com periodicidade, no mínimo, anual, na forma do regulamento.

§ 2º As informações referidas no **caput** serão repassadas pelos órgãos públicos ao Sinir, na forma do regulamento.

Art. 24. O plano de gerenciamento de resíduos sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental referido no § 1º a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, em especial quanto à disposição final ambientalmente adequada de rejeitos.

CAPÍTULO III

DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 25. O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 26. O titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a [Lei nº 11.445, de 2007](#), e as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. 27. As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24.

§ 1º A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

§ 2º Nos casos abrangidos pelo art. 20, as etapas sob responsabilidade do gerador que forem realizadas pelo poder público serão devidamente

remuneradas pelas pessoas físicas ou jurídicas responsáveis, observado o disposto no § 5º do art. 19.

Art. 28. O gerador de resíduos sólidos domiciliares tem cessada sua responsabilidade pelos resíduos com a disponibilização adequada para a coleta ou, nos casos abrangidos pelo art. 33, com a devolução.

Art. 29. Cabe ao poder público atuar, subsidiariamente, com vistas a minimizar ou cessar o dano, logo que tome conhecimento de evento lesivo ao meio ambiente ou à saúde pública relacionado ao gerenciamento de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo dano ressarcirão integralmente o poder público pelos gastos decorrentes das ações empreendidas na forma do **caput**.

Seção II

Da Responsabilidade Compartilhada

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

I - compatibilizar interesses entre os agentes econômicos e sociais e os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, desenvolvendo estratégias sustentáveis;

II - promover o aproveitamento de resíduos sólidos, direcionando-os para a sua cadeia produtiva ou para outras cadeias produtivas;

III - reduzir a geração de resíduos sólidos, o desperdício de materiais, a poluição e os danos ambientais;

IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade;

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade;

VII - incentivar as boas práticas de responsabilidade socioambiental.

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:

a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

b) cuja fabricação e uso gerem a menor quantidade de resíduos sólidos possível;

II - divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos;

III - recolhimento dos produtos e dos resíduos remanescentes após o uso, assim como sua subsequente destinação final ambientalmente adequada, no caso de produtos objeto de sistema de logística reversa na forma do art. 33;

IV - compromisso de, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município, participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, no caso de produtos ainda não inclusos no sistema de logística reversa.

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.

§ 1º Cabe aos respectivos responsáveis assegurar que as embalagens sejam:

I - restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização do produto;

II - projetadas de forma a serem reutilizadas de maneira tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contêm;

III - recicladas, se a reutilização não for possível.

§ 2º O regulamento disporá sobre os casos em que, por razões de ordem técnica ou econômica, não seja viável a aplicação do disposto no **caput**.

§ 3º É responsável pelo atendimento do disposto neste artigo todo aquele que:

I - manufatura embalagens ou fornece materiais para a fabricação de embalagens;

II - coloca em circulação embalagens, materiais para a fabricação de embalagens ou produtos embalados, em qualquer fase da cadeia de comércio.

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

§ 1º Na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, os sistemas previstos no **caput** serão estendidos a produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro, e aos demais produtos e embalagens, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 2º A definição dos produtos e embalagens a que se refere o § 1º considerará a viabilidade técnica e econômica da logística reversa, bem como o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados.

§ 3º Sem prejuízo de exigências específicas fixadas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS, ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial, cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do **caput** e o § 1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas:

I - implantar procedimentos de compra de produtos ou embalagens usados;

II - disponibilizar postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis;

III - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º.

§ 4º Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos I a VI do **caput**, e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa, na forma do § 1º.

§ 5º Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 3º e 4º.

§ 6º Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e às embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do Sisnama e, se houver, pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

§ 7º Se o titular do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por acordo setorial ou termo de compromisso firmado com o setor empresarial, encarregar-se de atividades de responsabilidade dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes nos sistemas de logística reversa dos produtos e embalagens a que se refere este artigo, as ações do poder público serão devidamente remuneradas, na forma previamente acordada entre as partes.

§ 8º Com exceção dos consumidores, todos os participantes dos sistemas de logística reversa manterão atualizadas e disponíveis ao órgão municipal competente e a outras autoridades informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Art. 34. Os acordos setoriais ou termos de compromisso referidos no inciso IV do **caput** do art. 31 e no § 1º do art. 33 podem ter abrangência nacional, regional, estadual ou municipal.

§ 1º Os acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional têm prevalência sobre os firmados em âmbito regional ou estadual, e estes sobre os firmados em âmbito municipal.

§ 2º Na aplicação de regras concorrentes consoante o § 1º, os acordos firmados com menor abrangência geográfica podem ampliar, mas não abrandar, as medidas de proteção ambiental constantes nos acordos setoriais e termos de compromisso firmados com maior abrangência geográfica.

Art. 35. Sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos e na aplicação do art. 33, os consumidores são obrigados a:

I - acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados;

II - disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução.

Parágrafo único. O poder público municipal pode instituir incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no **caput**, na forma de lei municipal.

Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do [inciso XXVII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.](#)

CAPÍTULO IV

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 37. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

Art. 38. As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

§ 1º O cadastro previsto no **caput** será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta pelas autoridades federais, estaduais e municipais.

§ 2º Para o cadastramento, as pessoas jurídicas referidas no **caput** necessitam contar com responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado, cujos dados serão mantidos atualizados no cadastro.

§ 3º O cadastro a que se refere o **caput** é parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e do Sistema de Informações previsto no art. 12.

Art. 39. As pessoas jurídicas referidas no art. 38 são obrigadas a elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, observado o conteúdo mínimo estabelecido no art. 21 e demais exigências previstas em regulamento ou em normas técnicas.

§ 1º O plano de gerenciamento de resíduos perigosos a que se refere o **caput** poderá estar inserido no plano de gerenciamento de resíduos a que se refere o art. 20.

§ 2º Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 38:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano previsto no **caput**;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 3º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 4º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no **caput** serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

Art. 40. No licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que operem com resíduos perigosos, o órgão licenciador do Sisnama pode exigir a contratação de seguro de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública, observadas as regras sobre cobertura e os limites máximos de contratação fixados em regulamento.

Parágrafo único. O disposto no **caput** considerará o porte da empresa, conforme regulamento.

Art. 41. Sem prejuízo das iniciativas de outras esferas governamentais, o Governo Federal deve estruturar e manter instrumentos e atividades voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs.

Parágrafo único. Se, após descontaminação de sítio órfão realizada com recursos do Governo Federal ou de outro ente da Federação, forem identificados os responsáveis pela contaminação, estes ressarcirão integralmente o valor empregado ao poder público.

CAPÍTULO V

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;

II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;

III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do **caput** do art. 11, regional;

V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;

VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;

VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Art. 43. No fomento ou na concessão de incentivos creditícios destinados a atender diretrizes desta Lei, as instituições oficiais de crédito podem estabelecer critérios diferenciados de acesso dos beneficiários aos créditos do Sistema Financeiro Nacional para investimentos produtivos.

Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:

I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território nacional;

II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;

III - empresas dedicadas à limpeza urbana e a atividades a ela relacionadas.

Art. 45. Os consórcios públicos constituídos, nos termos da [Lei nº 11.107, de 2005](#), com o objetivo de viabilizar a descentralização e a prestação de serviços públicos que envolvam resíduos sólidos, têm prioridade na obtenção dos incentivos instituídos pelo Governo Federal.

Art. 46. O atendimento ao disposto neste Capítulo será efetivado em consonância com a [Lei Complementar nº 101, de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), bem como com as diretrizes e objetivos do

respectivo plano plurianual, as metas e as prioridades fixadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e no limite das disponibilidades propiciadas pelas leis orçamentárias anuais.

CAPÍTULO VI

DAS PROIBIÇÕES

Art. 47. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- II - lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- IV - outras formas vedadas pelo poder público.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do **caput**.

Art. 48. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

- I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;
- II - catação, observado o disposto no inciso V do art. 17;
- III - criação de animais domésticos;
- IV - fixação de habitações temporárias ou permanentes;
- V - outras atividades vedadas pelo poder público.

Art. 49. É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 50. A inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 51. Sem prejuízo da obrigação de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados, a ação ou omissão das pessoas físicas ou jurídicas que importe inobservância aos preceitos desta Lei ou de seu regulamento sujeita os infratores às sanções previstas em lei, em especial às fixadas na [Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998](#), que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, e em seu regulamento.

Art. 52. A observância do disposto no **caput** do art. 23 e no § 2º do art. 39 desta Lei é considerada obrigação de relevante interesse ambiental para efeitos do [art. 68 da Lei nº 9.605, de 1998](#), sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis nas esferas penal e administrativa.

Art. 53. O § 1º do art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

[“Art. 56.](#) ”

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - abandona os produtos ou substâncias referidos no **caput** ou os utiliza em desacordo com as normas ambientais ou de segurança;

II - manipula, acondiciona, armazena, coleta, transporta, reutiliza, recicla ou dá destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da estabelecida em lei ou regulamento.

.....” (NR)

Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, observado o disposto no § 1º do art. 9º, deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 55. O disposto nos [arts. 16](#) e [18](#) entra em vigor 2 (dois) anos após a data de publicação desta Lei.

Art. 56. A logística reversa relativa aos produtos de que tratam os incisos V e VI do **caput** do art. 33 será implementada progressivamente segundo cronograma estabelecido em regulamento.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de agosto de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Rafael Thomaz Favetti

Guido Mantega

José Gomes Temporão

Miguel Jorge

Izabella Mônica Vieira Teixeira

João Reis Santana Filho

Marcio Fortes de Almeida

Alexandre Rocha Santos Padilha

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.8.2010

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

[LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.](#)

[Mensagem de Veto](#)
[Regulamento](#)

Dispõe sobre a educação ambiental,
institui a Política Nacional de Educação
Ambiental e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 6º É instituída a Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação.

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

§ 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:

I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;

II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;

III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;

IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

§ 3º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 14. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação desta Lei.

Art. 15. São atribuições do órgão gestor:

I - definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional;

II - articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional;

III - participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental.

Art. 16. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 17. A eleição de planos e programas, para fins de alocação de recursos públicos vinculados à Política Nacional de Educação Ambiental, deve ser realizada levando-se em conta os seguintes critérios:

I - conformidade com os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental;

II - prioridade dos órgãos integrantes do Sisnama e do Sistema Nacional de Educação;

III - economicidade, medida pela relação entre a magnitude dos recursos a alocar e o retorno social propiciado pelo plano ou programa proposto.

Parágrafo único. Na eleição a que se refere o *caput* deste artigo, devem ser contemplados, de forma eqüitativa, os planos, programas e projetos das diferentes regiões do País.

Art. 18. [\(VETADO\)](#)

Art. 19. Os programas de assistência técnica e financeira relativos a meio ambiente e educação, em níveis federal, estadual e municipal, devem alocar recursos às ações de educação ambiental.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias de sua publicação, ouvidos o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178^º da Independência e 111^º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 28.4.1999

ANEXO C

Regimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresa-ES

REGIMENTO INTERNO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
DE SANTA TERESA

CAPITULO I

DA NATUREZA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º - O presente instrumento regula as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 1.608 de 28 de julho de 2005, e alterada pela Lei Municipal n.º 1.684 de 25 de maio de 2006.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente com suas funções deliberativas, normativas, consultivas, fiscalizatórias e informativas, tem como objetivos básicos a implantação, o acompanhamento e a avaliação da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 3º - São considerados Atos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Teresa:

- I. Resolução;
- II. Proposição.

§ 1º - Resolução é ato formal, resultante da apreciação de matéria que, de acordo com as atribuições afetas ao Conselho, determine uma tomada de decisões do Plenário.

§ 2º - Proposição é o ato formal, resultante da apreciação de matéria que, de acordo com as atribuições afetas ao Conselho, seja objeto de recomendação ou sugestão do Plenário.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMA, terá a seguinte estrutura:

- 1. Plenário;

2. Presidência;
3. Secretaria Executiva.

Parágrafo Único - O Plenário é integrado pelos representantes de entidades e órgãos relacionados na Lei Municipal n.º 1.684 de 25 de maio de 2006.

Art. 5º - Aos Conselheiros cabe, à exceção do Presidente, as seguintes atribuições:

- I. Aprovar o calendário de reuniões ordinárias para o período de mandato dos conselheiros;
- II. Estudar e relatar matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer;
- III. Discutir e votar, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres;
- IV. Solicitar diligências ou vistas a processo;
- V. Aprovar e assinar as atas das reuniões plenárias, propondo os ajustes necessários;
- VI. Requerer a convocação de reuniões plenárias extraordinárias justificando a sua necessidade;
- VII. Desempenhar os encargos, que lhes forem atribuídos pelo Presidente, ou proposto pelo próprio Plenário.
- VIII. Sugerir para apreciação, qualquer matéria a ser objeto de Resolução e/ou Proposição;
- IX. Participar de Câmaras Técnicas Especializadas e Comissões Especiais.

Art. 6º - Ao Presidente cabe, exclusivamente, as seguintes atribuições:

- I. Convocar o Conselho e presidir as suas reuniões atendendo a ordem dos trabalhos estabelecidos em pauta;
- II. Promover a distribuição dos assuntos submetidos à deliberação, designando os relatores;
- III. Conduzir os debates e resolver as questões de ordem;

- IV. Apurar as votações e exercer o voto de quantidade;
- V. Assinar as Resoluções e Proposições do Conselho encaminhando-as para os devidos fins;
- VI. Submeter à apreciação do Plenário e assinar a ata da reunião anterior;
- VII. Convocar reuniões Plenárias Extraordinárias, sempre que julgar necessário;
- VIII. Constituir Comissões para estudo de problemas especiais relacionados às atribuições do Conselho;
- IX. Requisitar as diligências solicitadas pelos relatores;
- X. Apreciar e assinar as correspondências expedidas pelo Conselho;
- XI. Requisitar pessoal necessário ao serviço do Conselho;
- XII. Propor à autoridade competente as medidas que o Conselho julgar necessário ao bom desempenho de suas atribuições;
- XIII. Representar o Conselho em todos os atos necessários;
- XIV. Apresentar, ao término de cada ano, o relatório de atividades do Conselho.

CAPITULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - A Plenária do Conselho de Meio Ambiente reunir-se-á em dependências que lhe forem destinadas pela Presidência do Conselho, ou, supletivamente, pela Secretaria Executiva, em reuniões ordinárias com periodicidade bimensal.

Parágrafo Único – As reuniões ordinárias do Conselho se darão na segunda quarta-feira de cada mês.

Art. 8º - O Conselho reunir-se-á extraordinariamente para tratar de matérias especiais ou urgentes quando houver:

- a) convocação formal feita pelo Presidente do Conselho ou pelo Prefeito Municipal e/ou;

b) convocação formal feita por, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros no exercício da titularidade.

§ 1º – A convocação formal deverá ser efetuada com antecedência mínima de 06 (seis) dias úteis.

§ 2º – Em caso de emergências ambientais poderá haver convocação emergencial, efetuada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Artigo 9º - O Conselho reunir-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria simples de seus membros, considerando-se os suplentes no exercício da titularidade.

§ 1º - Não havendo quorum para a realização da reunião em primeira convocação, a segunda convocação será realizada 15 minutos após, com os membros presentes garantido o quorum mínimo de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 2º - Não havendo quorum para a realização da reunião do CMA será convocado novamente no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com quorum mínimo de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 10 - Cada membro efetivo, ou seu suplente, no exercício da titularidade, terá direito a um voto.

§ 1º - os membros suplentes terão assegurado o direito à voz, mesmo na presença de seus titulares.

§ 2º – As votações serão abertas, podendo haver declaração de voto, exceto na eleição do Presidente e da Secretaria Executiva.

Art. 11 - O Conselho poderá deliberar, havendo quorum mínimo de 1/3 (um terço) dos Conselheiros presentes, quando de matérias gerais.

§ 1º - Para os casos de matérias especiais (Orçamento Anual do Município, Plano Pluri Anual, Plano Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente e alterações do presente regimento) será exigido 2/3 (dois terços) de quorum mínimo dos Conselheiros, cabendo ao Conselho examinar, apreciar e proceder recomendações.

§ 2º — Nas reuniões do Conselho é assegurado o direito de manifestação sobre os assuntos em discussão, porém, uma vez encaminhado para votação, o mesmo não poderá voltar a ser discutido no seu mérito.

Art. 12 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente deliberará sobre sua representação em eventos e outras atividades. As despesas serão fixadas em reuniões regimentais.

Art. 13 - As reuniões serão públicas, exceto quando o Plenário decidir em contrário.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente poderá convidar, para suas reuniões e atividades técnicas, personalidades ou representantes de instituições e entidades que achar pertinente.

Art. 15 - O Conselheiro que, por motivo justo, não comparecer à reunião devidamente convocada, deverá entregar a pauta dos trabalhos a seu suplente e fazer a comunicação à Secretaria Executiva.

Art. 16 - O Conselheiro que não comparecer a determinada reunião devidamente convocada, deverá justificar-se por escrito, por mensagem eletrônica ou por intermédio de outro Conselheiro, até 3 (três) dias úteis após a realização da reunião.

§ 1º — A justificativa de falta apresentada ao Conselho e não havendo quem a queira discutir, será dada como aprovada.

§ 2º — Não havendo encaminhamento de justificativa, ou se a justificativa não for aceita pela maioria dos presentes, a falta será dada como não-justificada.

Art. 17 - Perderá o mandato, o Conselheiro titular que:

I - desvincular-se de seu segmento, de sua entidade ou do órgão de representação no Conselho;

II - ausentar-se de 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) reuniões alternadas, sem substituição pelo suplente ou sem justificativa, durante o mesmo mandato;

III - apresentar renúncia, por escrito, ao Presidente do Conselho;

IV - for condenado por sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal;

V - for substituído pela sua entidade representativa, mediante ofício e justificativa apresentada e aprovada pelo Plenário.

Parágrafo Único - A substituição de um Conselheiro, à sua revelia, se dará por decisão da maioria absoluta dos Conselheiros, em procedimento iniciado mediante convocação para este fim, assegurada ampla defesa.

Art. 18 - O Conselheiro que não se fizer presente será notificado pelo Conselho, quando os titulares, se ausentarem sem justificativa e sem a substituição por seu suplente.

Art. 19 - A seqüência dos trabalhos do Plenário será a seguinte:

I- verificação da presença e existência de quorum para sua instalação;

II- aprovação da Ata da reunião anterior;

III- ordem do Dia;

IV- leitura e despacho do expediente;

V- prestação de contas;

VI- assuntos pautados;

VII- informes gerais.

Art. 20 - A cada Plenário os Conselheiros registrarão presença em livro próprio. Uma cópia da ata da reunião a ser aprovada deverá estar disponível

aos Conselheiros junto com a Ordem do Dia, com 05 (cinco) dias de antecedência da data marcada para reunião ordinária. A disposição se dará através de mensagem eletrônica e na Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 21 - As deliberações do Conselho, em seu Plenário, podem ser de natureza normativa, recomendativa, investigativa e punitiva, observadas as disposições legais.

Art. 22 - As deliberações do Plenário não havendo impedimentos de ordem legal ou técnica serão transformadas em Resoluções que passarão a ter vigência após publicação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Santa Teresa.

Parágrafo Único – As matérias apreciadas pelas Câmaras Técnicas e com sugestões de alteração por motivos de ordem jurídica ou técnica, serão expostas para o Plenário e submetidas à deliberação final.

CAPITULO III

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 23 – A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente desempenhará atividades de apoio Técnico, Jurídico, Administrativo e de Execução das Normas referentes à proteção do Meio Ambiente.

Art. 24 – A Secretaria Executiva será constituída por 01 (um) Diretor Administrativo, 01 (um) Coordenador Técnico e 01(um) Coordenador Administrativo, sendo os Coordenadores designados pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente.

I – Em questões jurídicas, a Secretaria Executiva deverá recorrer à Assessoria Jurídica da Procuradoria Municipal.

II – Ausente à reunião, o Diretor Administrativo será substituído por outro Coordenador da Secretaria Executiva, designada pelo Presidente.

Art. 25 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente dará o necessário apoio administrativo em recursos materiais e humanos para que a Secretaria Executiva do Conselho possa cumprir suas funções sem prejuízos da colaboração dos demais Órgãos e Entidades nele representados.

Art. 26 – Ao Diretor Administrativo do Conselho compete:

- I – Assessorar o Plenário, a Junta de Recursos e as Comissões Especiais;
- II – Receber da Coordenação Administrativa e encaminhar ao Plenário, todos os processos e expedientes de competência deste;
- III – Enviar aos membros do Plenário parecer a respeito da Legislação Municipal de Meio Ambiente, encaminhado pela Coordenadoria Técnica;
- IV – Receber da Coordenadoria Administrativa a pauta já elaborada dos assuntos para reformulação e, uma vez pronta, encaminhá-la aos respectivos membros do Conselho através da Coordenadoria Administrativa, com antecedência mínima de 08 (oito) dias por correspondência pessoal;
- V - Encaminhar à Coordenadoria Administrativa, avisos das reuniões ordinárias do Conselho, para que os mesmos sejam encaminhados aos membros pela Coordenadoria com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data convocação acompanhados dos documentos relacionados à pauta, quando necessário;
- VI – Encaminhar à Coordenadoria Administrativa os avisos das reuniões extraordinárias do Conselho, para que os mesmos sejam encaminhados aos membros pela referida Coordenadoria com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis a contar da data convocação;
- VII – Encaminhar à Coordenadoria Administrativa, aviso das reuniões de julgamento de recursos, para que os mesmos sejam encaminhados aos interessados com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para conhecimento dos mesmos;
- VIII – Verificar o “Quorum”, no início de cada reunião do Plenário;

- IX – Ordenar que as atas das reuniões do Plenário sejam lançadas em livro próprio, assinado-as após sua aprovação;
- X – Determinar a transcrição no livro próprio, das Proposições aprovadas pelo Conselho;
- XI – Proceder ao arquivamento das atas depois de aprovadas e assinadas pelos membros presentes e pelo Diretor Administrativo;
- XII – Propor a fixação de critério para realização de convênios, submetendo o assunto à deliberação do Conselho;
- XIII – Manter permanente entrosamento com os órgãos ligados ao Meio Ambiente, orientando-os sempre que possível e submeter à decisão do Conselho as questões que dependam da decisão do Órgão Colegiado;
- XIV – Manter também entrosamento através de contatos com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, CONSEMA, Conselhos Municipais de outros Municípios para trocar dados e informações;
- XV – Sempre que necessário, solicitar aos Coordenadores Administrativo e Técnico, a realização de estudos, para que as providências que lhe forem determinadas pelo Presidente e membros do Conselho, sejam bem fundamentadas;
- XVI – Controlar o arquivamento de todos os documentos oriundos do Plenário e da Junta de Recursos;
- XVII – Distribuir os recursos interpostos ao Conselho à Junta de Recursos;
- XVIII – Receber os pareceres das Comissões Especiais para datilografia e envio aos Conselheiros, obedecendo ao prazo regimental;
- XIX – Coligir, ordenar e indexar as proposições e resoluções;
- XX – Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas por lei ou preceito regimental.

CAPITULO IV

DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Art. 27 – A Coordenadoria Administrativa é parte integrante da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente e à ela se subordina.

Art. 28 – A Coordenadoria Administrativa será composta por 01 (um) único Coordenador, designado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, devendo a escolha recair em servidor da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Art. 29 – Compete ao Coordenador Administrativo:

- I – Receber, organizar e encaminhar à Secretaria Executiva, todos os processos e expedientes da competência do Conselho;
- II – Elaborar a pauta dos assuntos que deverão ser submetidos à apreciação do Diretor Administrativo do Conselho;
- III – Encaminhar a pauta aos membros do Conselho uma vez já apreciada pela Secretaria Executiva, com antecedência mínima de 8 (oito) dias;
- IV – Expedir avisos das reuniões Ordinárias do Conselho, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de convocação;
- V – Expedir avisos das reuniões Extraordinárias do Conselho, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis;
- VI – Expedir aviso das reuniões de julgamentos de recursos, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis;
- VII – Redigir as atas das reuniões do Conselho e providenciar a coleta das assinaturas dos conselheiros após a sua aprovação;
- VIII – Transcrever nos livros próprios, proposições aprovadas pelo Conselho;
- IX – Realizar, sempre que solicitado pelo Diretor Administrativo, os estudos necessários ao aprimoramento da matéria em pauta;
- X – Numerar em ordens distintas, as proposições e resoluções que já foram coligidos, ordenados e indexados pelo Diretor Administrativo;

XI – Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Secretaria Executiva do Conselho.

CAPITULO V

DA COORDENADORIA TÉCNICA

Art. 30 – A Coordenadoria Técnica é parte integrante da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente, e à ela subordinada;

Art. 31 – A Coordenadoria Técnica será composta tão somente por 01 (um) único Coordenador, técnico designado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, devendo a escolha recair em técnico de nível superior, servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Art. 32 – Compete ao Coordenador Técnico;

I – Fornecer suporte técnico à Secretaria Executiva do Conselho, orientando sempre que necessário;

II – Encaminhar parecer técnico a respeito da Legislação Municipal de Meio Ambiente, à Secretara Executiva;

III – Realizar estudos relativos à área de sua atuação, repassando-os ao Diretor Administrativo do Conselho;

IV– Participar das reuniões do Conselho, sempre que solicitado pelo Presidente ou pelos membros do Conselho;

V – Executar outras tarefas que lhes forem atribuídas pelo Diretor Administrativo do Conselho.

CAPITULO VI

DAS CÂMARAS ESPECIALIZADAS

Art. 33 – O Plenário poderá constituir quantas Câmaras Especializadas forem necessárias, integradas por seus membros, e/ou técnicos de reconhecida capacidade técnica, indicando-os desde logo, em Plenário.

Parágrafo Único – Inclui-se também entre as finalidades das Câmaras Especializadas a análise de matérias complexa, cujos estudos prévios requeiram longo tempo, aqui incluídos os estudos de impactos ambientais e aqueles relativos à Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 34 – A Câmara Especializada tem por finalidade estudar, analisar e propor deliberação através de pareceres concernentes às matérias que previamente foram discutidas em reunião do Conselho;

Art. 35 – A Câmara Especializada será formada preferencialmente por 05 (cinco) membros do Plenário, podendo no caso de assuntos específicos, serem convocados para compô-la com até 02 (dois) técnicos de reconhecida capacidade sobre o assunto.

Parágrafo Único – Os membros escolhidos pelo Plenário para participarem das Câmaras Especializadas, não poderão ser substituídos a posteriori, a não ser em nova deliberação.

Art. 36 – As propostas de Deliberações em forma de pareceres serão tomadas por aprovação da maioria simples.

Parágrafo Único - A Câmara Especializada deverá apresentar ao Plenário apenas uma proposta, em forma de parecer, após votação pela maioria simples de seus membros.

Art. 37 – A Câmara Especializada marcará quantas reuniões forem necessárias, todas antecedendo a reunião do Conselho, marcada para a apresentação de propostas.

Parágrafo Único – Nos casos em que não for possível formular pospostas no período que antecede a reunião do Conselho, será apresentada justificativa por escrito ao Plenário do Conselho, que fixará novo prazo.

Art. 38 – As reuniões dispensam convocação impressa, uma vez que todos os presentes estarão cientes da reunião seguinte.

Art. 39 – Os pareceres das Câmaras Especializadas serão encaminhados ao Diretor Administrativo do Conselho para que o mesmo providencie preparação do texto e respectiva documentação que serão enviados aos membros do Plenário com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

Parágrafo Único – No caso de reunião Extraordinária não marcada antecipadamente pelo Plenário, a Secretaria Executiva enviará as propostas de pareceres das Câmaras Especializadas aos Conselheiros com antecedência mínima de 02 (dias) úteis.

Art. 40 – A Câmara Especializada designará Relator, para apresentar os pareceres nas reuniões do Conselho.

CAPITULO IIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41 – No caso de comparecimento do titular e seu suplente às reuniões, ambos terão o direito ao uso da palavra nas discussões, cabendo, nas deliberações, o direito de voto apenas ao titular.

Art. 42 – O membro do Conselho, inclusive o Presidente, poderá após requerimento por escrito e com a aprovação do Plenário, licenciar-se de suas atribuições por período máximo de 90 (noventa) dias consecutivos ou intercalados.

I – Uma vez licenciado o Conselheiro Titular, será imediatamente convocado o seu suplente;

II – Será solicitado, a entidade que não se fizer representar por 05 (cinco) reuniões consecutivos ou 06 (seis) intercaladas, a substituição de seus representantes no Conselho.

Art. 43 – Somente será permitida vistas a processos e expedientes por pessoas estranhas, mediante requerimento deferido pelo Presidente que estabelecerá condições de prazo e local.

Art. 44 – Qualquer proposta de alterações do Regimento Interno do Conselho só será apresentada com requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros, e, uma vez considerados objeto de liberação, somente poderá ser discutida e votada em outra reunião, previamente marcada para este fim, com aprovação da maioria de 2/3 dos membros do Conselho.

Art. 45 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário que poderá adotar, sob forma de Resolução, o que melhor julgar necessário para o cumprimento dos fins do Conselho, desde que não contrarie este Regimento.

Art. 46 – O Presidente do Conselho, por iniciativa própria ou por indicação do Plenário, poderá solicitar ao Poder Executivo que adote medidas complementares de caráter administrativo e/ou orçamentário, necessárias ao seu funcionamento.

Art. 47 – Considera-se falta de decore do membro do Plenário:

I - O descumprimento dos deveres regimentais a seu Mandato, ou a prática de atos que afetem a sua dignidade, de seus pares ou do próprio Conselho, tais como: o uso de expressões em discursos, em publicações ou proposições, a prática de atos que afetem a dignidade alheia, em que um membro do Plenário praticar ofensas físicas e morais e no desacato a outro Conselheiro à mesa ou a seu Presidente em reuniões do Conselho ou em atos públicos.

Parágrafo Único – Na prática de atos considerados de falta de decore caberão, progressivamente, as seguintes sanções, aplicadas pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário:

- a) Advertência verbal, registrada em ata;
- b) Advertência por escrito, aplicada em sessão;
- c) Suspensão do Exercício do mandato, não excedentes a trinta dias, até a perda do Mandato, no caso de reincidência das hipóteses previstas neste artigo.

Art. 48 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente tem sede e foro no Município de Santa Teresa.

Art. 49 - Os casos omissos neste Regimento Interno, serão resolvidos em primeira instância pela Secretaria Executiva com recurso ao Plenário.

Art. 50 - Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, após sua aprovação pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Santa Teresa – ES, 15 de agosto de 2006.

NILTON BROSEGHINI

Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente

ANEXO D
Regimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Santa Maria de
Jetibá – ES



CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE CMA

SANTA MARIA DE JETIBÁ

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DA NATUREZA E ORGANIZAÇÃO

Art. 1º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMA, instituído pela Lei Nº. 434 de 04/O6/2009 e regulamentado através de ato do Executivo Municipal, órgão colegiado paritário e autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo, do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA, exercerá sua competência nos termos do presente Regimento.

Art. 2º - Cabe ao Conselho Municipal, para cumprimento de sua competência legal, o exercício das atribuições especificadas na Lei Nº. 434 de 04/O6/2009 e nas demais leis correlatas.

Art. 3º - O conselho será composto de presidente, vice-presidente, secretário executivo e vice-secretário.

Art. 4 - São considerados atos do Conselho Municipal de Meio Ambiente:

- I. Resolução;
- II. Proposição.

§ 1º - Resolução é ato formal, resultante da apreciação de matéria que, de acordo com as atribuições afetas ao Conselho, determine uma tomada de decisão do Plenário;

§ 2º - Proposição é o ato formal, resultante da apreciação de matéria que, de acordo com as atribuições afetas ao Conselho, seja objeto de recomendação ou sugestão do Plenário.

Art. 4º - Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Meio Ambiente fica constituído pelos Conselheiros que compõem um Plenário, cuja Presidência tem o apoio técnico e administrativo de uma Secretaria Executiva.

1º - O Plenário é integrado pelos representantes titulares e, na sua ausência, pelos suplentes de entidades e órgãos relacionados através de ato normativo do Executivo Municipal.

§ 2º - O CMA será presidido pelo presidente eleito em plenário e na sua ausência pelo vice-presidente.

Art. 5º - Aos Conselheiros competem, à exceção do Presidente, as seguintes atribuições:

- I. Aprovar o calendário de reuniões ordinárias para o período de mandato dos conselheiros.
- II. Estudar e relatar matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer.
- III. Discutir e votar, apresentando emendas ou substitutivos às conclusões de pareceres.
- IV. Solicitar diligências ou vistas a processos.

V. Aprovar e assinar as atas das reuniões plenárias, propondo os ajustes necessários.

VI. Requerer a convocação de reuniões plenárias extraordinárias, justificando a sua necessidade.

VII. Desempenhar os encargos que lhes forem atribuídos pelo Presidente, ou propostas pelo próprio Plenário.

VIII. Deliberar os processos submetidos ao CMA quando necessário.

IX. Sugerir para apreciação, qualquer matéria a ser objeto de Resolução e/ou Proposição;

X. Participar de câmaras técnicas especializadas e comissões especiais.

Art. 6º - Ao Presidente compete, exclusivamente, as seguintes atribuições:

I. Convocar o Conselho e presidir as suas reuniões atendendo a ordem dos trabalhos estabelecida em pauta.

II. Promover a distribuição dos assuntos submetidos a deliberação, designando os relatores.

III. Conduzir os debates e resolver as questões de ordem.

IV. Apurar as votações e exercer o voto de qualidade.

V. Assinar as Resoluções e Proposições do Conselho, encaminhando-as para os devidos fins.

VI. Submeter à apreciação do Plenário e assinar a ata da reunião anterior.

VII. Convocar reuniões plenárias extraordinárias, sempre que julgar necessário.

VIII. Constituir comissões para estudo de problemas específicos relacionados às atribuições do Conselho;

IX. Requisitar as diligências solicitadas pelos relatores.

X. Apreciar e assinar as correspondências expedidas pelo Conselho.

XI. Requisitar pessoal necessário ao serviço do Conselho para a Secretaria de Meio Ambiente.

XII. Propor à autoridade competente as medidas que o Conselho julgar necessárias ao bom desempenho de suas atribuições.

XIII. Representar o Conselho em todos os atos necessários, podendo delegar essa atribuição apenas a outro Conselheiro.

XIV. Apresentar, ao término de cada ano, o relatório de atividades do Conselho.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Presidente do CMA exercerá seu direito de voto, em caso de empate.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º - Qualquer matéria a ser apreciada pelo Conselho deverá ser encaminhada ao Presidente, sob forma de processo.

PARÁGRAFO ÚNICO – A apreciação das matérias constantes dos processos será precedida de parecer por escrito do Relator e/ou Secretaria, contendo em ambos os casos análise fundamentada e respectiva conclusão.

Art. 8º - O Conselho funcionará através de reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias, sendo dado conhecimento da Pauta da Reunião.

§ 1º - As reuniões plenárias ordinárias realizar-se-ão, obrigatoriamente, em data, hora e local segundo calendário aprovado na reunião de posse dos Conselheiros.

§ 2º - As reuniões plenárias extraordinárias realizar-se-ão por convocação por escrito do Presidente, ou por solicitação de 1/3 dos membros do Conselho, comunicadas com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

§ 3º - Nas reuniões plenárias poderá ser tolerado o limite máximo de 15 minutos para seu início e terão uma duração de 02:00 horas, prorrogáveis por, no máximo, 30 minutos.

Art. 9º - As reuniões plenárias do Conselho iniciar-se-ão e serão realizadas com a presença, no mínimo, de 1/3 de seus membros.

Art. 10 - Nas reuniões plenárias serão obedecidos os seguintes procedimentos, assim seqüenciados:

I. Verificação do número de Conselheiros presentes e existência de “Quorum” de no mínimo 1/3 de seus membros.

II. Abertura da seção.

III. Leitura, discussão e aprovação da reunião plenária anterior.

IV. Comunicações, quando for o caso.

V. Apreciação, de acordo com a pauta de reunião, de pareceres emitidos pelos relatores.

VI. Verificação do “Quorum” para votação.

VII. Votação.

VIII. Encerramento.

Art. 11 – As reuniões serão públicas e abertas à população interessada.

PARÁGRAFO ÚNICO. A critério do Conselho, desde que aprovada a participação em Plenário, pelo Presidente ou pela maioria dos Conselheiros, os presentes à reunião poderão fazer manifestação oral com inscrição prévia perante à mesa.

Art. 12 – Os processos encaminhados ao Conselho serão distribuídos aos relatores, observando-se o sistema de rodízio entre os seus membros.

Art. 13 – Ao ser designado Relator, poderá o Conselheiro dar-se por impedido, única e exclusivamente, por relevante motivo, acolhido pelo Presidente e comunicado ao Plenário, por escrito.

§ 1º - Admitido o impedimento do relator, caberá ao Presidente nova designação, podendo aquele Conselheiro discutir a matéria, porém, sem direito a voto.

§ 2º - Poderá ser levantado por qualquer Conselheiro, impedimento do relator designado pelo Presidente, que submeterá ao plenário para decisão.

§ 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, o impedimento será confirmado por maioria simples dos votos, sendo designado pelo Presidente novo Relator.

Art. 14 – O Relator apresentará seu parecer na Reunião Plenária imediata ao recebimento do processo, devendo apresentar justificativa por escrito, sempre que seja levado a protelar o relato.

§ 1º - Caso o relator falte à reunião em que deveria apresentar seu parecer, deverá convocar seu suplente para relato e/ou participação ou enviar o processo relatado ao Presidente do Conselho.

§ 2º - O Conselheiro que, de posse de um processo, passar mais de duas reuniões sem relatar, nem apresentar justificativa por escrito terá seu desligamento comunicado à entidade que representa, à qual será solicitada a indicação de outro representante.

Art. 15 – Qualquer relator poderá solicitar diligência, independente de aprovação do Plenário.

PARÁGRAFO ÚNICO. O processo em diligência não poderá constar da pauta de Reunião Plenária.

Art. 16 – Anunciada a apreciação de um processo pelo Presidente, fará o relator exposição da matéria e respectivo parecer, passando-se após, à discussão.

§ 1º - No curso da discussão, é facultado a qualquer dos membros presentes:

- a) Solicitar esclarecimentos ao relator e apresentar sugestões.
- b) Solicitar, somente uma vez, vistas ao processo, o qual deverá ser devolvido até a reunião plenária imediata, podendo o prazo ser prorrogado a critério do Plenário.

§ 2º - Fica limitado ao número de 03 (três), as concessões de pedido de vista, por processo, ficando a critério do Plenário a ampliação desse limite.

§ 3º - O pedido de vista interromperá automaticamente a discussão.

Art. 17 – Encerrada a discussão e não havendo consenso, proceder-se-á a votação nominal, que será iniciada com o voto do relator, seguindo-se pela ordem os demais membros presentes, à direita do relator.

§ 1º - No curso da votação, apenas será admitido o uso da palavra para declaração do voto, encaminhamento de votação ou questão de ordem.

§ 2º - Qualquer Conselheiro poderá fazer consignar em ata a justificativa de seu voto, que deverá ser encaminhada por escrito.

§ 3º - Nenhum membro do Conselho, presente à reunião plenária poderá eximir-se de votar, ressalvando-se o disposto no Art. 13 deste Regimento.

Art. 18 – As deliberações e votações tomar-se-ão por maioria simples de voto.

Art. 19 – As Proposições e Resoluções aprovadas pelo Plenário serão encaminhadas pelo Presidente aos dirigentes máximos dos órgãos afetos para as providências cabíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – As Resoluções figurarão obrigatoriamente no texto da ata e deverão ser publicadas.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA

Art. 20 – A Secretaria do CMA desempenhará atividades de apoio Técnico, Jurídico, Administrativo e de Execução das Normas referentes à proteção do Meio Ambiente.

Art. 21 – A Secretaria do CMA composta de secretário e vice-secretário e (01) um Coordenador Técnico, designado pela administração pública.

§ 1º - Em questões jurídicas, a Secretaria deverá recorrer à Assessoria Jurídica da Procuradoria Municipal.

§ 2º - Ausente à reunião, o Secretário será substituído por outro Coordenador da Secretaria, designado “Ad Hoc” pelo Presidente.

Art. 22 – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente dará o necessário apoio administrativo em recursos materiais e humanos para que a Secretaria do CMA possa

cumprir suas funções sem prejuízo da colaboração dos demais Órgãos e Entidades nele representados.

Art. 23 – Ao Secretário executivo do CMA compete:

I. Assessorar o Conselho Pleno, a Junta de Recursos e as Comissões Especiais.

II. Receber e encaminhar ao Conselho Pleno, todos os Processos e expedientes de competência deste.

III. Enviar aos membros do Conselho Pleno parecer a respeito da Legislação Municipal de Meio Ambiente, encaminhado pela Coordenadoria Técnica.

IV. Elaborar e encaminhar a pauta dos assuntos para reformulações, se necessárias e uma vez prontas, submetê-la aos respectivos membros do Conselho, com antecedência mínima de 10 (dez) dias por vias seguras, garantindo o recebimento desta ao CMA.

V. Encaminhar ao CMA, avisos das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da convocação;

VI. Encaminhar ao CMA os avisos das reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, juntamente com a convocação.

VII. Encaminhar ao CMA, avisos das reuniões de Julgamento de Recursos, para que os mesmos sejam encaminhados aos interessados com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para conhecimento dos mesmos.

VIII. Encaminhar aos Conselheiros documentos relacionados com a pauta de reunião ordinária, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

IX. Encaminhar aos Conselheiros documentos relacionados com a pauta da reunião extraordinária, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

X. Propor calendário de reuniões ordinárias para o período do mandato dos Conselheiros.

- XI. Verificar o “Quorum”, no início de cada reunião do Conselho Pleno.
- XII. Ordenar que as Atas das Reuniões do Conselho Pleno, sejam lançadas em livro próprio, assinando-as após sua aprovação;
- XIII. Determinar a transcrição no livro próprio, das Proposições aprovadas pelo CMA.
- XIV. Proceder o arquivamento das Atas depois de aprovadas e assinadas pelo Conselho e pelo Secretário.
- XV. Propor a fixação de critérios para realização de convênios, submetendo o assunto à Deliberação do Conselho.
- XVI. Manter permanente entrosamento com os órgãos ligados ao Meio Ambiente, orientando-os sempre que possível e submeter à decisão do Conselho as questões que dependam da decisão do Órgão Colegiado.
- XVII. Manter também entrosamento através de contatos com o CONAMA, CONSEMA e Conselhos Municipais de outros Municípios para trocar dados e informações.
- XVIII. Sempre que necessário, solicitar aos Coordenadores, a realização de estudos, para que as providências que lhe forem determinadas pelo Presidente e membros do Conselho, sejam bem fundamentadas.
- XIX. Controlar o arquivamento de todos os documentos oriundos do Conselho Pleno e da Junta de Recursos.
- XX. Distribuir os recursos interpostos ao Conselho à Junta de Recursos.

XXI. Receber os pareceres das Comissões Especiais para datilografia e envio aos Conselheiros, obedecendo o prazo regimental.

XXII. Coligir, ordenar e indexar as Proposições e Resoluções.

XXIII. Executar outras tarefas que lhes forem atribuídas por Lei ou preceito regimental.

CAPÍTULO IV

DA COORDENADORIA TÉCNICA

Art. 26 – A Coordenadoria Técnica é parte integrante da Secretaria do CMA, e a ela subordinada.

Art. 27 – A Coordenadoria será composta tão somente por 01 (um) Técnico designado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, devendo a escolha recair em Técnico de Nível Superior, servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou por ela indicado.

Art. 28 – Compete ao Coordenador Técnico:

I. Fornecer suporte técnico à Secretaria do CMA, orientando sempre que necessário.

II. Encaminhar, parecer técnico a respeito da Legislação Municipal de Meio Ambiente, à Secretaria.

III. Realizar estudos relativos à área de sua atuação, repassando-os ao Secretário do CMA.

IV. Participar das reuniões do Conselho, sempre que solicitado pelo Presidente ou pelos membros do Conselho.

V. Executar outras tarefas que lhes forem atribuídas pelo Secretário do CMA.

CAPÍTULO V

DAS CÂMARAS TÉCNICAS ESPECIALIZADAS DO COMMA

Art. 29 – O Conselho Pleno poderá constituir quantas Câmaras Técnicas Especializadas forem necessárias, sempre que uma atividade requerer conhecimento especializado e análise técnica e serão dissolvidas após a resolução dos problemas para as quais foram constituídas, integradas por seus membros e/ou técnicos de reconhecida capacidade técnica, indicando-os em Assembléia Geral e designados por ato do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO. Incluem-se, entre as finalidades das Câmaras Técnicas Especializadas a análise de matérias complexas, cujos estudos requeiram longo tempo, aqui incluídos os estudos de impacto ambiental e aqueles relativos à Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 30 – A Câmara Técnica Especializada tem por finalidade estudar, analisar, subsidiar e propor Deliberações através de pareceres concernentes às matérias que previamente foram discutidas em reuniões do Conselho, tendo por finalidade harmonizar e integrar as normas, padrões, parâmetros, critérios e diretrizes para a utilização, exploração e defesa dos recursos e ecossistemas naturais do Município.

Art. 31 – A Câmara Técnica Especializada será formada preferencialmente por 05 (cinco) membros, podendo no caso de assuntos

específicos, serem convocados para compô-la até 03 (dois) técnicos de reconhecida capacidade técnica sobre o assunto.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os membros indicados pelo Plenário para participarem das Câmaras Técnicas Especializadas, não poderão ser substituídos a posterior, a não ser por nova Deliberação.

Art. 32 – As propostas de Deliberações em forma de pareceres serão tomadas por aprovação da maioria simples.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Câmara Técnica Especializada deverá apresentar ao plenário apenas uma proposta em forma de parecer, após votação pela maioria simples de seus membros.

Art. 33 – A Câmara Técnica Especializada marcará quantas reuniões forem necessárias, todas antecedendo à reunião do CMA marcada para apresentação de propostas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Nos casos em que não for possível formular proposta no período que antecede à reunião do CMA, será apresentada justificativa por escrito ao Plenário do Conselho, que fixará novo prazo.

Art. 34 – As reuniões dispensam convocação expressa, uma vez que todos os presentes estarão cientes da reunião seguinte.

Art. 35 – Os pareceres das Câmaras Técnicas Especializadas serão encaminhados ao Secretário do CMA com cinco (05) dias úteis de antecedência para que o mesmo providencie preparação do texto e respectiva documentação que serão enviados aos membros do Conselho Pleno com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO. No caso de Reunião Extraordinária não marcada antecipadamente pelo Plenário, a Secretaria enviará as propostas de pareceres

das Câmaras Técnicas Especializadas aos Conselheiros com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis.

Art. 36 – A Câmara Técnica Especializada designará Relator para apresentar os pareceres nas reuniões do CMA.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 – No comparecimento do titular e seu suplente às reuniões, terá o direito de voto apenas o titular.

Art. 38 – O membro do Conselho, inclusive o Presidente, poderá após requerimento por escrito e com a aprovação do plenário, licenciar-se de suas atribuições por período máximo de 90 (noventa) dias consecutivos ou intercalados.

§ 1º - Uma vez licenciado o Conselheiro titular, ou na sua falta, será imediatamente convocado o seu suplente.

§ 2º - Será solicitado, a entidade que não se fizer representar por 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) intercaladas, sem justificativa, a substituição de seus representantes no Conselho.

Art. 39 – Qualquer proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho só será apresentada com requerimento de 1/3 dos seus membros, e, uma vez considerada objeto de deliberação, somente poderá ser discutida e votada em outra reunião, previamente marcada para este fim, com aprovação da maioria de 2/3 dos membros do Conselho.

Art. 40 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário que poderá adotar, sob forma de Resolução, o que melhor julgar necessário para o cumprimento dos fins do Conselho, desde que não contrarie este Regimento.

Art. 41 – O Presidente do CMA, por iniciativa própria ou por indicação do Plenário, poderá solicitar ao Poder Executivo que adote medidas complementares de caráter administrativo e/ou orçamentário necessário ao seu funcionamento.

Art. 42 – Revogam-se as disposições em contrário, ficando o Poder Executivo encarregado de aprovar este Regimento através de Ato do Prefeito Municipal.

Art. 43 – Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Santa Maria de Jetibá, 18 de Julho de 2009.